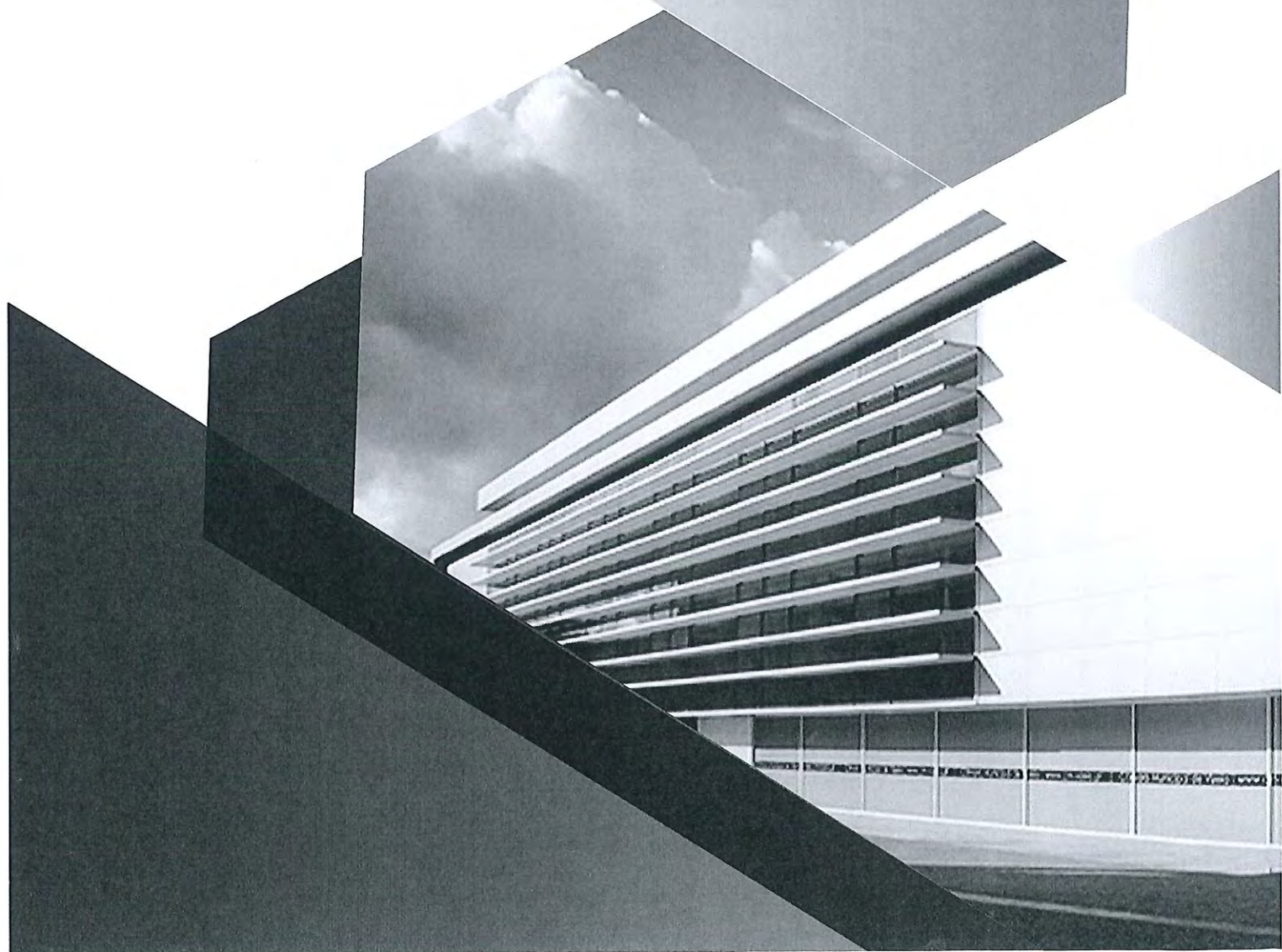




PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021 CONSOLIDADA

[Handwritten signatures in blue ink]





ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Demonstrações consolidadas	
2.1 Balanço consolidado	3
2.2 Demonstração de Resultados por natureza consolidado	4
2.3 Demonstração das alterações no património líquido consolidado	5
2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidado	6
2.5 Demonstração consolidada de desempenho orçamental	7
2.6 Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	11
3. Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas	12
4. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas	49
5. Relação Nominal dos Responsáveis	51
6. Certificação Legal de Contas e Relatório e parecer do órgão de fiscalização	52
7. Relatório e Contas da Vimágua, EIM, SA	





1. INTRODUÇÃO

Na sequência da publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, doravante designado por RFALEI, o Município de Vizela apresenta as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2021, reportadas a 31 de dezembro.

Os documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2021, elaborados e aprovados pelos órgãos executivos, são acompanhados pela Certificação Legal de Contas, de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos, conforme disposto no artigo 76.º do RFALEI.

A crescente utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, que detêm ou controlam, para a prossecução das suas atribuições e competências, numa lógica de grupo municipal, torna insuficiente a simples prestação de contas individualizada, pois esta não permite obter uma visão global da situação financeira do *grupo municipal*, dificultando por um lado a tomada de decisão dos gestores municipais e por outro, não permite uma avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas por aquelas entidades.

Assim, o objetivo da consolidação de contas é de elaborar demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si, como se de uma entidade única se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do *grupo municipal*.

No trabalho que se apresenta é realizado o perímetro de consolidação e um enquadramento das entidades que ficam excluídas desse perímetro elencando os motivos de tal exclusão.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

As demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras e orçamentais individuais da entidade consolidante que já se apresentaram pelo MEP – método de equivalência patrimonial, pelo que, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração das alterações do património líquido e o mapa de fluxos de caixa consolidados, são iguais aos individuais do município.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1 BALANÇO CONSOLIDADO

BLC - BALANÇO CONSOLIDADO			
Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente		63 655 921,97 €	61 870 452,26 €
Ativos fixos tangíveis	5	58 777 283,52 €	57 069 701,41 €
Ativos intangíveis	3	1 039 615,37 €	1 051 687,98 €
Participações financeiras	18 e 23	3 830 074,81 €	3 740 114,60 €
Devedores empréstimos bonificados e subs reembolsáveis		8 948,27 €	8 948,27 €
Ativo corrente		9 714 037,20 €	9 645 263,64 €
Inventários	10	59 443,79 €	113 249,06 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		792 830,90 €	945 955,73 €
Clientes, contribuintes e utentes	9	2 527 094,18 €	2 286 466,37 €
Outras contas a receber		3 243 751,59 €	3 086 514,22 €
Diferimentos		72 314,51 €	84 451,58 €
Caixa e depósitos	1	3 018 602,23 €	3 128 626,68 €
Total Ativo		73 369 959,17 €	71 515 715,90 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		59 627 470,56 €	59 082 187,63 €
Património/Capital		24 828 690,24 €	24 397 691,37 €
Reservas		12 151 306,26 €	12 128 622,11 €
Resultados transitados		-202 810,72 €	-130 887,22 €
Ajustamentos em ativos financeiros		1 029 394,40 €	1 029 394,40 €
Outras variações no património líquido		21 871 848,42 €	21 203 683,95 €
Resultado líquido do período		-50 958,04 €	453 683,02 €
Total Património Líquido		59 627 470,56 €	59 082 187,63 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		10 678 824,04 €	9 888 601,49 €
Provisões	15	1 026 197,66 €	849 548,39 €
Financiamentos obtidos	7 e 18	9 225 333,27 €	8 433 606,91 €
Outras contas a pagar		427 293,11 €	605 446,19 €
Passivo corrente		3 063 664,57 €	2 544 926,78 €
Credores por transf. e subs não reembolsáv		1 600,00 €	41 630,00 €
Fornecedores		508 216,66 €	350 914,42 €
Estado e outros entes públicos		137 693,61 €	69 329,00 €
Financiamentos obtidos	7 e 18	917 835,48 €	871 053,28 €
Fornecedores de investimentos		415 747,30 €	113 126,43 €
Outras contas a pagar		1 082 571,52 €	1 098 873,65 €
Diferimentos			
Total Passivo		13 742 488,61 €	12 433 528,27 €
Total Património Líquido e Passivo		73 369 959,17 €	71 515 715,90 €

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO			
PERÍODO		ANO	
2021/01/01 - 2021/12/31		2021	
Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas		5 124 269,24 €	4 585 863,38 €
Prestações de serviços e concessões		1 363 074,33 €	1 263 702,81 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		8 713 727,77 €	7 715 439,95 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	23	89 960,21 €	-25 112,70 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-508 927,58 €	-709 112,91 €
Fornecimentos e serviços externos		-3 774 753,80 €	-3 360 848,94 €
Gastos com pessoal		-5 101 440,86 €	-4 855 002,62 €
Transferências e subsídios concedidos		-3 134 314,03 €	-2 726 510,11 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-20 984,92 €	-4 009,69 €
Provisões (aumentos/reduções)		-176 649,27 €	324 214,15 €
Outros rendimentos		1 001 521,30 €	1 033 531,74 €
Outros gastos		-649 016,41 €	-405 720,46 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2 926 465,98 €	2 836 434,60 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-2 847 999,66 €	-2 240 693,23 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		78 466,32 €	595 741,37 €
Juros e rendimentos similares obtidos		7 864,58 €	270,91 €
Juros e gastos similares suportados		-137 288,94 €	-142 329,26 €
Resultado antes de impostos		-50 958,04 €	453 683,02 €
Resultado líquido do período		-50 958,04 €	453 683,02 €

2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

DA PL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(MUNICÍPIO DE VIZELA)

Período		Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla													Ano
01/01/2021	31/12/2021														2021
Designação	Notas	Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		24 397 691,37 €				12 128 622,11 €	- 130 887,22 €	1 029 394,40 €		21 203 683,95 €	453 683,02 €	59 082 187,63 €		59 082 187,63 €	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										1 305 061,39 €		1 305 061,39 €		1 305 061,39 €	
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respetivas variações															
Transferências e subscritos de capital										1 301 819,32 €		1 301 819,32 €		1 301 819,32 €	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido										3 242,07 €		3 242,07 €		3 242,07 €	
Correção de erros materiais															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											- 50 958,04 €	- 50 958,04 €		- 50 958,04 €	
RESULTADO INTEGRAL											- 50 958,04 €	1 254 103,35 €		1 254 103,35 €	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		430 998,87 €				22 684,15 €	- 71 923,50 €			- 636 896,92 €	- 453 683,02 €	- 708 820,42 €		- 708 820,42 €	
Subscrições de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações		430 998,87 €				22 684,15 €	- 71 923,50 €			- 636 896,92 €	- 453 683,02 €	- 708 820,42 €		- 708 820,42 €	
Subscrições de prémios de emissão															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO		24 828 690,24 €				12 151 306,26 €	- 202 810,72 €	1 029 394,40 €		21 871 848,42 €	- 50 958,04 €	59 627 470,56 €		59 627 470,56 €	

Beni

P

R

Bl

R.

A
Jo

2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
PERÍODO		ANO	
2021/01/01 - 2021/12/31		2021	
Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 379 337,37 €	1 215 468,38 €
Recebimentos de contribuintes		4 549 902,47 €	4 241 047,00 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8 456 545,83 €	7 693 480,65 €
Recebimentos de utentes		514 550,45 €	291 117,09 €
Pagamentos a fornecedores		-4 008 404,36 €	-4 137 434,55 €
Pagamentos ao pessoal		-4 996 544,10 €	-4 856 031,99 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-3 198 719,76 €	-2 726 273,93 €
Caixa gerada pelas operações		2 696 667,90 €	1 721 372,65 €
Outros recebimentos/pagamentos		-236 844,11 €	-314 937,79 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 459 823,79 €	1 406 434,86 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-4 596 290,59 €	-6 037 634,61 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-2 451,88 €	-12 259,41 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-19 505,50 €	
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis			12 050,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		24 786,28 €	12 811,20 €
Recebimentos - Transferências de capital		1 365 987,92 €	3 530 419,47 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-3 227 473,77 €	-2 494 613,35 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		1 709 579,76 €	148 538,10 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-871 071,20 €	-870 869,82 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-180 883,03 €	-142 009,41 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		657 625,53 €	-864 341,13 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-110 024,45 €	-1 952 519,62 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		3 128 626,68 €	5 081 146,30 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío		3 018 602,23 €	3 128 626,68 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		3 128 626,68 €	5 081 146,30 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		3 128 626,68 €	5 081 146,30 €
SGA De execução orçamental		2 361 021,73 €	4 172 743,44 €
SGA De operações de tesouraria		767 604,95 €	908 402,86 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		3 018 602,23 €	3 128 626,68 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		3 018 602,23 €	3 128 626,68 €
SGS De execução orçamental		2 424 296,77 €	2 361 021,73 €
SGS De operações de tesouraria		594 305,46 €	767 604,95 €

2.5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL												
Período	Periodicidade	Mensal		FONTES DE FINANCIAMENTO (n)							Ano	
01/01/2021	Período	Mensal Após Apuramento dos Resultados									2021	
31/12/2021	Acumulados	Sim										
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS										2020	
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL					
RA01	Saldo de gerência anterior	-667 375,84 €		2 879 859,47 €	148 538,10 €	767 604,95 €	3 128 626,68 €	5 081 146,30 €				
RI03	Operações de tesouraria [A]					767 604,95 €	767 604,95 €	908 402,86 €				
RI01	Operações orçamentais [1]	-667 375,84 €		2 879 859,47 €	148 538,10 €		2 361 021,73 €	4 172 743,44 €				
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais											
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades											
RA02	Receita corrente	15 037 061,37 €		10 380,54 €			15 047 441,91 €	13 465 992,94 €				
R1	Receita fiscal	4 356 055,88 €					4 356 055,88 €	3 755 842,89 €				
R1.1	Impostos diretos	4 356 055,88 €					4 356 055,88 €	3 755 842,89 €				
R1.2	Impostos indiretos											
R2	Contrib. para sist. de proteção social e subsistemas de saúde											
R3	Taxas, multas e outras penalidades	708 397,04 €					708 397,04 €	776 321,20 €				
R4	Rendimentos de propriedade	24 786,28 €					24 786,28 €	12 811,20 €				
R5	Transferências e subsídios correntes	8 446 165,29 €		10 380,54 €			8 456 545,83 €	7 693 480,65 €				
R5.1	Transferências correntes	8 446 165,29 €		10 380,54 €			8 456 545,83 €	7 693 480,65 €				
R5.1.1	Administrações Públicas	8 446 165,29 €		10 380,54 €			8 456 545,83 €	7 693 480,65 €				
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	8 315 132,12 €		10 380,54 €			8 325 512,66 €	7 664 301,98 €				
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	127 855,03 €					127 855,03 €	41 948,59 €				
R5.1.1.3	Segurança Social											
R5.1.1.4	Administração Regional											
R5.1.1.5	Administração Local	3 178,14 €					3 178,14 €	-12 769,92 €				
R5.1.2	Exterior - U E											

D1.3	Segurança social	1 147 125,29 €				1 147 125,29 €	1 098 101,37 €
D2	Aquisição de bens e serviços	3 368 871,16 €			13 569,75 €	3 382 440,91 €	3 608 645,62 €
D3	Juros e outros encargos	176 856,11 €				176 856,11 €	139 123,90 €
D4	Transferências e subsídios correntes	2 088 197,51 €				2 088 197,51 €	1 879 914,04 €
D4.1	Transferências correntes	2 069 185,05 €				2 069 185,05 €	1 828 430,01 €
D4.1.1	Administrações Públicas	566 876,62 €				566 876,62 €	619 948,72 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português						
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						
D4.1.1.3	Segurança Social						
D4.1.1.4	Administração Regional						
D4.1.1.5	Administração Local	566 876,62 €				566 876,62 €	619 948,72 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	993 763,31 €				993 763,31 €	930 627,59 €
D4.1.3	Famílias	508 545,12 €				508 545,12 €	277 853,70 €
D4.1.4	Outras						
D4.2	Subsídios Correntes	19 012,46 €				19 012,46 €	51 484,03 €
D5	Outras despesas correntes	201 176,47 €				201 176,47 €	198 549,79 €
DA02	Despesa de capital	2 641 567,81 €			1 355 282,81 €	5 709 264,72 €	6 896 253,91 €
D6	Aquisição de bens de capital	1 531 045,56 €			1 355 282,81 €	4 598 742,47 €	6 049 894,02 €
D7	Transferências e subsídios de capital	1 110 522,25 €				1 110 522,25 €	846 359,89 €
D7.1	Transferências de capital	1 110 522,25 €				1 110 522,25 €	846 359,89 €
D7.1.1	Administrações Públicas	257 380,79 €				257 380,79 €	39 253,19 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português						
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						
D7.1.1.3	Segurança Social						
D7.1.1.4	Administração Regional						
D7.1.1.5	Administração Local	257 380,79 €				257 380,79 €	39 253,19 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	853 141,46 €				853 141,46 €	807 106,70 €
D7.1.3	Famílias						
D7.1.4	Outras						
D7.2	Subsídios de capital						
D8	Outras despesas de capital						

DA03	Despesa efetiva [5]	14 099 176,61 €	1 368 852,56 €	1 712 414,10 €	17 180 443,27 €	18 107 308,18 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	890 576,70 €			890 576,70 €	870 869,82 €
D9	Despesa com ativos financeiros	19 505,50 €			19 505,50 €	
D10	Despesa com passivos financeiros	871 071,20 €			871 071,20 €	870 869,82 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	14 989 753,31 €	1 368 852,56 €	1 712 414,10 €	18 071 019,97 €	18 978 178,00 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]				471 102,85 €	426 368,33 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	729 685,13 €	1 694 611,64 €		3 018 602,23 €	3 128 626,68 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	729 685,13 €	1 694 611,64 €		2 424 296,77 €	2 361 021,73 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]				594 305,46 €	767 604,95 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	2 141 933,91 €	-1 185 247,83 €	-1 712 414,10 €	-755 728,02 €	-1 089 389,99 €
DA10	Despesa primária	13 922 320,50 €	1 368 852,56 €	1 712 414,10 €	17 003 587,16 €	17 968 184,28 €
DA11	Saldo corrente	3 579 452,57 €	-3 189,21 €		3 576 263,36 €	2 254 938,67 €
DA12	Saldo de capital	-1 448 804,08 €	-1 182 058,62 €	-1 712 414,10 €	-4 343 276,80 €	-3 353 784,44 €
DA13	Saldo primário	2 318 790,02 €	-1 185 247,83 €	-1 712 414,10 €	-578 871,91 €	-950 266,09 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	15 719 438,44 €	3 063 464,20 €	1 712 414,10 €	20 495 316,74 €	21 339 199,73 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	14 989 753,31 €	1 368 852,56 €	1 712 414,10 €	18 071 019,97 €	18 978 178,00 €

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

Handwritten signature and initials

2.6. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA							
RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	31/12/2021	31/12/2020	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	31/12/2021	31/12/2020
	Receita corrente	1 588 536,55 €	1 316 243,68 €		Despesa corrente	473 009,66 €	418 523,10 €
R1	Receita fiscal	0,00 €	0,00 €	D1	Despesas com o pessoal	111 981,11 €	55 710,92 €
R1.1	Impostos diretos	0,00 €	0,00 €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	66 475,80 €	50 039,30 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 091,86 €	285,12 €
R2	Contrib. para sist. de proteção social e subsist de saúde	0,00 €	0,00 €	D1.3	Segurança social	44 413,45 €	5 386,50 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	163 760,99 €	168 964,52 €	D2	Aquisição de bens e serviços	225 887,84 €	198 575,65 €
R4	Rendimentos de propriedade	821 783,40 €	706 231,05 €	D3	Juros e outros encargos	91 520,78 €	139 933,90 €
R5	Transferências e subsídios correntes	87,75 €	6 782,75 €	D4	Transferências e subsídios correntes	9 248,42 €	23 991,01 €
R5.1	Transferências correntes	87,75 €	6 782,75 €	D4.1	Transferências correntes	9 248,42 €	23 991,01 €
R5.1.1	Administrações Públicas		6 782,75 €	D4.1.1	Administrações Públicas	7 648,42 €	23 991,01 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	30,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		6 695,00 €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.5	Administração Local	7 648,42 €	22 361,01 €
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 600,00 €	1 600,00 €
R5.1.3	Outras	87,75 €	87,75 €	D4.1.3	Famílias	0,00 €	30,00 €
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	601 104,41 €	434 265,36 €	D4.2	Subsídios Correntes	0,00 €	0,00 €
R7	Outras receitas correntes	1 800,00 €	0,00 €	D5	Outras despesas correntes	34 371,51 €	311,62 €
	Receita de capital	0,00 €	0,00 €		Despesa de capital	177 368,41 €	149 830,03 €
R8	Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €	D6	Aquisição de bens de capital	177 368,41 €	109 830,03 €
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	40 000,00 €
R9.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	D7.1	Transferências de capital	0,00 €	40 000,00 €
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00 €	40 000,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	D7.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
	Receita efetiva [1]	1 588 536,55 €	1 316 243,68 €	D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00 €	0,00 €				
					Despesa efetiva [4]	650 378,07 €	568 353,13 €
	Receita não efetiva [2]	0,00 €	0,00 €		Despesa não efetiva [5]	0,00 €	0,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
	Receita Total [3]=[1]+[2]	1 588 536,55 €	1 316 243,68 €		Despesa Total [6]=[4]+[5]	650 378,07 €	568 353,13 €

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico e informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1. Caracterização da entidade consolidante

Nome: Município de Vizela

Morada: Praça do Município, n.º 522 4815-013 Vizela

NIF: 505 985 217

Composição do Órgão Executivo a 31/12/2021:

Presidente: Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu

Vereadores: Maria Agostinha Ribeiro de Freitas

Arnaldo José Abreu Guimarães de Sousa

António Nuno da Cunha Faria

Anabela Ribeiro dos Santos Oliveira

Rui Manuel Azevedo Ferreira

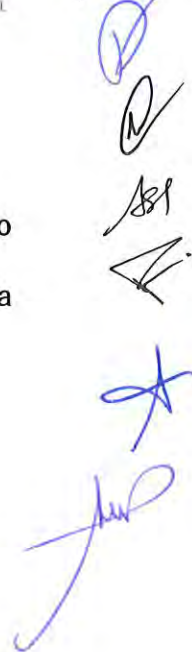
Jorge Alexandre Mendes Pedrosa

Composição do Órgão Deliberativo a 31/12/2021:

Presidente: António Fernando Pereira Carvalho

Secretários: Primeiro Secretário: André Filipe Oliveira de Castro

Segundo Secretário: Márcia Patrícia Carneiro Costa



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Órgão de Fiscalização: Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda.

Sistema aplicável de contabilidade: SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2021.

Estado das contas do Exercício 2021: Aprovadas em Assembleia Municipal

Tipo de Entidade: Município

Nº médio de trabalhadores: 269

1.2. Definição do perímetro de consolidação financeira

O perímetro de consolidação financeira, de acordo com a NCP 22, inclui apenas uma entidade:

Denominação	Contribuinte	Sede Social	% capital detido	Valor da participação	Motivos da inclusão	Método de consolidação
Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	505 993 082	Rua Rei do Pegu n.º 172, União de Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião 4810-025 Guimarães	10%	50 000,00	Trata-se de uma entidade enquadrada no n.º 6 do art.º 75º do RFALEI	Equivalência Patrimonial

Considerando que a única entidade passível de consolidação não aplica o SNC-AP e, por conseguinte, não aplica a NCP 26, nos mapas relativos à consolidação orçamental consideram apenas os dados relativos ao Município de Vizela.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Beiro', 'V', 'A', 'R.', and a large 'A' with a checkmark.]

1.2.1. Caracterização das entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação

Composição dos órgãos sociais:

- Assembleia Geral:

Presidente: Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

Vogal: Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu, Presidente da Câmara Municipal de Vizela.

- Conselho de Administração:

Presidente: Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães;

1.º Vogal: Maria Agostinha Ribeiro de Freitas, designada sob proposta do Município de Vizela;

2.º Vogal: Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral, designado sob proposta do Município de Guimarães.

- **Fiscal Único:** Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda, representada por António de Jesus Pereira.

Sistema aplicável de contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2021

Estado das contas do Exercício 2021: Aprovadas.

Tipo de Entidade: Empresa do Setor Empresarial Local

N.º médio de trabalhadores – 212

1.3 Caracterização das Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Denominação	Contribuinte	Sede Social	% capital detido	Valor da participação	Tipo de entidade	Estado das contas do Exercício	Motivos da exclusão
Águas do Norte, S.A.	513 606 084	Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A 5000-669 Vila Real	1,053%	1 169 655,00 €	Empresa do Setor Empresarial do Estado	Aprovadas	A Águas do Norte é, nos termos do seu diploma instituidor (Decreto-Lei n.º 93/2015 de 29 de maio), uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos na qual o Município de Vizela detém uma participação minoritária e um consequente número reduzido de ações. Não exerce por si só sobre ela, qualquer domínio de poder ou de resultado, não estando assim abrangida pelo seu perímetro de consolidação.
TCR – Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, CRL	506 592 545	Av. General Norton de Matos, 50, 1.º Vicente 4700-387 Braga	2,00%	5 000,00 €	Cooperativa de Responsabilidade Limitada	Sem Informação - As contas não foram remetidas ao Município de Vizela	A TCR, enquanto cooperativa do setor cultural, aplicam-se as disposições previstas no Código Cooperativo, aprovado pela Lei n.º 51/96, de 7 de setembro, e subsidiariamente a legislação comercial. Dado o montante reduzido da participação do Município de Vizela e a inexistência de qualquer domínio de poder ou de resultado por parte deste sobre a TCR (ainda que nos termos do n.º 1 do artigo 48.º do Código Cooperativo cada cooperador disponha de um voto qualquer que seja a sua parte no capital da cooperativa), esta não integra o seu perímetro de consolidação. Atualmente a entidade encontra-se em liquidação.
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	Praça do Comércio, Ala Oriental 1149 – 015 Lisboa	0,08%	351 099,00 €	Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira		O FAM é regulado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 13 de julho. O Município de Vizela detém uma participação minoritária e um consequente número reduzido de ações. Não exerce por si só sobre ela, qualquer domínio de poder ou de resultado, não estando assim abrangida pelo seu perímetro de consolidação.

1.4 Informações relativas aos procedimentos de consolidação

1.4.1 Métodos de consolidação utilizados pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação relativamente à contabilização das participações.

O Município de Vizela utiliza o método de equivalência patrimonial, tal como definido na NCP 23 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

Método de equivalência patrimonial - aplica-se quando uma entidade exerce controlo conjunto ou influência significativa sobre uma participada. Este método consiste no reconhecimento pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora.

A aplicação do método de equivalência patrimonial já se encontra refletido nas demonstrações financeiras individuais, pelo que não existe qualquer alteração aos mapas já apresentados nos Documentos de Prestação de Contas Individuais de 2021.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Existem três participações **excluídas** do perímetro de consolidação, nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI, são:

- Participação nas Águas do Norte SA, na qual o Município detém 1,053%, ou seja 1.169.655,00 € do capital. Está registada pelo método do custo histórico;
- Participação na TCR – Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, CRL, na qual o Município detém 2%, ou seja 5.000,00€ do capital. Está registada pelo método do custo histórico.
- Participação no FAM – Fundo de Apoio Municipal no qual o Município detém 0,08% do capital, ou seja 351.099,00€. Está registada pelo método do custo histórico.

1.5 Desagregação de caixa e depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos do Município apresentava a seguinte distribuição:

Conta	31-12-2021	
Caixa		4.396,99
Depósitos à ordem		2.419.899,78
Depósitos bancários à ordem	2.419.899,78	
Outros depósitos		594.305,46
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	595.305,46	
TOTAL		3.018.602,23

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras do Município de Vizela foram preparadas em conformidade com o estabelecido nas Normas de Contabilidade Pública e as mesmas apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.



2.1. Bases de mensuração

Ativos fixos tangíveis

Estão mensurados pelo seu custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Quando se tratem de ativos obtidos através de uma transação sem contraprestação são registados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT) ou quando não seja possível, pelo valor de avaliação por entidade certificada para o mesmo, no caso dos imóveis, ou pelo custo do bem ou valor de mercado no caso dos outros bens.

Os custos de aquisição incluem o custo da compra, quaisquer custos necessários para colocar o ativo na sua localização, em condições necessárias para ser utilizado e quando aplicável, a estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos. No entanto, ainda não foi feita a estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos.

Ativos intangíveis

Estão mensurados pelo seu custo, deduzido de qualquer amortização acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Quando se tratem de ativos obtidos através de uma transação sem contraprestação são mensurados ao justo valor.

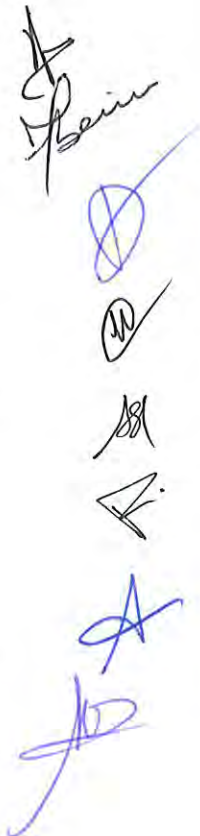
Propriedades de investimento

O Município não possuía em 2021 quaisquer bens considerados como propriedades de investimento.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

As participações em associadas em que o município exerce influência significativa, estão mensuradas por recurso ao método da equivalência patrimonial, de acordo com a NCP 23.



Depreciações e amortizações

São calculadas segundo o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerada a vida útil de referência que consta no classificador complementar. Acresce referir que a depreciação/amortização inicia no momento em que o bem fica disponível para uso.

Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos contabilisticamente no momento em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Caixa e depósitos bancários

São expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente. No caso de ser aplicável, as disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e/ou bens destinados a venda.

J. Pereira

Fornecedores, fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando o Município se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a obrigações presentes resultantes de acontecimentos já ocorridos, sendo provável um ex fluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia.



Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas municipais é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na subrubrica de Remunerações a Liquidar.

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebidos e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica Outras variações no património líquido, são transferidos numa base sistemática para resultados, à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

2.2. Outras políticas contabilísticas consideradas relevantes

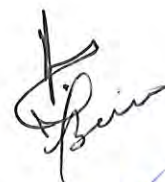
Não foram aplicadas outras políticas contabilísticas na análise das demonstrações financeiras, apenas as exigidas pela aplicação das normas do SNC-AP.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

Os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Município são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa que, tendo em conta o histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros, se acredita serem razoáveis.

Neste sentido, os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos seguintes são:

- Perdas por imparidade – a determinação de uma eventual perda por imparidade, pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Município;
- Provisões – o Município analisa eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para pagamentos das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos;



- Impostos a receber – a estimativa de impostos a receber em exercícios futuros, reconhecidos como rendimentos no exercício corrente, foi efetuada com base na informação disponibilizada pela Autoridade Tributária através do Portal das Finanças em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Derrama.



2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras do Município de Vizela foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos do Município de Vizela são considerados na preparação das demonstrações financeiras e no caso de ser materialmente relevantes serão divulgadas no presente anexo.



2.5. Aplicação inicial de uma NCP

Não aplicável.

2.6. Principais fontes de incertezas das estimativas

Não aplicável.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não aplicável.

Quadro 2 – Reexpressão retrospectiva

Não aplicável.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não aplicável.

Nota 3 - Ativos intangíveis

O método de amortização utilizado nos ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerada a vida útil de referência que consta no classificador complementar.

O detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis é a seguinte:

AI - QUANTIA ESCRITURADA										
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições
	Ativos Intangíveis	1 051 687,98 €						-12 072,61 €		
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
AI2	Goodwill									
AI3	Projetos de desenvolvimento	7 740,48 €						-4 038,48 €		
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	16 155,03 €						-4 434,12 €		
AI5	Propriedade industrial e intelectual	1 027 792,47 €						-3 600,00 €		
AI6	Outros									
AI7	Ativos intangíveis em curso									
	TOTAL	1 051 687,98 €						-12 072,61 €		
										1 039 615,37 €



Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Os contratos de concessão que o Município de Vizela tinha a 31 de dezembro de 2021, enquanto concedente, encontram-se elencados no quadro seguinte:

4. Acordos de concessão de serviços: concedente

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia S.A.	-	20 Anos	-	-	-	-
Serviço público de colocação e exploração de publicidade e sinalética comercial em espaços de domínio publico	Alargâmbito - Publicidade Exterior, Unipessoal, Lda.	-	10 Anos	-	-	-	-
Exploração do Parque de jogos de Vizela	Turvizela- Empreendimentos turísticos Lda	Terreno e Edifícios	5 anos	-	-	-	-
Construção e exploração de bar de praia fluvial	Turvizela- Empreendimentos turísticos Lda	Terreno	25 anos	-	-	-	-






Vzela
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials]

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens considerados ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo custo deduzidos dos gastos de depreciação e das perdas por imparidade existentes.

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se no seguinte quadro:

AFT - QUANTIA ESCRITURADA									
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	19 793 853,90 €	8 355 586,71 €	-4 372 229,76 €				-1 374 124,82 €		-1 374,84 €
Terrenos e recursos naturais	2 936 223,91 €	23 042,45 €							22 401 711,19 €
Edifícios e outras construções	2 380 510,04 €	2 774 672,67 €					-96 433,37 €		2 957 891,52 €
Infraestruturas	12 112 465,93 €	1 587 760,40 €					-1 277 691,45 €		5 058 749,34 €
									12 422 534,88 €

[illegible]

Prestação de Contas Consolidada 2021

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES

Ativos Fixos Tangíveis	Adições								
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		3 978 269,51 €		4 361 682,76 €		3 242,07 €			12 392,37 €
Terrenos e recursos naturais		7 408,01 €				3 242,07 €			12 392,37 €
Edifícios e outras construções				2 774 672,67 €					23 042,45 €
Infraestruturas		750,31 €		1 587 010,09 €					2 774 672,67 €
Património histórico, artístico e cultural									1 587 760,40 €
Outros									
Bens de domínio público em curso		3 970 111,19 €							
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis		810 694,07 €		3 160 412,20 €					-438,52 €
Terrenos e recursos naturais		40 000,00 €							40 000,00 €
Edifícios e outras construções				3 149 865,20 €					-0,05 €
Equipamento básico		275 326,59 €							-438,47 €
Equipamento de transporte		111 655,94 €							274 888,12 €
Equipamento administrativo		79 891,35 €							111 655,94 €
Equipamentos biológicos									79 891,35 €
Outros		167 434,39 €		10 547,00 €					
Ativos fixos tangíveis em curso		136 385,80 €							
TOTAL		4 788 963,58 €		7 522 094,96 €		3 242,07 €			11 953,85 €
									12 326 254,46 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES						
Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-1 374,84 €					-1 374,84 €
Terrenos e recursos naturais	-1 374,84 €					-1 374,84 €
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis	-5 000,00 €				-207 537,86 €	-212 537,86 €
Terrenos e recursos naturais	-5 000,00 €					-5 000,00 €
Edifícios e outras construções					-79 200,00 €	-79 200,00 €
Equipamento básico					-14 598,00 €	-14 598,00 €
Equipamento de transporte					-73 800,00 €	-73 800,00 €
Equipamento administrativo					-39 939,86 €	-39 939,86 €
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL	-1 374,84 €	-5 000,00 €			-207 537,86 €	-213 912,70 €

[Handwritten signature]

Nota 6 – Locações

O Município de Vizela tem apenas um contrato de locação operacional, cujos dados estão discriminados no quadro seguinte:

BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado						
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Parcómetros	91 596,72 €	25 443,51 €	0,00 €	81 419,24 €	0,00 €	10 177,48 €			10 177,48 €	
									0,00 €	
									0,00 €	
									0,00 €	
									0,00 €	
Total	91 596,72 €	25 443,51 €	0,00 €	81 419,24 €	0,00 €	10 177,48 €		0,00 €	10 177,48 €	0,00 €

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos como os juros e/ou outros gastos incorridos com a obtenção de empréstimos, são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nas situações em que são diretamente imputáveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para uso seja substancial.

Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos – Empréstimos bancários

No quadro seguinte apresentamos o detalhe dos empréstimos obtidos pela Câmara Municipal de Vizela:

(Unit:Euro)

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamento de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	24/02/2003	23/01/2003	20 Anos	412 099,00	401 041,00	0,01	0,00	344 161,18	51 724,21	395 885,39	22 716,72	106,74	22 823,46	-	56 879,82	34 163,10
Banco Comercial Português, S.A.	18/08/2003	15/09/2003	20 Anos	445 506,00	445 506,00	0,03	0,01	361 321,06	120 729,60	482 050,66	27 921,82	386,10	28 307,72	-	84 184,94	56 263,32
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	14/07/2004	25/08/2004	20 Anos	486 928,00	486 928,00	0,03	-	378 721,80	108 320,85	487 042,65	27 051,55	12,98	27 064,53	-	108 206,20	81 154,65
Banco Santander Totta, S.A.	16/05/2005	04/08/2005	20 Anos	532 240,00	532 240,00	0,02	-	384 395,44	96 262,16	480 657,60	29 568,88	-	29 568,88	-	147 844,56	118 275,68
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	21/10/2005	06/12/2005	20 Anos	266 776,00	266 776,00	0,02	-	192 671,55	43 380,88	236 052,43	14 820,89	-	14 820,89	-	74 104,45	59 283,56
Novo Banco, S.A.	12/07/2006	07/09/2006	20 Anos	673 511,00	623 761,00	0,04	0,00	415 840,66	87 546,03	503 386,69	34 653,39	181,75	34 835,14	-	207 920,34	173 266,95
Banco Comercial Português, S.A.	06/11/2006	18/01/2007	20 Anos	223 110,00	198 110,00	0,04	0,00	126 570,38	24 885,62	151 456,00	11 006,12	59,29	11 065,41	-	71 539,62	60 533,50

Caixa Geral de Depósitos, S.A.	06/07/2007	02/08/2007	15 Anos	319 500,00	319 500,00	0,04	-	270 346,14	37 151,93	307 498,07	24 576,93	-	24 576,93	-	49 153,86	24 576,93
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	30/05/2008	24/07/2008	20 Anos	2 445 000,00	1 530 091,60	0,05	-	892 553,43	164 723,78	1 057 277,21	85 005,09	-	85 005,09	-	637 538,17	552 533,08
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	25/07/2017	30/11/2017	16 Anos	4 610 950,85	4 610 950,85	0,02	0,02	864 553,26	219 977,98	1 084 531,24	288 184,43	63 328,13	351 512,56	-	3 746 397,59	3 458 213,16
Banco BPI, S.A.	22/08/2017	30/11/2017	16 Anos	4 889 049,15	4 889 049,15	0,02	0,02	916 696,61	213 855,16	1 130 551,77	305 565,58	63 190,96	368 756,54	-	3 972 352,54	3 666 786,96
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	27/08/2019	11/10/2019	15 Anos	42 962,26	34 152,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34 152,06	34 152,06
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	15/11/2019	14/05/2020	15 Anos	192 831,69	192 831,69	0,00	-	-	43,07	43,07	-	-	-	-	64 277,23	192 831,69
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	02/03/2020	22/04/2020	15 Anos	98 878,54	32 959,51	0,00	-	-	14,01	14,01	-	-	-	-	32 959,51	32 959,51
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	15/06/2020	26/10/2020	15 Anos	51 447,90	34 298,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17 149,30	34 298,60
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	26/10/2020	28/01/2021	15 Anos	260 814,00	173 876,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	173 876,00
Banco BPI, S.A.	06/11/2020	24/02/2021	20 Anos	1 390 000,00	1 390 000,00	0,01	0,01	-	-	-	-	1 144,41	1 144,41	-	-	1 390 000,00

[Handwritten signatures and initials]

Nota 8 – Propriedades de investimento

O Município não possuía em 2021 quaisquer bens considerados como propriedades de investimento.

Nota 9 – Imparidade de ativos

O Município de Vizela tem registada a seguinte imparidade no ano 2021:

- Clientes, contribuintes e utentes pelo valor de 330.325,35 € que os serviços do Município apuraram constituir risco de incobrabilidade.

Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo valor	Valor de uso
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de Caixa	2 857 419,53 €	330 325,35 €	2 527 094,18 €		
TOTAL		2 857 419,53 €	330 325,35 €	2 527 094,18 €		

Nota 10 - Inventários

O custo de cada bem é apurado através da média ponderada do seu custo de aquisição e do custo dos itens semelhantes adquiridos durante o ano. Nos quadros seguintes, apresentamos a informação detalhada dos valores da conta de inventário e os movimentos do período.

Quadro 10.1 – Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)= (2)-(3)
Mercadorias	2 358,45 €	0,00 €	2 358,45 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	57 085,34 €	0,00 €	57 085,34 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	59 443,79 €	0,00 €	59 443,79 €

[Handwritten signature]

Quadro 10.2 - Inventários: movimentos do período

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos movimentos do período:

Rubrica (1)	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (2) + (3) - (4) + (5) - (6) + (7) - (8) + (9)
Mercadorias	2 859,39 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	500,94 €	0,00 €	2 358,45 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	110 389,67 €	455 988,47 €	508 927,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	412,98 €	47,76 €	57 085,34 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	113 249,06 €	455 988,47 €	508 927,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	913,92 €	47,76 €	59 443,79 €

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

O rendimento originado de uma transação com contraprestação é reconhecido no momento em que for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. Para além deste fator, o rendimento apenas será reconhecido quando for possível mensurá-lo com fiabilidade.

No quadro infra apresentamos o detalhe destes rendimentos.

Handwritten signature

Quadro 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, têm a seguinte composição:

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Prestação de serviços	1 363 074,33 €
Venda de bens	-
Juros	-
Royalties	-
Dividendos ou distribuições similares	-
Outros	234 384,06 €
Total	1 597 458,39 €

Handwritten signature

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas independentemente de qualquer contraprestação por parte do Estado. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	3 219 792,73 €				
Impostos indiretos	1 192 965,64 €				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	642 611,74 €		167 730,13 €	162 583,04 €	

[Handwritten signature]

Multas e outras penalidades	68 899,13 €		1 234,39 €	1 177,95 €	
Transferências sem condição	8 713 727,77 €		6 782,75 €	87,75 €	
Transferências com condição					
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações					
Outros	864 962,03 €				
TOTAL	14 702 959,04 €		175 747,27 €	163 848,74 €	

[Handwritten signature]

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Para fazer face a obrigações resultantes de acontecimentos ocorridos no período, são constituídas provisões.

As provisões constituídas correspondem fundamentalmente a processos judiciais e são apuradas com base nos relatórios dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e atendendo à sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a Câmara Municipal.

No quadro seguinte apresentação a listagem de provisões existentes:

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final 11=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas										0,00 €
Garantias a clientes										0,00 €
Processos judiciais em curso	849 548,39 €	176 649,27 €			176 649,27 €					1 026 197,66 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										0,00 €
Matérias ambientais										0,00 €
Contratos onerosos										0,00 €
Reestruturação e reorganização										0,00 €
Outras provisões										0,00 €
Total	849 548,39 €	176 649,27 €	0,00 €	0,00 €	176 649,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 026 197,66 €

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Quadro 18.1 - Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação										
Participações financeiras – justo valor										
Outros ativos financeiros										
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras – custo	2 214 360,60 €				89 960,21 €					2 304 320,81 €
41.1. - Investimentos em entidades controladas	2 214 360,60 €				89 960,21 €					2 304 320,81 €
Vimágua - Empresa de água e saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	2 214 360,60 €				89 960,21 €					2 304 320,81 €
Outros ativos financeiros	0,00 €									0,00 €
TOTAL	2 214 364,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	89 960,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 304 320,81 €

Quadro 18.2 - Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Passivos financeiros detidos para negociação								
Outros passivos financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Outros ativos financeiros	9 304 660,19 €			1 709 579,76 €	871 071,20 €			10 143 168,75 €
25.1.1.2 - Empréstimos bancários de m/l p não excecionados	9 099 242,27 €			1 390 000,00 €	848 354,48 €			9 640 887,79 €
25.1.1.2. - Empréstimos bancários de m/l excecionados	56 879,82 €				22 716,72 €			34 163,10 €
20.4.2.2.2.9.2 - Empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis a m/lp de serviços e fundos autónomos excecionados	148 538,10 €			319 579,76 €				468 117,86 €
TOTAL	9 304 660,19 €	0,00 €	0,00 €	1 709 579,76 €	871 071,20 €	0,00 €	0,00 €	10 143 168,75 €

Quadro 18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital

Rubricas	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final	
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras		
Participações de capital – ao custo												
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,8%	351 099,00 €									351 099,00 €	
Águas do Norte, SA	1,06%	1 169 655,00 €									1 169 655,00 €	
TCR - Turismo Cultural e Religioso, CRL	2,00%	5 000,00 €									5 000,00 €	
Participações de capital – justo valor												
...												
TOTAL		1 525 754,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 525 754,00 €	

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros infra apresentamos a listagem das entidades controladas pela Câmara Municipal de Vizela assim como as transações existentes entre as partes relacionadas:

Quadro 20.1 - Listagem de entidades controladas

O Município em 31 de dezembro de 2021, tinha controlo sobre a seguinte entidade:

Designação	Sede	% Controlo		Controlo final (*)
		Direto	Indireto	
Vimágua - Empresa de água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	Rua do Rei Pegú, nºo 172 4810-025 Guimarães	10%		10%

Nota: A existência de influência significativa por parte do Município, deve-se à representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada.

Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada (1)	Natureza do relacionamento (2)	Transação (3)			Saldo no fim do período (4)	Termos e condições (5)
		Tipo	Quantia	% no total transações		
Vimágua - Empresa de água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	Entidade Controlada	Fornecimentos e serviços externos	152 476,46 €	36%	38 068,48 €	
		Subsídios à exploração	19 012,46 €	4%	-	
AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	Associada	Comparticipação nos custos de funcionamento	58 811,89 €	14%	-	
CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave	Associada	Comparticipação nos custos de funcionamento	189 967,21 €	44%	7 648,42 €	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associada	Quota Anual + Inscrição em congresso	5 430,10 €	1%	-	

Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Associada	Quota Anual	1 500,00 €	0%	-	
Totais			427 198,12 €	100%	45 716,90 €	

No que respeita às transações com a Vimágua, não foram efetuados quaisquer ajustamentos de consolidação, considerando que é utilizado o método da equivalência patrimonial para atualização do valor da participação financeira.

Nota 23 – Outras informações relevantes para compreensão da posição financeira e do desempenho financeiro

O método de consolidação utilizado foi o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As demonstrações financeiras individuais do Município já refletem a participação no capital social da Vimágua, não sendo por isso efetuados movimentos extra-contabilísticos.

Assim, já se encontram refletidos os movimentos abaixo na Prestação de Contas individual já apresentada.

(Un.: euro)

Lançamento n.º	Descrição	Conta a débito	Valor a débito	Conta a crédito	Valor a crédito
1	Ajustamento do valor do MEP em relação à participação do Município na Vimágua	41.1.1.1.3- Investimentos em entidades controladas - empresas locais	89 960,21	78.5.1 - Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos - aplicação do MEP	89 960,21

	Vimágua	CMV 10%	Total 2021	MEP 2020	MEP 2021
			(a)	(b)	(a)-(b)

[Handwritten signature and initials]

Capital	500 000,00	50 000,00			
Reservas legais	114 319,20	11 431,92			
Resultados Transitados	2 491 024,90	249 102,49			
Outras Variações de Capitais Próprios	7 030 225,60	703 022,58	1 030 320,91	940 360,70	89 960,21
Resultados Líquido	667 639,21	66 763,92			
Total Capital Próprio	23 043 208,91	2 304 320,89			

Considerando que o MEP já se encontra refletido nas contas individuais do município, as contas consolidadas correspondem às contas individuais.

Pela aplicação do método de consolidação de equivalência patrimonial não se contabiliza o endividamento consolidado de médio e longo prazo, informa-se, contudo, que a VIMÁGUA possui:

- **Endividamento líquido** a 31/12/2021, calculado nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro no valor de 15.622.224,93 €.
- **Empréstimos de longo prazo** (capital em dívida) no valor de 8.731.102,77€.

A VIMÁGUA, informa que: " *cumprir as regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico da atividade empresarial local, aprovado pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sendo o Resultado Líquido do exercício de 2021, cujas contas foram aprovadas em Assembleia-Geral a 31 de março de 2022, positivo, cumprindo-se desta forma o disposto no n.º 1 do artigo 40.º da Lei 50/2012.*"

Assim sendo, as responsabilidades financeiras da VIMÁGUA não relevam para o cálculo da dívida total do Município, prevista no artigo 52.º do RFALEI.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top of the page.

No quadro seguinte apresenta-se o limite da dívida

ENTIDADES	Receita Corrente Líquida Cobrada				Limite ano N	Divida Total Ano N	Margem/Excesso	
	Anos			Média			Valor absoluto	%
	Ano N-3	Ano N-2	Ano N-1					
	(2)	(3)	(4)					
(1)				(5) = [(2)+(3)+(4)]/3	(6) = 1,5 * (5)	(7)	(8) = (7) - (6)	(9) = (8) / (6)
Município	12 591 945,64 €	12 771 642,16 €	13 465 992,94 €	12 943 193,58 €	19 414 790,37 €	10 829 903,96 €	-8 584 886,41 €	-44,22%
Serviços Municipalizados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Serviços Intermunicipalizados						0,00 €		
Entidades intermunicipais:								
Área Metropolitana						0,00 €		
Comunidade Intermunicipal						48 735,85 €		
Entidades associativas municipais:								
Associações de Freguesias						0,00 €		
Associações de Municípios						19 669,11 €		
Empresas locais						0,00 €		
Empresas participadas						0,00 €		
Cooperativas						0,00 €		
Fundações						0,00 €		
Entidades de outra natureza						0,00 €		
TOTAL	12 591 945,64 €	12 771 642,16 €	13 465 992,94 €	12 943 193,58 €	19 414 790,37 €	10 898 308,92 €	-8 516 481,45 €	-43,87%

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

No que respeita às transações com a Vimágua, não foram efetuados quaisquer ajustamentos de consolidação, considerando que é utilizado o método de equivalência patrimonial para atualização do valor da participação financeira.

Das relações comerciais existentes entre o Município e a Vimágua, EIM, SA, resultam os seguintes saldos e fluxos financeiros:

Município de Vizela / Vimágua											
Tipo de fluxos	Obrigações / pagamentos						Direitos / recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	recebimentos do exercício	Saldo Final	
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9-10)	
Relações Comerciais:	22 766,25	260 203,94	73 412,79	171 488,92	38 068,48	789 813,09	838 007,87		714 173,94	913 647,02	
- Serviços prestados de água/saneamento/cobrança de lixo	22 766,25	241 191,48	73 412,79	152 476,46	38 068,48						
- Contrapartidas						706 231,05	115 552,35			821 783,40	
- Rendas						627,30	7 534,50		8 161,80	0,00	
- Receita de tarifas de lixo						82 954,74	714 921,02		706 012,14	91 863,62	
Participações do capital em numerário											
Participações do capital em espécie											
Outros - Comparticipação da Tarifa Social de Água	0,00	19 012,46		19 012,46	0,00						
Total	22 766,25	260 203,94	73 412,79	171 488,92	38 068,48	789 813,09	838 007,87		714 173,94	913 647,02	

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

As relações comerciais entre o Município e a VIMÁGUA E.I.M. S.A traduzem-se no seguinte:

- Faturação da VIMÁGUA E.I.M., S.A. proveniente dos serviços prestados de água/saneamento;
- Encargos de cobrança /receita das tarifas de resíduos urbanos que se traduz na faturação da VIMÁGUA E.I.M. S.A do serviço de cobrança das tarifas de lixo incluída na fatura dos consumos de água/saneamento aos munícipes de Vizela e na entrega da receita das tarifas de lixo, faturadas aos clientes por parte da VIMÁGUA E.I.M. S.A juntamente com a faturação mensal, ao Município de Vizela;
- Encargos relativos à comparticipação no desconto efetuado pela Vimágua aos clientes finais no território do município no âmbito da Tarifa Social de água;
- Faturação do Município de Vizela à VIMÁGUA E.I.M. S.A do valor das contrapartidas pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que é proprietário o Município de Vizela, utilizado pela VIMÁGUA E.I.M. S.A no desenvolvimento da sua atividade, conforme definido no ponto 13 do Contrato de Gestão da empresa.

Utilização pela VIMÁGUA E.I.M. S.A das infraestruturas de água e saneamento

De seguida apresenta-se um quadro do valor das contrapartidas, (sem o IVA) devidas pela VIMÁGUA E.I.M. S.A. ao Município pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, calculado nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da VIMÁGUA E.I.M. S.A:

(Un.:euro)		
Ano da contrapartida	Valor proveito	Por receber
2009	16 188,72	0,00
2010	158 605,18	0,00
2011	153 021,93	0,00
2012	159 577,76	0,00
2013	111 527,89	0,00
2014	204 702,74	0,00
2015	241 862,68	0,00
2016	173 621,27	173 621,27
2017	180 016,11	180 016,11
2018	168 185,20	168 185,20
2019	52 349,00	52 349,00
2020	93 945,00	93 945,00
2021	91 272,14	91 272,14
Total	1 804 875,62	759 388,72

O valor da contrapartida é calculado segundo o método do fracionamento do lucro, havendo o seu reconhecimento sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos.

O valor das contrapartidas do ano 2021 é faturado no ano da aprovação das contas, neste caso no ano 2022.

Nota Final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

Handwritten signature

Handwritten mark

Handwritten mark

Handwritten mark

Handwritten mark

Handwritten signature

4. RELATÓRIO DE GESTÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2021

O presente relatório de gestão é apresentado de acordo com o n.º 7 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Município de Vizela exerce influência significativa sobre a VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A.

Tal influência ao nível das contas reflete-se na atualização do valor da participação financeira do Município na empresa VIMÁGUA, E.I.M. S.A., em função dos capitais próprios e do resultado líquido do ano de 2021, tal como demonstrado no Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas.

No exercício de 2021, foi já considerado o método da equivalência patrimonial, fazendo com que as demonstrações financeiras consolidadas sejam iguais às demonstrações já apresentadas na Prestação de Contas individual.

A participação do Município na VIMÁGUA, E.I.M. S.A. enquadra-se na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, mais concretamente, na alínea b) do n.º 4 e n.º 6 do artigo 75º - RFALEI.

A VIMÁGUA, E.I.M. S.A. foi criada pela iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela e iniciou a sua atividade em 20 de fevereiro de 2002.

A participação na VIMÁGUA E.I.M. S.A. justifica-se pela transferência da gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de drenagem e tratamento de águas residuais na área do município de Vizela numa ótica de parceria que está consubstanciada num Contrato de Gestão assinado entre as partes a 2 de abril do ano 2008.



As contrapartidas que o Município recebe e as obrigações em que incorre estão suportadas em acordos estabelecidos entre as duas entidades, tendo o Município uma participação de 10% no valor de 50.000,00€ no capital social da VIMÁGUA E.I.M. S.A. de 500.000,00 €.



Em termos de gestão da VIMÁGUA E.I.M. S.A., o Município é representado por um vogal no Conselho de Administração e um vogal na Assembleia Geral que participam na orientação e discussão dos assuntos de interesse coletivo não só para o Município de Vizela mas também para o Município de Guimarães.



Durante o ano de 2021, não ocorreram factos ou responsabilidades para o Município de Vizela dignos de realce e os que ocorreram estão devidamente documentados nas contas apresentadas.



As perspetivas futuras são de continuidade das políticas do passado, estando definidas no Plano de Gestão Previsional e no Plano Plurianual de Investimentos da VIMÁGUA E.I.M. S.A., aprovados pelo Conselho de Administração da empresa, que se traduzem na redução e controlo das infiltrações e afluências de águas pluviais às redes de saneamento, substituição de redes de água e de contadores, racionalização do consumo de energia e a prossecução da extensão de redes, designadamente das de saneamento, conforme os Estatutos da Vimágua E.I.M, S.A..

5. RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS DE 01-01-2021 a 31-12-2021

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade a)	Morada b)
Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu	Presidente	01-01 a 31-12-2021	Avenida Manuel Campelos, n.º 310, 2.º sul 4815-738 Vizela
Maria Agostinha Ribeiro de Freitas	Vereadora a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2021	Rua da Saude n.º 2031, S.João 4815-413 Vizela
Joaquim Meireles Pereira Gonçalves	Vereador a meio tempo	01-01 a 08-10-2021	Travessa de Prados, n.º 426, Sta. Eulália 4620-597 Vizela
Jorge Alexandre Mendes Pedrosa	Vereador a tempo inteiro	01-01 a 08-10-2021	Rua Bom Viver, n.º 119, Sta. Eulália 4620-529 Vizela
Jorge Alexandre Mendes Pedrosa	Vereador sem pelouros	09-10 a 31-12-2021	Rua Bom Viver, n.º 119, Sta. Eulália 4620-529 Vizela
Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar	Vereadora sem pelouros	01-01 a 08-10-2021	Rua de S. Romão, n.º 51, S. João 4815-455 Vizela
Horácio de Jesus Almeida do Vale	Vereador sem pelouros	01-01 a 12-04-2021	Rua Nova do Forum, 386, 4 Sul 4815-738 Vizela
José Eugénio Carvalho Silva	Vereador sem pelouros	13-04 a 08-10-2021	Avenida João XXI, 1ºF, 4715-035 Braga
Maria Fátima R.R.A. Marques Andrade	Vereadora sem pelouros	01-01 a 08-10-2021	Ruela dos Impedidos, n.º 241 (Casa do Monte), Sta. Eulália 4620-557 Vizela
Arnaldo José Abreu Guimarães Sousa	Vereador a tempo inteiro	09-10 a 31-12-2021	Rua Padim, n.º 1348 - S. Miguel - 4815-495 Vizela
Anabela Ribeiro dos Santos Oliveira	Vereadora a tempo inteiro	09-10 a 31-12-2021	Rua Dr. Pereira Caldas, nr.205, 1Dt, S. Miguel, 4815-516 Vizela
António Nuno Cunha Faria	Vereador a tempo inteiro	09-10 a 31-12-2021	Calçada do Casal da Bouça, nr.120, S. João, 4815-399 - Vizela
Rui Manuel Azevedo Ferreira	Vereador a tempo inteiro	09-10 a 31-12-2021	Rua Combatentes do Ultramar, nr.284, Moreira de Cónegos, 4815-011 - Guimarães



6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO
ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do MUNICÍPIO DE VIZELA, (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 73.369.959,17 euros e um total de património líquido de 59.627.470,56 euros, incluindo um resultado líquido de negativo de 50.958,04 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidado, a demonstração das alterações no património líquido consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidado relativos ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do MUNICÍPIO DE VIZELA em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Conforme referido na nota 5 do anexo, o município continua a proceder ao reconhecimento, inventariação e registo dos bens do ativo fixo tangível propriedade do Município. Como se trata um processo de execução permanente a garantia da plenitude e da correta valorização desses ativos, não nos permite emitir opinião nesta data sobre os saldos das rubricas de imobilizado evidenciado no balanço consolidado a 31 de dezembro de 2021.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o

- risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do MUNICÍPIO de VIZELA que compreendem a demonstração consolidada de desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 25 de maio de 2022


SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Moraes, ROC n.º 881



RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores Membros, da Assembleia Municipal,

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 76 da lei 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e nosso parecer sobre o relatório de gestão consolidado e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Executivo do MUNICÍPIO DE VIZELA, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Relatório

No desempenho das competências que nos são atribuídas pela alínea e) n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, acompanhámos regularmente a atividade do Município, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Executivo e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório de gestão consolidado, as demonstrações financeiras consolidadas, e as respetivas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas são suficientemente esclarecedores da situação do Município e satisfazem as disposições legais.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal de Contas Consolidada, que emitimos somos parecer que as contas Consolidadas do MUNICÍPIO DO VIZELA referentes ao exercício de 2021, se apresentam elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Porto, 25 de maio de 2022


SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Representada por, João Manuel Trigo de Moraes, ROC N.º 881

7. RELATÓRIO E CONTAS DA VIMÁGUA, EIM, SA

[Handwritten signatures in black and blue ink]

Relatório e contas

2021

Índice

Mensagem do Presidente	5
Principais Indicadores	7
Introdução	8
Estrutura Organizacional	11
Órgãos Sociais	11
Estrutura orgânica	13
Estratégia Empresarial	19
A Empresa	19
Enquadramento Setorial	22
Missão, Visão e Valores	25
Política da Qualidade, Ambiente e Segurança	26
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Conduta e Ética	28
Regulamento Geral de Proteção de Dados	29
Comunicação e Educação	30
Áreas de Atividade	35
Abastecimento de água	37
Águas Residuais	47
Gestão de Clientes	59
Investimento	73
Recursos Humanos	83
Desempenho Económico e Financeiro	99
Perspetivas Futuras	109
Proposta de Aplicação de Resultados	113
Considerações Finais	117
Demonstrações financeiras	121
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	122
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	123
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2020	124
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2021	125
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	126
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	126
Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 ...	131



2002



2022

Handwritten notes in the top right corner, possibly including a signature and some illegible text.

Handwritten notes in the middle right area, possibly including a signature and some illegible text.



Mensagem do Presidente



Handwritten notes in the top right corner, possibly including a signature and some illegible text.



Mensagem do Presidente

O exercício de 2021 foi, ainda, um ano marcado pelos constrangimentos associados à COVID-19.

Não obstante, congratulamo-nos pelo facto de termos uma estrutura capaz de se adaptar e dar resposta às necessidades de serviço, ainda que num contexto tão adverso.

Os resultados económicos, apurados no exercício de 2021, são positivos, fixando-se o resultado líquido do exercício em 667Mil639Euros.

Nesta área de atividade é necessário um investimento contínuo, de forma a assegurar a prestação do serviço, num exigente quadro de qualidade, desde logo, legal, mas também regulatório.

Realizámos investimento em extensão de redes, apesar de possuímos taxas de cobertura de rede de 98% em água e 92,3% em saneamento, e temos de acompanhar este esforço com a operacionalização das redes já instaladas. Em 2021, foram investidos 4,6MilhõesEuros em expansão, substituição e remodelação de redes públicas de água e saneamento nos concelhos de Guimarães e Vizela.

Com o aumento das redes e do número de clientes, tivemos de fazer crescer a nossa estrutura operacional, o que exigiu, por sua vez, que criássemos instalações próprias para as áreas mais operacionais e de armazém, as quais têm requisitos funcionais muito específicos. O Armazém Geral e Oficina da Vimágua, instalado em Aldão, e que entrou em funcionamento, no ano de 2021, obedece a esses requisitos.

De realçar é, ainda, a aprovação, em 2021, de uma nova candidatura ao POSEUR, eixo prioritário 3, “Melhoria e expansão dos sistemas de saneamento de águas residuais nos concelhos de Guimarães e Vizela”, com uma comparticipação a fundo perdido no valor de 1MilhãoEuros.

Importa, ainda, realçar a conclusão do projeto que integrou a candidatura ao POSEUR “Investimentos nos Sistemas em Baixa com vista ao Controlo e Redução de Perdas nos Sistemas de Distribuição e Adução de Água nos concelhos de Guimarães e Vizela”.



A trajetória de consolidação da Vimágua, em termos económicos e financeiros, está a ser conseguida num período de especial vulnerabilidade das famílias e das empresas, sem onerar as tarifas de serviço, as quais não sofreram qualquer agravamento em 2021.

Importa aqui realçar o facto de os Municípios terem decidido subsidiar, em 2021, a tarifa de saneamento, celebrando para o efeito Contratos Programa, com o objetivo de fazer face às circunstâncias decorrentes da pandemia de COVID-19, que provocou uma substancial degradação da situação económica de muitas famílias e da generalidade das empresas, assumindo a transferência para a Vimágua, a título de subsídio à exploração, dos valores correspondentes à redução de rendimentos resultante do não aumento do tarifário na componente do serviço de saneamento, que está dependente do preço praticado pela entidade gestora do Sistema Multimunicipal de Saneamento em Alta, Águas do Norte, S.A.

Os valores de subsídio importaram em 246MilEuros, por parte do Município de Guimarães, e 32MilEuros, por parte do Município de Vizela.

É importante aqui, também, referir que se mantém em revisão o modelo económico e financeiro da Vimágua, tendo em conta as alterações legislativas, designadamente, relacionadas com os poderes de regulação económica que estão atribuídos à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Em tempos de particular exigência, como são os que estamos a viver, será necessário, mais do que em qualquer outro contexto, uma prudente gestão, que garanta o acesso de todos ao serviço público de águas, que se quer de qualidade excecional. A Administração da Vimágua estará, como sempre, empenhada e atenta, agindo no interesse dos utilizadores do serviço.

Deixo uma palavra de reconhecimento, aos clientes e fornecedores da empresa, aos órgãos sociais, nomeadamente, à Assembleia Geral e ao Fiscal Único, aos Municípios de Guimarães e de Vizela, à Agência Portuguesa do Ambiente, à Entidade Reguladora do Setor e aos trabalhadores da Vimágua, agradecendo a todos o espírito de permanente colaboração, para a prossecução da missão de serviço público da Vimágua.

O Presidente do Conselho de Administração

Armindo Costa e Silva



Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2019	2020	2021
BALANÇO			
CAPITAL REALIZADO	500 000	500 000	500 000
CAPITAL PRÓPRIO	22 394 733	22 143 606	23 043 209
PASSIVO	36 579 440	36 430 815	35 128 612
ATIVO	58 974 173	58 574 421	58 171 821
CAPITAL PRÓPRIO / ATIVO, %	37,97%	37,80%	39,61%
INVESTIMENTO	4 283 417	4 083 013	6 117 949
RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO, % ¹	1,56%	2,98%	2,90%
RENTABILIDADE DO ATIVO, % ²	0,59%	1,13%	1,15%
CONTA DE EXPLORAÇÃO			
VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	18 664 058	19 313 073	19 425 499
RENDIMENTOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	18 682 177	19 319 997	19 721 513
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS E AMORTIZAÇÕES (EBITDA)	5 155 203	5 811 202	5 834 848
em % do Volume de Negócios	27,62%	30,09%	30,04%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS (EBIT)	1 200 229	1 557 477	1 460 417
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	536 922	963 553	936 144
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	349 192	659 631	667 639
CASH-FLOW	4 304 166	4 913 356	5 042 071
ATIVIDADE			
VOLUME TOTAL DE ÁGUA VENDIDA	6 662 764	7 037 069	6 983 142
NÚMERO TOTAL DE CLIENTES	69 919	71 677	73 631
NÚMERO DE MUNICÍPIOS SERVIDOS	2	2	2
N.º TRABALHADORES	200	210	212
CLIENTES/TRABALHADORES	350	341	347

¹ Resultado líquido / Capital próprio

² Resultado líquido / Ativo total



Introdução

Em cumprimento do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2021 e a proposta de aplicação de resultados.

O presente Relatório e Contas será acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Relatório e Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º dos Estatutos.

Nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o presente Relatório e Contas será apresentado aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela.



Estrutura Organizacional



Handwritten notes in the top right corner, possibly including a signature and some illegible text.

Estrutura Organizacional

Órgãos Sociais

Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos, são órgãos sociais da Vimágua a Assembleia geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

A Assembleia geral é formada por um representante de cada acionista, competindo aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela designar os respetivos representantes.

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da Vimágua, composto por três membros, um dos quais é o Presidente, que são nomeados pela Assembleia Geral, dois sob proposta do Município de Guimarães e um sob proposta do Município de Vizela. É este o órgão de gestão da Vimágua que, no âmbito do contrato de gestão da empresa, define as orientações estratégicas, os planos de atividades e de investimento, os objetivos e orçamentos anuais e plurianuais, controlando a respetiva execução.

Ao Fiscal Único compete a fiscalização das atividades desenvolvidas pela Vimágua, nomeadamente a revisão legal das contas.

O ano de 2021 ficou marcado, ao nível dos órgãos sociais, pela cessação de funções dos membros em exercício e pela designação de novos órgãos.

Na sequência das eleições autárquicas realizadas no dia 26 de setembro, foi constituída a nova Assembleia-geral e foram designados os membros para o Conselho de Administração da Vimágua para o período coincidente com o mandato autárquico.

O Conselho de Administração iniciou funções a 22 de outubro de 2021, composto pelos seguintes membros:

O Conselho de Administração é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães;

1.º Vogal: Maria Agostinha Ribeiro de Freitas, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vizela e designada sob proposta do Município de Vizela;

2.º Vogal: Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral, designada sob proposta do Município de Guimarães.



O Presidente do Conselho de Administração exerce funções executivas, em regime de permanência.

Os membros do Conselho de Administração da Vimágua, na qualidade de gestores públicos, estão abrangidos pelo Regime de Impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março), nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), nos quais são estabelecidas as regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios desses titulares, bem como, na Lei n.º 52/2019, de 31 de julho que aprovou o Regime do Exercício de Funções por Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos.

A **Mesa da Assembleia geral** tem, desde 22 de outubro de 2021, a seguinte composição:

Presidente: Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães;

Vogal: Victor Hugo Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Vizela.

Em 2021 a Assembleia geral realizou as duas sessões ordinárias previstas nos Estatutos e duas extraordinárias.

Conforme determinado no artigo 16.º dos Estatutos da Vimágua, a 31 de março de 2021, em sessão ordinária, foi aprovado o Relatório e Contas de 2020, apresentado pelo Conselho de Administração da empresa, e na sessão ordinária realizada a 22 de novembro foi aprovada a proposta de *Tarifário 2022 e o Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2022 e o Processo de consulta ao mercado bancário para financiamento do edifício de armazém/oficinas da Vimágua em construção na freguesia de Aldão.*

Nos termos dos Estatutos da empresa, alterados em 2013 para adequação às novas determinações legais introduzidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Fiscal Único para o mandato 2021-2025 foi designado pelos órgãos deliberativos dos Municípios de Guimarães e Vizela, tendo-se mantido a fiscalização da empresa a cargo da sociedade **“Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda.”**, representada por António de Jesus Pereira, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 245 e na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia, Pessoa coletiva n.º 509



332 153, com sede no Edifício Tower Plaza, Via Engenheiro Edgar Cardoso, 23-12.º D, 4400-676 Vila Nova de Gaia.

Estrutura orgânica

O Organograma em vigor até 2021, aprovado em 2018, foi definido, com o objetivo de implementar a melhor estrutura organizativa com vista à prossecução da missão da Vimágua, suas atribuições e competências próprias, tal como estão definidas nos Estatutos e Contrato de Gestão Delegada.

Prosseguindo essas linhas orientadoras e com vista ao melhor desenvolvimento da organização e concretização dos seus objetivos de gestão e metas, foi considerado fundamental a criação de uma unidade autónoma para Gestão dos Ativos da empresa.

Focada em práticas de gestão e de engenharia, a Gestão de Ativos visa a obtenção, de forma integrada, de um balanço adequado entre o desempenho, o custo e o risco associados aos ativos, ao longo do seu ciclo de vida útil. A Gestão de Ativos pretende constituir-se como uma ferramenta de suporte à tomada de decisões de gestão, tendo por base informação de qualidade e o prévio estabelecimento dos níveis de serviço a atingir, contribuindo para os seguintes objetivos corporativos da Vimágua:

- Sustentabilidade;
- Rentabilidade;
- Qualidade de Serviço.

A Divisão criada no novo organograma da Vimágua, aprovado pelo Conselho de Administração a 30 de março, incorpora as seguintes atividades, que por sua vez promovem a articulação com todas as áreas da Empresa que desenvolvem atividades em cada uma das fases do ciclo de vida dos ativos:

- Gestão da Informação;
- Cadastro;
- Inspeções;
- Gestão de Perdas e Afluências Indevidas;
- Planeamento de Investimento.

Nestas áreas pretendemos adotar as melhores práticas, utilizando ferramentas específicas e promovendo a manutenção do conhecimento no seio da Vimágua.



Importa salientar que o modelo organizacional e funcional da Vimágua assenta numa estrutura organizativa constituída pelo Conselho de Administração, cujo Presidente tem funções executivas e em duas Direções com valências técnicas muito diferenciadas, o que implica, no âmbito da organização e distribuição de atribuições e competências, um grande esforço de coordenação e intervenção conjunta.

A alteração do organograma da Vimágua incorporou as seguintes matérias:

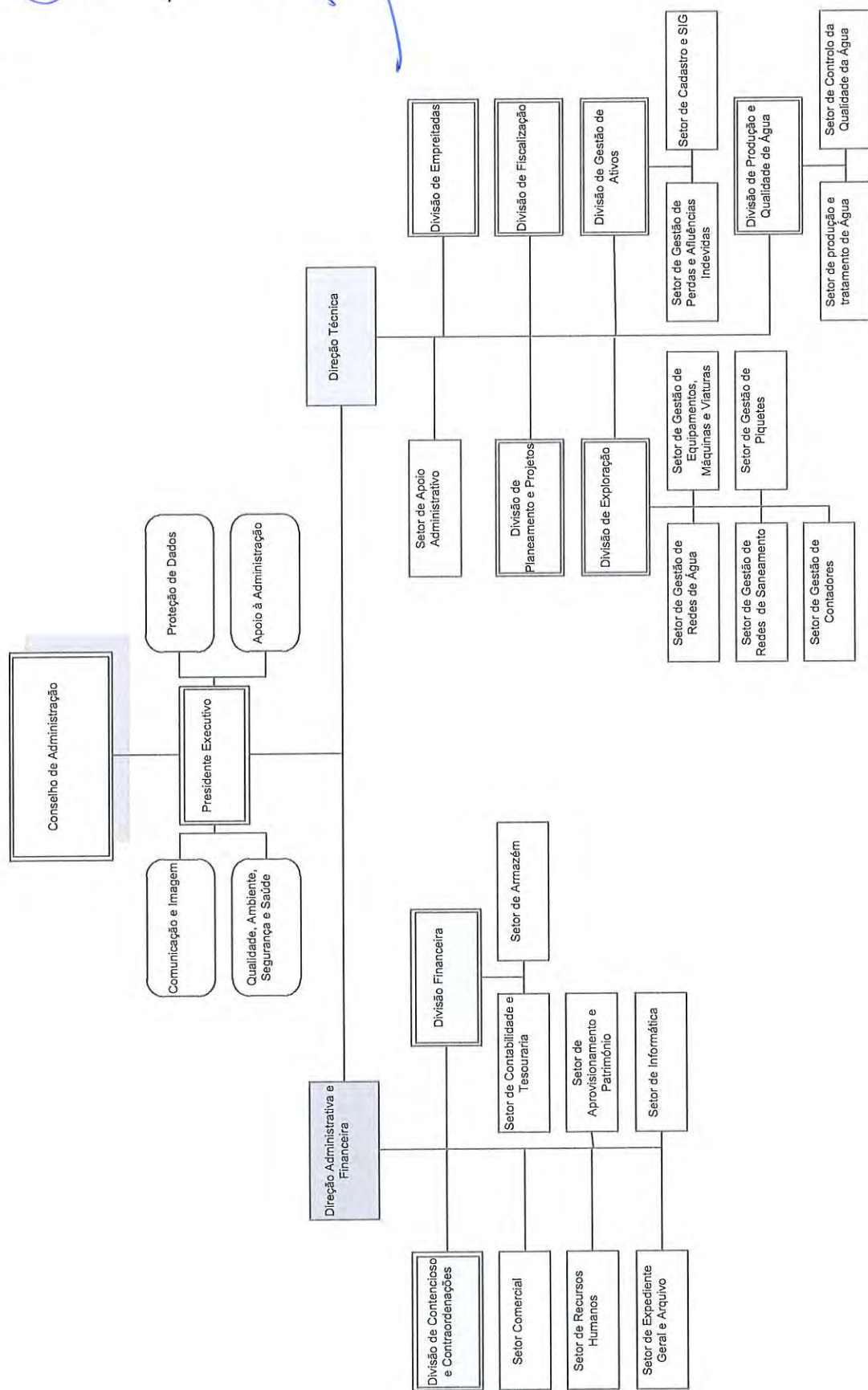
- Criação da Divisão de Gestão de Ativos e definição das respetivas atribuições e estrutura;
- Criação do Setor de gestão de perdas e afluências indevidas e definição das respetivas atribuições;
- Redefinição do Setor de Gestão de Cadastro e SIG que transitará da Divisão de Planeamento, Projetos e Cadastro para a Divisão de Gestão de Ativos;
- Redefinição da Divisão de Planeamento, Projetos e Cadastro que passará ser Divisão de Planeamento e Projetos, com supressão do Setor de Projetos;
- Revisão de algumas atribuições na Direção Técnica e na Divisão de Exploração, para adequação à integração da nova Divisão de Gestão de Ativos.

As alterações foram integradas num novo documento de organograma aprovado pelo Conselho de Administração.

A estrutura orgânica da empresa é ilustrada pelo seguinte organograma:



Handwritten signatures and initials in blue ink at the top of the page.



16
H. J. J.

Q

BP

A.

JP

Estratégia Empresarial



Handwritten notes in the top right corner, possibly including a signature and some illegible text.

Estratégia Empresarial

A Empresa

A Vimágua iniciou a sua atividade em 20 de Fevereiro de 2002, substituindo-se aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Guimarães, tendo sido criada, por iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela, com o intuito de usando dos instrumentos previstos na lei, refundar um serviço público, reorganizando estruturas, rentabilizando recursos, implementando novas filosofias de gestão, clarificando competências e responsabilidades, em suma otimizando-o e orientando-o de forma ainda mais exigente e constante para a satisfação das necessidades dos clientes.

Em 28 de dezembro de 2007, por escritura pública e de acordo com a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de agosto), a Vimágua foi transformada em sociedade anónima, adotando a denominação *Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.*

Identificação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, União de Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, 4810-025 Guimarães.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único 505 993 082

Capital Social e Prestações Suplementares:

Capital Social: 500.000 euros, dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

Prestações Suplementares: €12.240.000

Acionistas:

Município de Guimarães: 450.000 ações

Município de Vizela: 50.000 ações



Âmbito geográfico

A Vimágua atua no âmbito geográfico dos Municípios que a integram, Guimarães e Vizela, cuja cobertura territorial efetiva, por parte desta empresa, regista um significativo crescimento, desde a sua criação e início de atividade.



2 MUNICÍPIOS

53 FREGUESIAS

- **SUPERFÍCIE**
Guimarães 240,95 km²
Vizela 24,70 km²
Total 265,65 km²
- **POPULAÇÃO RESIDENTE**
Guimarães 158.124
Vizela 23.736
Total 181.860
- **ALOJAMENTOS CLÁSSICOS**
Guimarães 66.790
Vizela 9.048
Total 75.838

Objetivos Estratégicos

A 2 de Abril de 2008, foi celebrado entre a Vimágua e os Municípios participantes o *Contrato de Gestão*, para cumprimento das exigências legais do regime jurídico do setor empresarial local e determinação objetiva e concreta de orientações estratégicas dos Municípios em relação à empresa, atenta a sua natureza de entidade gestora encarregada da gestão de serviço de interesse geral.

O Contrato de Gestão, cuja finalidade é regular os direitos e deveres estabelecidos entre os Municípios e a Vimágua, reajustando e reequilibrando, assim, em termos económicos, a relação existente, por forma a tornar viável a atividade da Vimágua, define de forma clara os objetivos da sua atividade:



- a) Assegurar a qualidade, universalidade e continuidade dos serviços de interesse geral delegados na Vimágua e enquadrados pelo Contrato de Gestão, na área dos municípios de Guimarães e Vizela.
- b) Proteger os municípios, assegurando o funcionamento dos Sistemas e a obtenção de níveis de satisfação e de qualidade das necessidades básicas da população ao nível de distribuição de água para consumo humano e saneamento das águas residuais.
- c) Manter e renovar as infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outros bens afetos aos Sistemas, quando necessário.
- d) Impulsionar a coesão local a nível económico e social.
- e) Privilegiar a eficiência e eficácia económica desta atividade, contribuindo para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do setor público.
- f) Respeitar os princípios de não discriminação e transparência.

Em 2017 foi aprovado pelos órgãos sociais da Vimágua e pelos Órgãos Executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela, o novo Contrato de Gestão Delegada, o qual foi submetido a parecer da entidade reguladora – ERSAR.

O novo Contrato de Gestão Delegada foi elaborado considerando que, no modelo de gestão delegada dos serviços públicos objeto da atividade da Vimágua, deverão ser conciliados os dois regimes legais aprovados, posteriormente à celebração do Contrato de Gestão da Vimágua, pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, residindo na esfera da Lei n.º 50/2012 a definição das regras gerais orientadoras da tipologia das empresas, do procedimento de constituição das empresas, do funcionamento interno das empresas, bem como, do controlo financeiro acionista e externo, por um lado, e na esfera do Decreto-Lei n.º 194/2009 as regras especiais do regime municipal, as quais definem, designadamente, o conteúdo do contrato de gestão delegada, os poderes da entidade delegante, bem como, o modo de intervenção da ERSAR.

Os objetivos estratégicos definidos para a atuação da Vimágua compaginaram-se com os objetivos nacionais estabelecidos para o setor do saneamento básico, plasmados no “PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (2014-2020)”, documento que sucede ao Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II).



O aludido “PENSAAR 2020” assentava em 5 eixos estratégicos, designadamente:

- Eixo1 - Proteção do ambiente e melhoria das massas de água;
- Eixo 2 - Melhoria da qualidade do serviço prestado;
- Eixo 3 - Otimização e gestão eficiente dos recursos;
- Eixo 4 - Sustentabilidade económico-financeira e social;
- Eixo 5 - Condições básicas transversais.

Assim, desenvolvemos um plano que visa, entre outras ações, promover a redução e controlo das infiltrações e afluência de águas pluviais às redes de águas residuais, criar Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC's), substituir redes de água e contadores por forma a reduzir as perdas e implementar um plano de racionalização de consumo de energia.

Enquadramento Setorial

No final do ano de 2006 foi publicada a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do setor empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de agosto), introduzindo um novo modelo de empresas municipais, distinto do regime anterior e aproximando-o do modelo adotado para o setor empresarial do Estado.

A Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, foi revogada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e que determinou a necessidade de proceder a uma alteração estatutária, por forma a conformar os Estatutos da Vimágua com o disposto na Lei 50/2012.

A principal alteração que decorreu para a Vimágua deste novo ordenamento jurídico prende-se com a designação do Fiscal Único que nos termos do artigo 26º da referida Lei passará a ser designado, no caso da Vimágua, pelas Assembleias Municipais de Guimarães e Vizela, sob propostas dos respetivos órgãos executivos.

Entrou em vigor em dezembro de 2013 o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual aprova o novo regime jurídico do setor público empresarial, estabelecendo os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.



Enquanto entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas a Vimágua está sujeita aos poderes de regulação da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que vem estabelecer o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, reunindo o regime jurídico sobre esta matéria num ato normativo, o que permite a clarificação das regras aplicáveis às entidades gestoras.

Assim, este quadro legal veio estabelecer regras sobre o relacionamento da Vimágua com os Municípios titulares do serviço, definindo um conjunto de normas, nomeadamente, quanto à gestão técnica dos serviços e ao relacionamento com os utilizadores. Fixa, também, alguns princípios gerais sobre a intervenção da entidade reguladora e estabelece um regime contraordenacional que visa sancionar o incumprimento das obrigações por parte dos vários intervenientes (entidade titular dos serviços, entidade gestora e utilizadores).

Além do aludido Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, toda a atividade desenvolvida pela Vimágua tem de obedecer aos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, o qual veio aprovar o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais;
- Lei n.º 23/96, de 26 de julho, que cria os mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais; e
- Lei n.º 24/96, denominada Lei de Defesa do Consumidor.

O regulador setorial (ERSAR) viu os seus poderes e independência reforçados com a publicação, em 6 de março, da Lei n.º 10/2014 que aprova os novos estatutos da ERSAR e que acarreta novas condicionantes à atividade da Vimágua e necessidade de reestruturação para resposta aos novos normativos legais.

Em face das alterações em concretização no setor das águas, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo, quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas, e pelo impacto que a atuação da ERSAR passa a poder ter na esfera patrimonial da Vimágua, enquanto



empresa regulada, a gestão do risco regulatório torna-se uma matéria ainda mais fulcral para a Vimágua.

A 23 de julho de 2018 foi publicado o Regulamento n.º 446/2018 – Regulamento dos Procedimentos Regulatórios – o qual tem por objeto os procedimentos aplicáveis às relações entre a ERSAR e as entidades sujeitas à sua regulação. Neste Regulamento são definidas regras relativas aos procedimentos no âmbito da regulação comportamental das entidades gestoras referentes à:

- a) Monitorização legal e contratual das entidades gestoras;
- b) Regulação económica das entidades gestoras;
- c) Regulação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras;
- d) Regulação da qualidade da água para consumo humano;
- e) Análise de reclamações de utilizadores.

A 4 de setembro de 2018 foi publicado o Regulamento n.º 594/2018 – Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos - o qual estabelece as disposições aplicáveis às relações comerciais que se estabelecem no âmbito da prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Este Regulamento aplica-se a todos os intervenientes nas relações comerciais por si abrangidas, designadamente, a todas as entidades responsáveis pela prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, independentemente do respetivo título e modelo de gestão, que se encontram sujeitas à atuação da ERSAR, nos termos previstos no artigo 4.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, assim como aos utilizadores daqueles serviços.

A Vimágua-Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A., notificada para se pronunciar sobre o projeto de alteração ao Regulamento n.º 594/2018 (Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos), da ERSAR, pronunciou-se, desfavoravelmente, à semelhança do que já tinha em inúmeros outros momentos e sempre que se suscitava a cobrança dos encargos de ligação às redes públicas de forma difusa e não pela individualizada, esta última aquela que foi, desde sempre, a opção assumida pelos Municípios de Guimarães e Vizela.

Em face dos argumentos aduzidos pela Vimágua, a Entidade Reguladora reviu a sua posição e procedeu à alteração da proposta, derrogando o artigo que impedia a cobrança individualizada de ramais, em linha, aliás, com o que se tem vindo a fixar em termos de jurisprudência.



Além das condicionantes impostas pelo regime legal do setor e pelo seu sistema de regulação, existem outras que atuam e influenciam de forma direta a atividade e desempenho da Vimágua, com destaque para as seguintes:

- A evolução da situação económica e financeira do país;
- A variação dos custos energéticos;
- A existência de soluções privativas e individuais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ainda que em incumprimento legal, em alternativa à ligação aos sistemas públicos;
- As verbas disponíveis para comparticipação dos investimentos.

Missão, Visão e Valores

Missão

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano e a recolha e tratamento de águas residuais, pautando-se pela prestação de um **serviço de qualidade**, orientado por **princípios de eficácia de gestão**, e promovendo a **defesa dos valores de ordem social e do meio ambiente**.

Visão

Ser uma empresa de âmbito intermunicipal de referência no setor, focalizada no cliente e orientada pelas melhores práticas internacionais.

Valores

Valores institucionais que estão subjacentes à atuação da Vimágua:

Qualidade, em função da qual se persegue a Inovação, a Modernidade e a Excelência;

Responsabilidade Social na prestação dos serviços públicos essenciais;

Sustentabilidade e Eficiência na Gestão, na Defesa e Proteção do Ambiente, de Respeito pela Pessoa Humana e de Envolvimento da Comunidade;

Orientação para o Cliente, razão de ser da empresa;

Integridade e Transparência no modo de estar e nas relações com todas as partes interessadas;

Competência e Rigor na tomada de decisões e nas ações, estabelecendo a Confiança como princípio de relação entre a Vimágua e os diferentes públicos de relacionamento;

Respeito e a Prática da Legalidade;

Melhoria Contínua da Pessoa, do Saber, dos Processos, das Práticas da Empresa e da Sociedade.



Política da Qualidade, Ambiente e Segurança

A Vimágua tem na sua organização Sistemas de Gestão certificados, nomeadamente, Qualidade, Ambiente e segurança, de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, OHSAS 18001/NP 4397 e NP ISO 50001, com o propósito do desenvolvimento e controlo de processos e procedimentos que têm como objetivo o aumento da eficiência da organização e das instalações.

Consciente da sua responsabilidade para com a sociedade em geral, o meio ambiente, os seus trabalhadores e subcontratados, bem como da importância de satisfazer as expectativas de clientes e partes interessadas e assegurar uma gestão sustentável e eficiente da energia através de energias renováveis de modo a conduzir a reduções dos consumos de energia fóssil e dos impactes ambientais nas instalações da Vimágua. A Vimágua promove na sua organização uma consciencialização para a melhoria continua do seu desempenho.

Medidas de Eficiência Energética implementadas pela Vimágua

Após conclusão do processo de implementação do sistema de gestão de energia, certificado pela ISO 50001, a Vimágua procedeu a um conjunto de investimentos, de entre os quais se destacam os seguintes:

- Monitorização dos consumos energéticos de modo a efetuar o controlo dos consumos energéticos (Instalação de analisadores de energia em 27 instalações);
- Instalação de variadores eletrónicos de velocidade nos GEBs da captação de Gondomar;
- Substituição de grupos de bombagem por equipamentos mais eficientes (captação e elevação da ETA de Gondomar);
- Substituição de motores dos grupos de bombagem por motores mais eficientes (elevação para Guimarães (GEB2), ETA das Taipas);
- Substituição das luminárias existentes por luminárias LED mais eficiente nomeadamente na EE da Charca e Reservatório Prazins S. Eufémia;

Auditorias ao Sistema de Gestão

O programa anual de auditorias definido para 2021 foi cumprido.

No dia 8 de junho de 2021 realizou-se uma auditoria interna ao sistema de Energia com a deteção de 6 oportunidades de melhoria e 3 não conformidades.



Efetuu-se a auditoria interna aos sistemas de Qualidade, Ambiente e Segurança nos dias 1 e 2 de junho com o resultado de 12 oportunidades de melhoria e 4 não conformidades.

Foi realizada em 30 de junho e 1 de julho a auditoria externa, tratou-se do 1º acompanhamento dos sistemas de Qualidade (NP EN ISO 9001:2015), Segurança (ISO 45001:2018) e Energia (ISO 50001:2018) e 2º acompanhamento do sistema de Ambiente (NP EN ISO 14001:2015) onde se detetaram 13 oportunidades de melhoria e 1 não conformidade.

Todas as constatações foram convenientemente tratadas, tendo sido identificadas as causas, definidas ações de correção, prazos e responsáveis, bem como ações corretivas sempre que considerado pertinente.

Foram realizadas auditorias de acompanhamento por parte da Bondalti às Estações de Tratamento de Água de Prazins e Gondomar no dia 19 de novembro de 2021, com resultado de bom estado de funcionamento das instalações.

Resposta às emergências

Durante o ano de 2021 efetuaram-se dois exercícios de simulacro, cujo objetivo foi testar o Plano de Segurança Interno (PSI) da Vimágua.

Um dos exercícios ocorreu no dia 29 de abril, em que o cenário de emergência simulado foi “Entalamento de um pé com uma pedra” numa obra de construção de um muro de pedra.

O segundo cenário simulado foi “Entorse de um pé”, realizado a 29 de dezembro aquando de uma obra de manutenção/reparação num reservatório de água.

A Vimágua participou no exercício do Plano Municipal de Emergência, realizado no dia 7 de setembro. Um exercício de decisão (TTX – table top exercise) de forma a testar e exercitar os procedimentos de planeamento, de coordenação e de condução de operações na resposta às diversas ocorrências de proteção civil associada a uma situação de intempérie com chuva forte e vento forte e muito forte, com descida da temperatura.



Neste exercício estiveram presentes a Proteção civil de Guimarães, representantes dos bombeiros de Guimarães, Taipas, Vizela e Riba de Ave, GNR e PSP, Polícia Municipal, Empresa Vitrus, Infraestruturas de Portugal, Cruz Vermelha, ARS Norte e Hospital Nossa Senhora da Oliveira.

Por último, realça-se que não ocorreu nenhuma situação de emergência em nenhum dos edifícios da Vimágua. Manteve-se atualizada a documentação das várias medidas de autoproteção.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Conduta e Ética

A promoção e difusão de valores de integridade, probidade, transparência e responsabilidade são contextos transversais a todas as abordagens promovidas sob a temática de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Em 25 de fevereiro de 2015 foi aprovado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Vimágua, encontrando-se o mesmo disponível no sítio eletrónico, de acordo com o previsto na Recomendação n.º 1/2009, publicada na 2ª série do Diário da República, n.º 140 de 22 de julho de 2009.

O Plano incide na contratação pública e na atribuição de subsídios e outros benefícios devido à alta probabilidade de ocorrência de fenómenos de corrupção, todavia não se esgota aqui o seu campo de atuação.

Foi, também, aprovado o Código de Conduta e Ética, na senda do fixado no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, tendo a Vimágua promovido ações de formação e divulgação dos dois documentos, implicando todos os trabalhadores da empresa, com vista à formação de uma consciência coletiva dos valores preconizados, pautada pelo escrupuloso cumprimento dos objetivos enunciados no Código de Conduta e Ética.

A luta contra a corrupção exige uma mudança cultural e de comportamento de cada cidadão, porque uma sociedade só muda quando o conjunto dos indivíduos que a compõem modifica os seus comportamentos.



Com o comprometimento de todos é possível controlar os efeitos nefastos de atos de corrupção. Para isso é determinante o fator Educação. Apenas com a formação de cidadãos conscientes, comprometidos com a Ética e a Lei é possível minorar a ocorrência de atos de corrupção.

Sendo a realidade da vida e das instituições dinâmicas, também assim são os planos, daí que, anualmente, o Conselho de Administração pondere e elabore um relatório síntese de execução das medidas plasmadas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, extraindo as devidas conclusões e identificando os pontos a melhorar e, conseqüentemente, a ser incluídos no Plano original.

Em 2021, não foram identificados indícios de práticas de corrupção ou infrações conexas nem foram apresentadas reclamações contra qualquer administrador ou colaborador da Vimágua. Não obstante, atento o tempo decorrido e a nova legislação com impactos nesta matéria, foi decidido rever em 2022 o Plano.

Regulamento Geral de Proteção de Dados

No decorrer do ano de 2021, foram contratados serviços de assessoria ao Encarregado de Proteção de Dados da Vimágua, de forma a assegurar a conformidade normativa e a demonstração ou evidenciação da responsabilidade institucional em matéria de proteção de dados e segurança da informação.

O serviço contratado é bastante abrangente, considerando as seguintes áreas:

- Serviços de gestão operacional dos diferentes sistemas operacionais correlacionados com o cumprimento dos direitos dos titulares ou com as obrigações autónomas;
- Serviços de controlo de conformidade dos princípios jurídicos e dos fundamentos de legitimidade das operações de tratamento e de demonstração da responsabilidade institucional;
- Serviços de auditoria aos diferentes tipos de operações de tratamento de dados, automatizadas ou não automatizadas, e de cumprimento das normativas externas ou internas, bem como do manual institucional de procedimentos;
- Serviços de gestão do risco operacional correlacionado com os diferentes tipos ou categorias de dados pessoais (sensíveis e não sensíveis) bem como com as diferentes operações de tratamento realizadas pela instituição;
- Serviços de definição e desenvolvimento dos procedimentos gerais ou especiais de ação ou de tratamento de dados pessoais,



- Serviços de formação na área de proteção de dados, segurança da informação e procedimentos de conformidade, extensível a todos os trabalhadores da empresa.

Paralelamente, foi, ainda, contratado o desenvolvimento de uma aplicação informática que servirá para o registo de atividades de tratamento, segmentada por área de atividade e que permitirá ter o retrato global dos processos de recolha e tratamento de dados que estão implementados na Vimágua e as condições que os mesmos observam.

Esta é uma área de grande complexidade que obriga a um constante controlo e monitorização das atividades de tratamento de dados pessoais e que depende, em última instância, da criação de uma consciência coletiva esclarecida e desperta para o tema, atuando em todos os domínios numa lógica de prevenção, pelo que iremos apostar no desenvolvimento de ações de formação.

No decorrer do ano de 2021, não foram participadas quaisquer violações de dados pessoais, tendo sido criado um canal de comunicação de violação de dados, na reformulada área de intranet da Vimágua, onde estão, também, todas as políticas e procedimentos já aprovados.

Em julho de 2021 foi, ainda, aprovada uma nova versão da política de privacidade (versão 2.0), proposta no âmbito do contrato de prestação de serviços de assessoria à atividade do Encarregado de Proteção de Dados, a qual se encontra disponível quer na internet, em www.vimagua.pt, quer na intranet.

Até ao final do ano de 2022, prevemos ter já em utilização ferramentas que suportem a atividade do Encarregado de Proteção de Dados e lhe permitam ter um maior controlo sobre as diferentes atividades de tratamento.

Comunicação e Educação

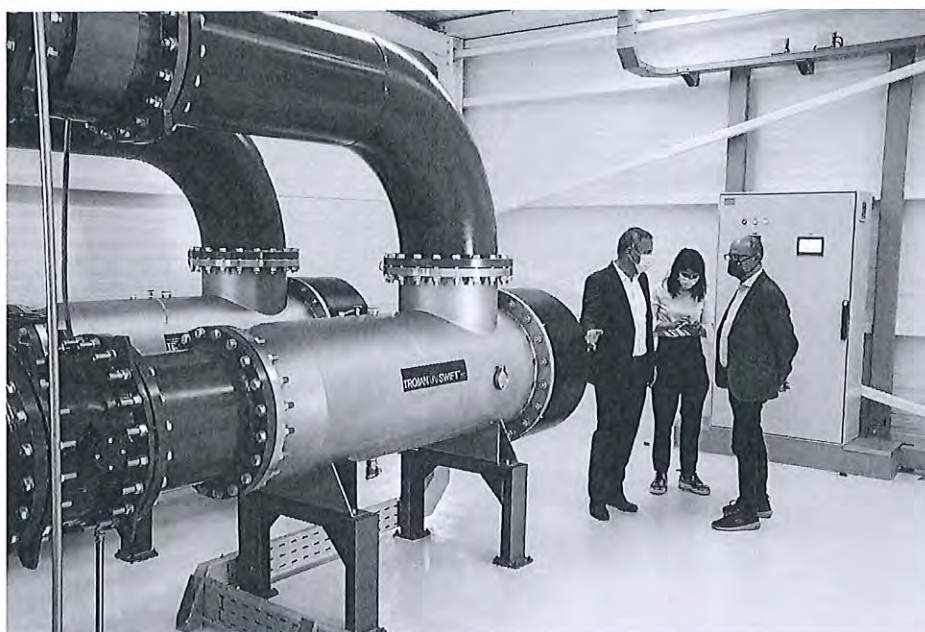
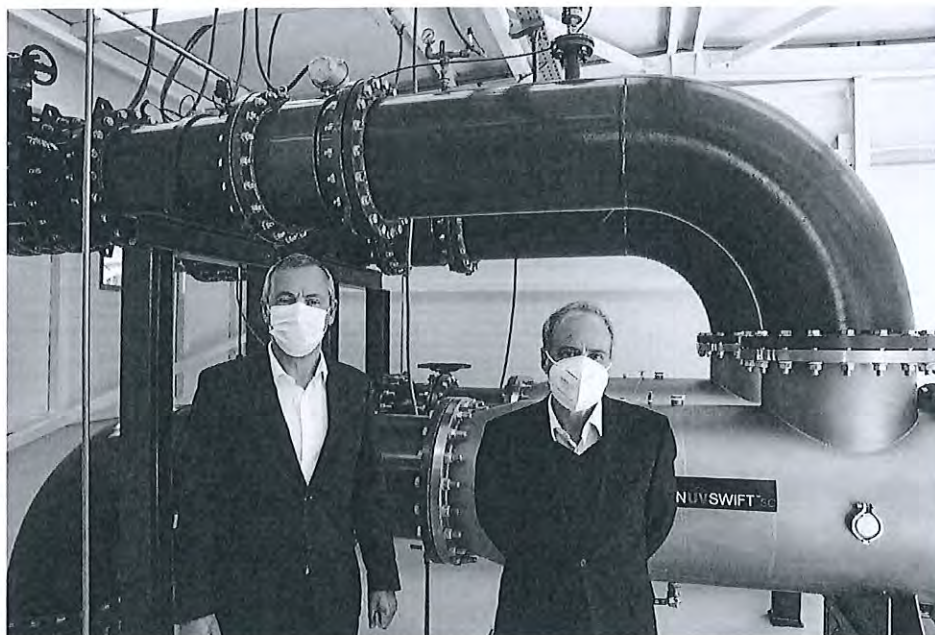
O ano de 2021 foi um ano atípico, mercê das circunstâncias excecionais impostas pela pandemia com origem na doença COVID-19, que motivou a declaração de sucessivos estados de emergência.

Assim, à semelhança do que já havia sucedido no ano de 2020, em 2021, privilegiou-se o tratamento dos canais de atendimento ao público à distância e outras formas de comunicação não presenciais, estando, pois, a comunicação vocacionada para a prestação do serviço.



Com efeito, muito repentinamente, vimo-nos obrigados a ajustar todos os nossos processos, procedimentos e meios, de forma a garantir que a nossa atividade, considerada essencial, estivesse, sempre, garantida e acessível a todos os utilizadores.

Já no Dia Mundial da Água, que se celebra, a cada ano, a 22 de março de 2021, a Vimágua apresentou o investimento realizado na Estação de Tratamento de Água das Taipas com a instalação de um sistema de tratamento de água por ultravioleta.



22 de março 2021 - ETA Vimágua



No decorrer do ano de 2021, apesar dos constrangimentos decorrentes da pandemia, realizaram-se várias ações no âmbito da educação ambiental, designadamente, dinamização de vistas às Oficinas da Água, na Estação de Tratamento de Água de St.^a Eufémia de Prazins e palestras em escolas.

Já na área de comunicação voltada para o público interno, foi disponibilizada, em 2021, uma nova plataforma interna de comunicação, onde estão reunidas as diferentes áreas de interesse para os trabalhadores.



Intranet Vimágua

Por último, mantivemos atualizados e em destaque os conteúdos alusivos aos investimentos que foram objeto de comparticipação, nomeadamente, pelo POSEUR, em particular no que respeita ao investimento em zonas de monitorização e controlo, tendo em vista o esclarecimento da população, relativamente à sua importância para a eficiência na prestação do serviço.

POSEUR - PORTUGAL 2020



Áreas de Atividade



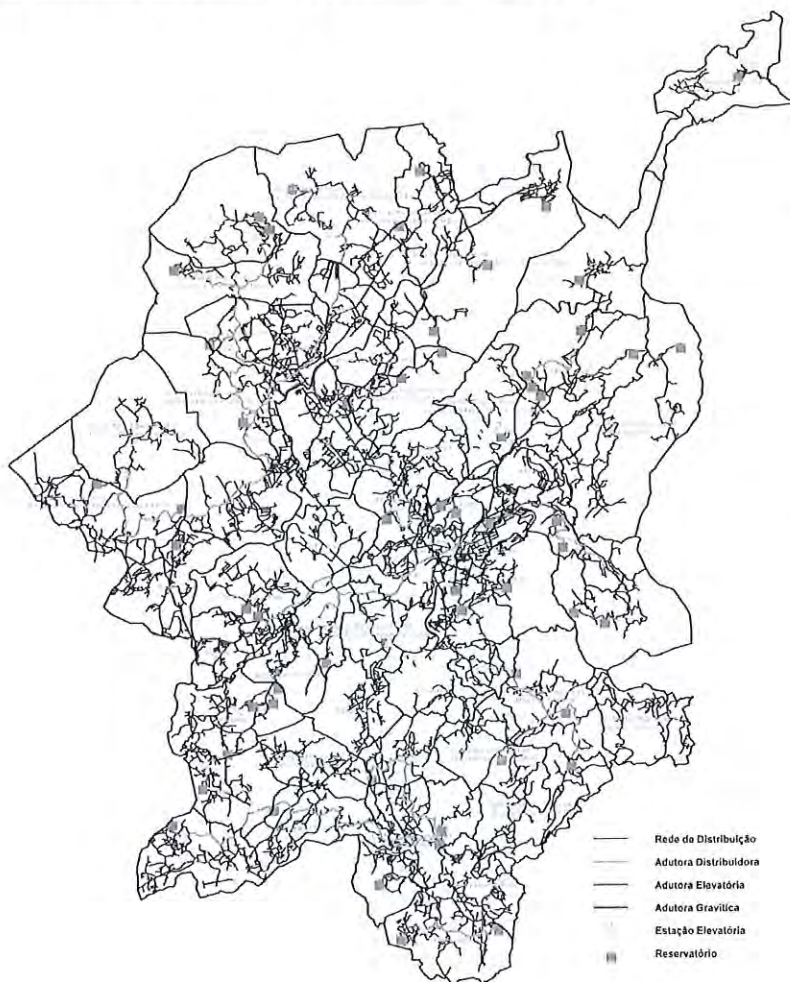
Handwritten notes in the top right corner, possibly including a signature and some illegible text.

Áreas de Atividade

A gestão das diferentes fases do Ciclo Urbano da Água em que a Vimágua tem intervenção - captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e saneamento de águas residuais urbanas – mantém-se orientada pelos princípios fundamentais da Sustentabilidade, da Qualidade do serviço prestado aos seus clientes e utilizadores e da Rentabilidade.

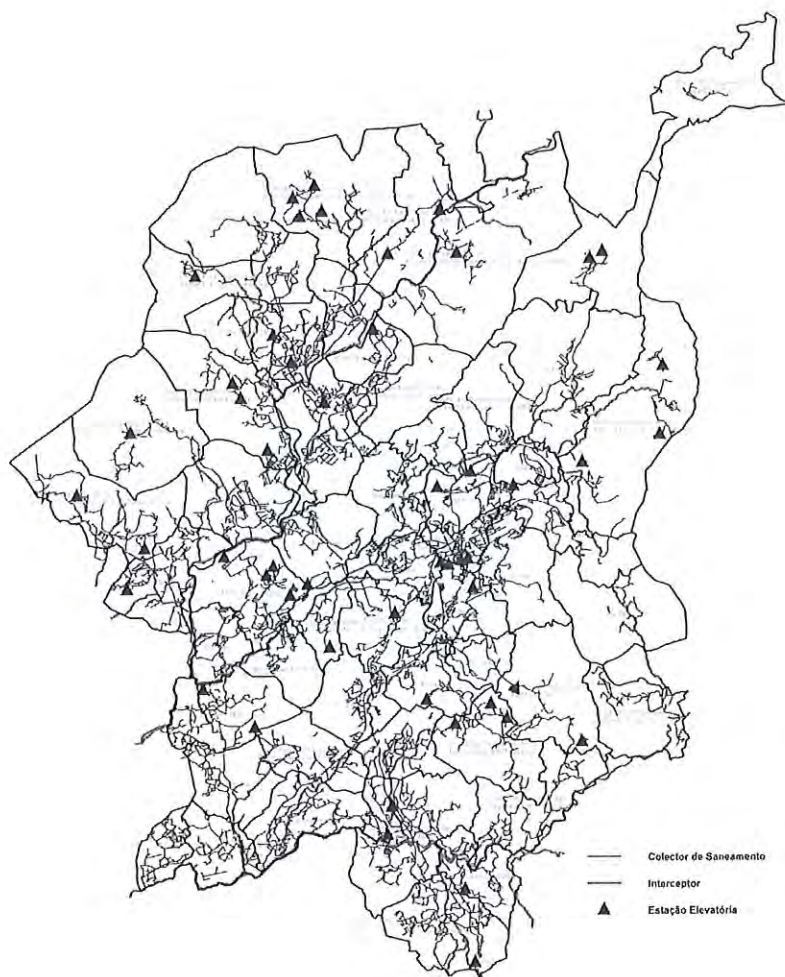
É nestas áreas que se geram a quase totalidade dos proveitos da Empresa, representando, também, a parte mais significativa dos seus custos operacionais.

Infraestruturas do sistema de abastecimento de água



- 2 Estações de Tratamento de Água (ETA)
- 1.385,6 Km de condutas de água (inclui adução e distribuição)
- 54 Reservatórios
- 22 Estações elevatórias
- 18 Hidropressores
- 28 Postos de cloragem/recloragem
- 151 VRP's
- 61.906 Ramais

Infraestruturas do sistema de saneamento de águas residuais



- 865,8 Km de coletores de saneamento de águas residuais
- 73 Estações elevatórias
- 21 Fossas Sépticas
- 46.694 Ramais

Gestão Patrimonial de Infraestruturas

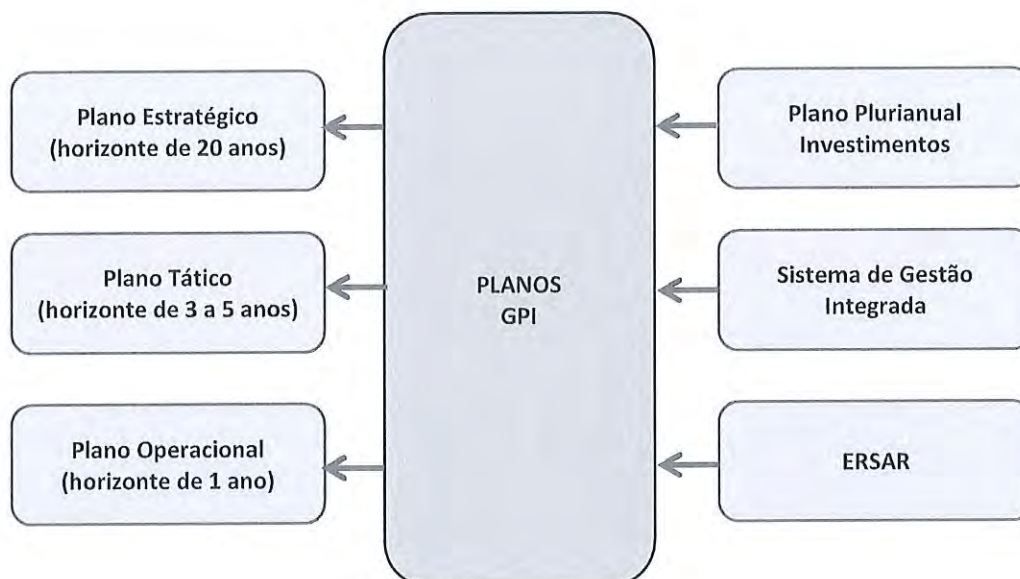
Baseado na continuidade da qualidade do serviço prestado, na vertente de assegurar a sustentabilidade do serviço, infraestrutural e económica a longo prazo, a Vimágua definiu um conjunto de projetos e iniciativas, no sentido de garantir uma melhor e maior eficácia e eficiência na sua atuação. Enquadrada pela exigência legal do Decreto-Lei n.º 194/2009, e com base nas recomendações técnicas da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), constantes dos Guias Técnicos 16 e 17, procedeu-se à implementação, em 2017, da Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) ajustado à realidade da Vimágua como Entidade Gestora, tendo sido aprovado o **“Plano Estratégico de Gestão Patrimonial de Infraestruturas - 2018 – 2038”**.



O plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas articula-se com os seguintes instrumentos de planeamento:

- Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- Política do Sistema de Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança;
- Política da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Plano Estratégico de GPI;
- Planos Táticos de GPI;
- Planos Operacionais de GPI.

A figura seguinte esquematiza de forma gráfica as relações entre os vários instrumentos de planeamento:



Abastecimento de água

A atividade na área do serviço público de abastecimento de água, cuja gestão compete à Vimágua, engloba, concretamente, quer o “sistema em baixa” quer o “sistema em alta”, ou seja, a produção, o tratamento, o armazenamento e a distribuição ao consumidor final, sendo, portanto, completamente independente de qualquer sistema multimunicipal.

Neste capítulo, a Vimágua é responsável pela gestão de um parque de 54 reservatórios, 22 Estações Elevatórias (EEA) e 18 hidropressores (Hid.). No seu conjunto, a totalidade destes equipamentos disponibiliza uma capacidade de reserva total de aproximadamente 60.000 metros cúbicos.

O transporte e a distribuição da água são efetuados através de canalizações com uma extensão de 1.385,6 quilómetros de condutas adutoras e distribuidoras, às quais se encontram ligados 61.907 ramais domiciliários.

A água que a Vimágua distribui é proveniente de 2 captações superficiais (Prazins St^a Eufémia e Gondomar) e 5 subterrâneas (Rocha, Senhoras do Monte, Minas da Penha-nascente, Minas da Penha poente e Castelões).

No Dia Mundial da Água, que se celebra, a cada ano, a 22 de março de 2021, a Vimágua apresentou o investimento realizado na Estação de Tratamento de Água das Taipas com a instalação de um sistema de tratamento de água por ultravioleta.

A Estação de Tratamento de Água de St^a Eufémia de Prazins é a principal estação de captação e tratamento de Água da Vimágua, situando-se na freguesia de Prazins Santa Eufémia, no concelho de Guimarães, na margem esquerda do Rio Ave, tendo entrado em funcionamento em 1950.

Ao longo dos tempos, foi alvo de diversas intervenções e melhorias, destacando-se a ocorrida em 2014, com a introdução de um novo processo de tratamento, a Ultrafiltração por Membranas.

Atualmente, captamos e tratamos, em média, 10 milhões de metros cúbicos por ano, que são distribuídos pelos utilizadores, dos concelhos de Guimarães e de Vizela.

A expansão da rede de abastecimento de água, o crescente aumento da população servida, e os exigentes parâmetros de qualidade da água, implicam sucessivos investimentos em novas tecnologias de tratamento e desinfecção.

Também as consequências decorrentes das alterações climáticas, com impactes adversos nas características da qualidade da massa de água do rio Ave, impõem-nos especiais exigências, designadamente, ao nível da resiliência e eficiência de todo o sistema de captação e tratamento de água e da sua capacidade de resposta a alterações súbitas da qualidade da água captada.

Neste contexto, a Vimágua decidiu instalar um sistema de Desinfecção por Radiação Ultravioleta, representando um investimento total de cerca de 456 Mil euros, que funciona de forma complementar



aos equipamentos existentes e contribui para o reforço da qualidade da água para abastecimento público.

A dose de luz UV utilizada no tratamento de água potável, não altera a constituição química da água, portanto, nenhuma característica físico-química natural da água é alterada e nenhum agente químico é introduzido na água.

A desinfecção de água potável com luz ultravioleta (UV) é uma tecnologia largamente utilizada na Europa. A radiação UV desinfeta a água danificando o material genético das bactérias, protozoários e vírus, tornando-os inviáveis.

O sistema de desinfecção por UV instalado, é constituído por 2 reatores, com capacidade para tratar 1200m³/h de água, dotados de um sistema de limpeza automático e toda a instrumentação e software de controlo.

Ficou, também, prevista a possibilidade de instalação de um terceiro reator.

Com este sistema de desinfecção por UV, a Vimágua robustece o seu processo de tratamento da água.

Paralelamente, foram realizados outros investimentos, que importaram o montante de cerca de 190Mil Euros, na substituição da conduta de entrada de água no Reservatório R0 por outra de maior diâmetro e na instalação de nova conduta para aspiração dos grupos eletrobomba de elevação para os Reservatórios da Pégada e de Ponte, e cerca de 95Mil Euros, na construção de caleiras técnicas.

Passaram sete décadas desde a inauguração da Estação de Tratamento de Água de St.^a: Eufémia de Prazins, sendo que muito evoluíram, desde aí, as tecnologias de tratamento de água, mas mantemos o mesmo compromisso, a disponibilização de uma água segura, natural e equilibrada.

Para garantir a qualidade da água distribuída, dos 28 postos de recloração e de correção de pH existentes e em funcionamento, com localizações estrategicamente determinadas, 4 foram alvo de atualização dos sistemas elétricos para otimizar o respetivo funcionamento e garantir melhor qualidade de desempenho.



Atenta a orografia dos concelhos de Guimarães e de Vizela, a manutenção de pressões de serviço é feita com recurso válvulas redutoras e estabilizadores de pressão (VRP's), estrategicamente inseridas nas redes distribuidoras gravíticas. Em 2021 foram acrescentadas 9 VRP's às 142 já existentes, passando o sistema a integrar um total de 151 VRP's.

A maioria das VRP's foi dotada de sistema de telemetria para monitorização, em tempo real, dos valores de pressão, permitindo, ainda, a atuação remota, prevendo-se para 2022 alargar a monitorização a um maior número de equipamentos.

A Vimágua tem ainda a incumbência de proceder à construção de novas ligações domiciliárias, quer seja a pedido dos interessados quer seja por iniciativa própria, havendo, neste caso, a distinguir a execução de novas ligações e a renovação das existentes. Assim, durante o ano de 2021, foram executadas 389 novas ligações domiciliárias à rede pública de água e alteradas 204 ligações existentes que necessitaram de intervenção corretiva ou substituição

Na atividade operacional do sistema público de abastecimento de água, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de higienização de reservatórios, estações elevatórias e hidropressores;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de estações elevatórias e hidropressores;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de válvulas redutoras de pressão;
- Pesquisa ativa de fugas;
- Redução do tempo de início na reparação de fugas;
- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.

Para garantia do bom funcionamento do sistema e da qualidade e continuidade do serviço prestado aos seus clientes, foram executadas, em 2021, 2.773 intervenções de manutenção corretiva para reparação de roturas e outras anomalias na rede de distribuição de água e 4753 intervenções de manutenção preventiva em equipamentos afetos ao serviço de abastecimento de água, nomeadamente, nos 94 reservatórios, estações elevatórias e hidropressores, bem como, nos 151



equipamentos destinados a reduzir e estabilizar a pressão de serviço (VRP's) e nas 64 instalações para monitorização do desempenho das redes (ZMC's).

Também com vista a garantir a qualidade da água bem como a continuidade do serviço e a preservação do património, procedeu-se à remodelação exterior e interior do Reservatório de S. João de Ponte, com a substituição de todo o circuito hidráulico (tubagens e válvulas) e a remodelação integral da instalação elétrica, incluindo o fabrico do novo quadro elétrico de comandos. A instalação foi dotada de sistema automatizado com telemetria incorporada, para acompanhamento, em tempo real dos parâmetros dos caudais e nível bem como atuação remota das válvulas.

Com o mesmo objetivo, procedeu-se à remodelação exterior e interior do Reservatório R3 Serzedelo e também do reservatório R3E de Guardizela. Ambas instalações, também, foram dotadas de sistema automatizado com telemetria incorporado, para acompanhamento em tempo real dos valores dos caudais aduzidos, elevados e distribuídos bem como atuação remota das de eletrobombas e de eletroválvulas.

Ainda no âmbito da qualidade da água, procedeu-se à instalação de um filtro de carvão ativado, de funcionamento automático, no reservatório de S. Martinho de Candoso.

Ainda no que respeita à continuidade do serviço, procedemos à instalação de sistemas de rearme automático na EE da Charca e Reservatório Prazins S. Eufemia. A instalação deste equipamento permite, sempre que ocorra uma interrupção do fornecimento de energia, por motivos de trovoadas, por exemplo, que o restabelecimento da alimentação elétrica se processe de forma automática, sem intervenção humana, e consequentemente não deixe que os clientes fiquem privados de abastecimento de água como, por vezes, acontecia. Prevemos continuar a dotar as restantes instalações com sistemas idênticos para minimizar as deslocações às instalações e, em alguns casos, a falha de água.

Apesar de não ter uma relação direta com os clientes, foram instalados variadores de velocidade nos GEBs da captação de Gondomar. Esses equipamentos permitem ajustar os caudais de captação, otimizando o funcionamento dos equipamentos eletromecânicos, e obtendo-se um melhor desempenho e uma maior eficácia energética nestas instalações.



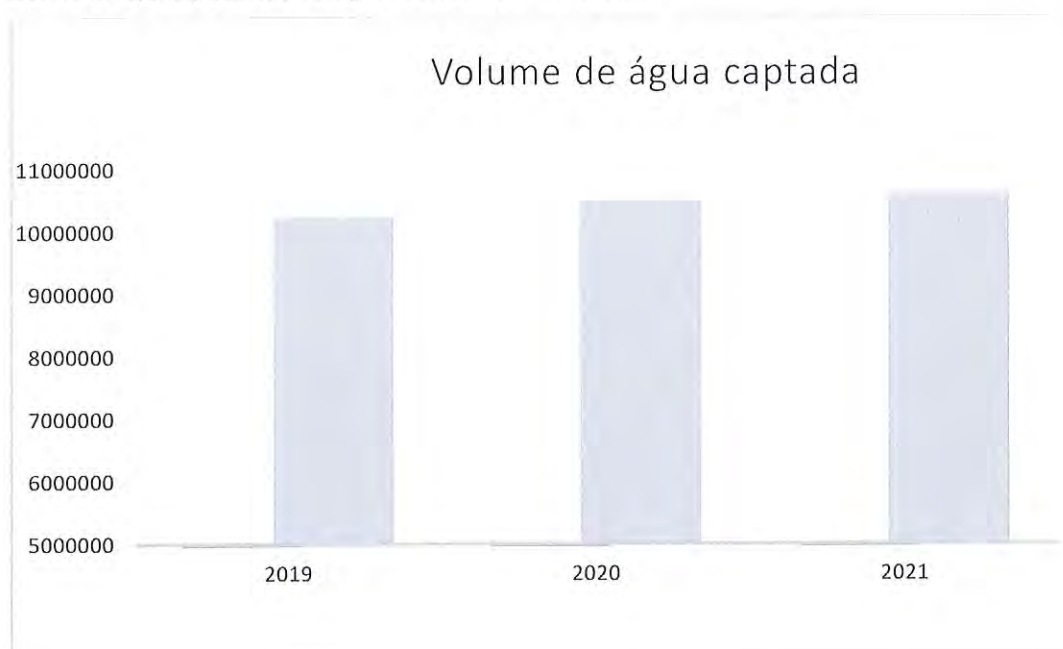
Relativamente à gestão do parque de contadores da Vimágua, constituído por total de cerca de 71 340 unidades, de variadas marcas, modelos, tecnologias e calibres, foram realizadas as seguintes operações:

Tipo de intervenção	2019	2020	2021
Instalação de contadores	4 076	3 397	3 652
Substituição de contadores	4 514	4 161	6 020
Levantamento contadores	1 400	1 387	1 490
Cortes por dívida	2 602	854	29
Religação do serviço	1 990	352	0
Reparação da instalação	1 943	2 682	3 108

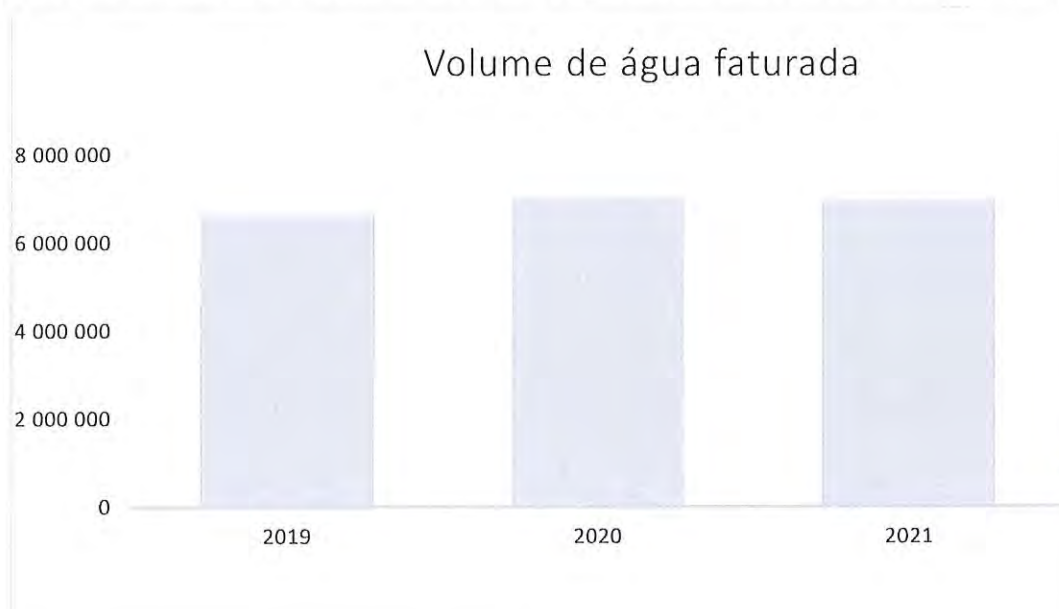
Na atividade desenvolvida como Reparador Instalador de contadores de água, a Vimágua procedeu ao ensaio, em banca apropriada, de 6 632 contadores. Destes, 6 056 foram ensaiados para verificação do cumprimento legal e salvaguarda da qualidade da medição dos volumes a faturar aos clientes, enquanto os restantes, 576 contadores, foram submetidos a variados ensaios para além dos obrigatórios pela legislação, sem qualquer reparação, tentando não alterar as condições de instalação, para determinar com a maior exatidão possível o seu desempenho em função do tempo de instalação e da respetiva "idade volumétrica".

Produção e Distribuição de Água

O volume total de água captada pela Vimágua foi de 10.624.339 metros cúbicos, representando um acréscimo de 0,92%, quando comparado com o ano de 2020.



O volume de água faturada aos utilizadores do serviço público de abastecimento de água foi de 6.983.142 metros cúbicos, o que representa um valor ligeiramente inferior ao do ano anterior (-0,77%).



As perdas de água dividem-se em perdas reais e perdas aparentes, sendo que o indicador de perdas reais representa o volume total de perdas físicas de água do sistema em pressão, até ao contador do cliente, e o indicador de perdas aparentes contabiliza todos os tipos de imprecisões associadas às medições da água produzida e da água consumida e ainda o consumo não-autorizado (por furto ou uso ilícito).

Relativamente ao indicador de água não faturada, calculado pela diferença entre a água entrada no sistema e o consumo autorizado faturado, regista-se um acréscimo de 1,12p.p. relativamente ao ano anterior, tendo-se fixado nos 34,27%. Este indicador inclui não só as perdas reais e aparentes, mas também o consumo autorizado não faturado, onde se inclui a água para combate a incêndios.





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A redução dos volumes de água não faturada constitui um objetivo central da Vimágua que exige múltiplas intervenções.

A redução de perdas no sistema urbano de abastecimento de água é um fator determinante, não só com fortes impactos na eficiência ambiental e económica, mas, também, no bem-estar dos consumidores dos Municípios de Guimarães e Vizela. Centrado na sua redução, a Vimágua ao longo do ano de 2021 levou a cabo medidas concretas que conduzem à consecução deste objetivo, nomeadamente:

- No final de 2021, foi iniciado o procedimento - CP 10/2021/BS, para a contratação de uma prestação de serviços que visa intensificar a pesquisa ativa de fugas, garantindo a deteção de fugas não visíveis à superfície em maior número e num menor espaço de tempo;
- Foi delineado, para execução a curto prazo, um plano de substituição de condutas, orientado para os locais que evidenciam perda de desempenho; e
- Ao longo de 2021 foram promovidas ações de gestão de pressões no sistema distribuição de água, através da instalação de válvulas redutoras de pressões, da setorização da rede por patamares de pressão e da otimização do funcionamento das estações elevatórias com grupos

eletrobomba a trabalhar em regime de variação de frequência. Estas ações contribuirão para uma redução significativa dos eventos de fugas e roturas.

Como já evidenciamos, temos vindo a investir em sistemas de monitorização da rede de água, com o objetivo de identificar a ocorrência das fugas e consumos abusivos, densificando o sistema de telegestão, para reforço do controlo e monitorização em contínuo dos caudais de água captados e distribuídos, dos valores de pressão, dos níveis de água nos reservatórios e do estado dos equipamentos em geral.

Considera-se que as perdas aparentes por erros de medição dos contadores têm um impacto de significado relevante que poderá justificar um volume muito significativo de água não faturada. Por esse motivo, prosseguimos o programa de substituição e redimensionamento de contadores, o qual visa a atualização e a redução da idade média do parque de contadores instalados, bem como, a sua adequação ao perfil de consumo do cliente. Nessas operações foram substituídos, em 2021, 4.199 contadores, dos quais 109 foram redimensionados e, em alguns casos, aplicados contadores de tecnologia mais precisa.

Qualidade da água

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, registamos a manutenção de elevados padrões de qualidade na água fornecida pela Vimágua.

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento da Vimágua, desde os recursos hídricos utilizados até à torneira do consumidor, constitui uma das maiores preocupações da nossa atividade.

O programa de monitorização da qualidade da água do Sistema Vimágua integra duas componentes:

- 1- Controlo legal – Plano de Controlo de Qualidade da Água aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), cujo objetivo é comprovar o nível de qualidade da água de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro);
- 2- Controlo operacional/vigilância da qualidade da água – Realizado em todas as origens de água para consumo humano (captações superficiais e captações subterrâneas), nos reservatórios de água tratada, no controlo da eficiência do tratamento da água nas Estações de Tratamento de



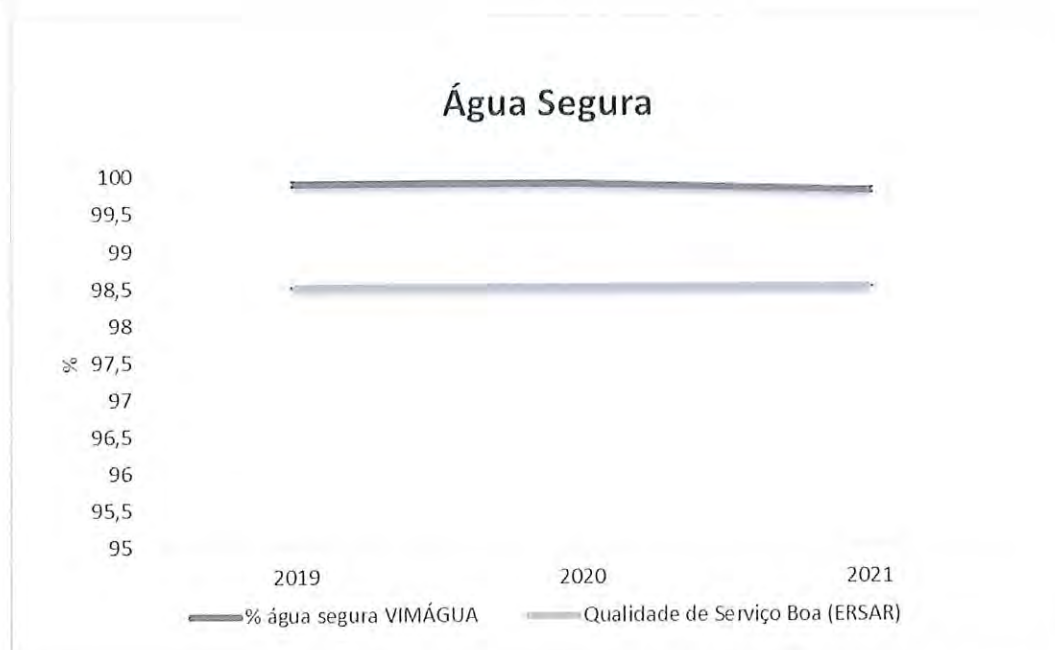
Água (ETA) e de pontos da rede de abastecimento de água, com o objetivo de detetar possíveis anomalias na qualidade da água, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas/corretivas eficazes.

No âmbito da execução do Programa de Controlo da Qualidade de Água para consumo humano, com reporte ao ano de 2021, registámos 99,8% de cumprimento dos valores paramétricos exigidos por Lei, o que permite classificar a água distribuída pela Vimágua, como sendo de boa qualidade, uma água segura, de acordo com o Guia de Avaliação da Qualidade de Serviço da ERSAR, que se tem vindo a manter nos últimos anos.

A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,2% das determinações de parâmetros.

A investigação de causas de ocorrência de incumprimentos permitiu concluir que se tratou de casos pontuais não repetitivos.

Utilizando a metodologia de quantificação de incumprimentos e número de determinações de parâmetros com Valor Paramétrico (VP) adotada pela ERSAR para estimativa do indicador AA04 - Água Segura, a Vimágua obteve os seguintes resultados:



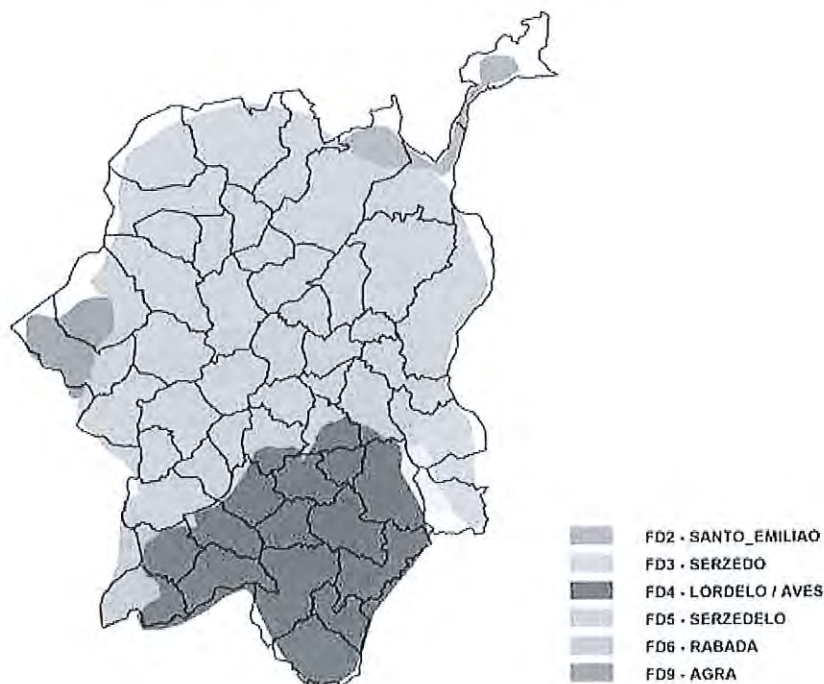
O programa de monitorização da qualidade da água, aprovado pela Entidade Reguladora, foi integralmente cumprido.

No sítio <http://www.vimagua.pt> são divulgados os relatórios trimestrais da qualidade da água, com periodicidade trimestral, de demonstração do programa de controlo legal, efetuado em água colhida nas torneiras dos consumidores.

Águas Residuais

A atividade na área do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, cuja gestão compete à Vimágua, diz respeito ao “sistema em baixa”, ou seja, a recolha e encaminhamento das águas residuais até ao sistema de tratamento em alta, explorado em regime de concessão, em todo o Vale do Ave, por um sistema multimunicipal.

Mapa de enquadramento do Sistema de Drenagem de Águas Residuais



Neste domínio, a Vimágua é responsável pela gestão de uma rede com 865,8 quilómetros de coletores, aos quais se encontram ligados 46.694 ramais domiciliários, e que engloba 73 EEAR (Estações Elevatórias de Águas Residuais).



Nesta atividade operacional, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de manutenção preventiva das redes de drenagem;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de Estações Elevatórias;
- Implementação de planos de manutenção preventiva de FSC - Fossas Sépticas Coletivas - e ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais.

Ao nível dos equipamentos de águas residuais foi instalada, em 2021, na rede de coletores, uma nova estação elevatória de águas residuais, incorporada na rede executada na Freguesia de Candoso S. Martinho.

Foi substituída a EEAR existente na Rua da Caldeiroa, no âmbito da requalificação urbanística realizada pela Autarquia, na qual se construiu, ainda, a câmara de gradagem e a câmara de válvulas. Em Candoso S. Martinho foi remodelada integralmente a EEAR existente. Na EEAR da Rua 24 de junho, Atães, foram efetuadas ações de melhoria, com a substituição dos 2 grupos de bombagem e a construção de camara de válvulas e caixa de gradagem, bem como a remodelação total do quadro elétrico. Foi, ainda, instalado equipamento de elevação nos 5 poços de bombagem executados em âmbito de empreitada, a saber: EEAR do Cardido, Selho S. Cristóvão, EEAR da Fraternidade, Serzedelo, EEAR dos Moinhos, Tagilde e EEAR do Padrão e EEAR do Parque, ambas em Mascotelos.

No que diz respeito à manutenção do sistema público de drenagem de águas residuais, foram adquiridos 20 grupos eletrobombas, 8 quadros elétricos de comando, 8 agitadores e 8 sondas hidrostáticas, dos quais, 6 grupos eletrobombas se destinam à substituição de eletrobombas de EEAR existentes, enquanto todo o restante material será para instalar em novas EEAR que ainda não entraram em serviço, contribuindo dessa forma para manter a qualidade do serviço prestado.

Foram, ainda, reformulados, com meios próprios, 13 quadros elétricos, afetos a EEAR's e adquiridas 16 sondas hidrostáticas, para melhor acompanhar, em tempo real e remotamente o desempenho das instalações, tendo por objeto identificar situações anómalas, nomeadamente e principalmente, a identificação de situações de afluências indevidas aos sistemas de drenagem afetas às EEAR's e consequente eliminação ou minimização do desperdício de energia de bombeamento.



Para permitir a monitorização em contínuo das EEAR, em 2021, foram acrescentados aos cerca de 49 loggers/autómatos existentes, mais 8 dispositivos de recolha, armazenamento e comunicação de dados. A utilização destes equipamentos permite conhecer, online, o estado dos equipamentos onde se encontram instalados e o comportamento da instalação a que está associado, possibilitando atuação em tempo útil, evitando falhas e prevenindo situações que possam ser consideradas anómalas e por isso serem potenciais ocorrências de derrames na via pública.

São, também, geridas pela Vimágua pequenas redes de drenagem de águas residuais com ligação a fossas coletivas, quase exclusivamente, em loteamentos e cuja ligação às redes principais não se mostra economicamente viável. Assim, a Vimágua assegura a manutenção de 21 FSC (Fossa Séptica Coletiva). Para além destas infraestruturas públicas, a Vimágua assegura a manutenção de fossas privadas sempre que o respetivo proprietário o solicite.

A Vimágua tem a incumbência de proceder à construção de novas ligações domiciliárias, quer seja a pedido dos interessados quer seja por iniciativa própria, havendo, neste caso, a distinguir a execução de novas ligações e a renovação das existentes. Assim, durante o ano de 2020, foram executadas 501 novas ligações domiciliárias à rede pública de saneamento e 42 ligações existentes que necessitaram de intervenção corretiva.

Com respeito aos planos de manutenção preventiva das redes de drenagem, a Vimágua manteve operacionais a suas equipas, tendo executado a limpeza preventiva a 260.736 metros de coletores de águas residuais.

Para averiguação de eventuais anomalias de funcionamento e consequente diagnóstico, foram inspecionados, através de inspeção Vídeo CCTV, 25.596 metros de coletores de águas residuais, 762 caixas de visita e 160 CRL - Caixas de Ramal de Ligação. Com o mesmo objetivo, foram, ainda, inspecionadas visualmente 1.772 CV - Caixas de Visita, 3.646 CRL - Caixas de Ramal de Ligação, a que corresponde uma extensão de rede de 23.882 ml.

No que respeita à manutenção corretiva das redes de saneamento, foram realizadas 2.110 operações de desobstrução e 831 intervenções de reabilitação. No capítulo da manutenção preventiva foram realizadas 945 intervenções relacionadas com a manutenção de fossas sépticas e 2.304 intervenções de assistência às EEAR - Estações Elevatórias de Águas Residuais.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Seio', 'W', 'Sol', 'R.', and a large stylized signature.

Relativamente a aspetos com impacto na garantia da continuidade do serviço, destacamos a instalação de sistemas de rearme automático em 35 das 73 EEAR - Estações Elevatórias de Águas Residuais. A instalação deste equipamento permite, sempre que ocorra uma interrupção do fornecimento de energia, por motivos de trovoadas, por exemplo, que o restabelecimento da alimentação elétrica se processe de forma automática, sem intervenção humana e, consequentemente, não deixe que as instalações fiquem inoperacionais, com os consequentes derrames de efluentes. Prevemos continuar a dotar as restantes instalações com sistemas idênticos para minimizar as deslocações às instalações e, em alguns casos, a ocorrência de derrames.

Afluências pluviais indevidas

A ocorrência de afluências pluviais indevidas e de caudais de infiltração prejudicam o desempenho dos sistemas de drenagem, tendo como efeito a sobrecarga hidráulica e consequente extravasamento dos sistemas.

As afluências pluviais indevidas têm geralmente origem em redes prediais pluviais ligados aos ramais e à rede de saneamento, enquanto a infiltração ocorre devido a problemas estruturais nos coletores, nas juntas, ligações e câmaras de visita.

A redução das afluências pluviais indevidas e dos caudais de infiltração constitui um objetivo estratégico para a Vimágua, tanto por razões económico-financeiras, como por razões ambientais. Do ponto de vista económico, o aumento do volume de água para tratamento, nomeadamente após grandes precipitações, traduz-se num aumento de custos para a entidade gestora. Do ponto de vista ambiental reduzir as afluências pluviais indevidas e dos caudais de infiltração, significa reduzir os extravasamentos, evitando desta forma a poluição dos meios recetores.

Com vista à concretização do objetivo estratégico traçado para a redução de afluências indevidas, foi elaborado o *Plano de Redução de Afluências Indevidas nas Redes de Drenagem Integradas nos Municípios de Guimarães e Vizela*, em parceria com as cinco entidades que exploram os sistemas de drenagem, Câmaras Municipais de Guimarães e Vizela, no que se refere à drenagem de águas pluviais, Vimágua, na componente referente às redes de drenagem de águas residuais, e Águas do Norte e Tratave, no que se refere aos sistemas intercetores e estações de tratamento de águas residuais.



O plano, com um horizonte temporal de 5 anos, visa definir ações, globais e parciais, para a resolução das afluições indevidas às redes de drenagem de águas residuais, sejam coletores e/ou interceptores, permitindo desta forma melhorar a capacidade hidráulica das componentes dos sistemas e reduzir significativamente o risco de inundações e extravasamentos em linhas de água, arruamentos ou terrenos marginais.

Neste contexto, foram definidas medidas mitigadoras e/ou mais urgentes de curto prazo, que conduzirão, de um modo mais rápido, à resolução parcial de alguns problemas e à preparação de medidas corretivas em período subsequente.

Como problema principal no sistema de drenagem de água residuais, a Vimágua debate-se na exploração deste sistema com elevada frequência, a uma sobrecarga hidráulica dos coletores provocadas pelas afluições de caudais indevidos, muitas vezes, agravadas pela rejeição de substâncias interditas. Este tipo de situação origina reduções significativas no desempenho do sistema, com várias consequências nefastas associadas, tais como: inundações, descargas sem tratamento adequado e degradação precoce das infraestruturas.

Ciente desta problemática, as equipas de manutenção de redes (setor de gestão de redes de saneamento e a divisão de fiscalização), têm vindo a realizar várias ações nos componentes do sistema de drenagem de águas residuais com o objetivo de identificar e resolver estas afluições.

Neste sentido, durante o ano de 2021 foram inspecionadas visualmente mais de 1.772 caixas de visita e 3.646 caixas de ramal, que resultaram na deteção de 1.029 ligações de afluições indevidas ao sistema de drenagem de águas residuais. Destas ligações, 568 foram resolvidas, a que correspondeu à retirada de volume de águas pluviais, de 93.573 m³.

Afluições Indevidas 2021	
Estado Resolução	Ligações Detetadas (nº)
Resolvidas	581
Por Resolver	448
Total	1 029



Afluências Indevidas 2021		
Estado Resolução	Volume Afluências (m³)	Ligações Detetadas (nº)
Resolvidas	93 572	350
Por Resolver	47 787	203
Total	141 359	553

Neste domínio, destacam-se, pela sua importância as seguintes intervenções realizadas no ano 2021:

- Rua Padre António Caldas – Costa - Eliminada por duplicação de redes e caixas de visita;
- Duplicação de Rede unitária – Logradouro de Prédios na Rua de Moçambique;
- Duplicação de rede unitária - Rua Monte de Alvar, Ronfe;
- Duplicação de rede unitária - Rua António Pereira da Silva, Creixomil;
- Correção de ligação rede pluvial - Campo do casal (viela com grelhas), Fermentões;
- Correção de ligações da rede pluvial - Rua Dr. João de Afonso de Almeida Nº 327;
- Correção de anomalias nas infraestruturas publicas de águas residuais e pluviais - Rua da Boa Vista [Creixomil].

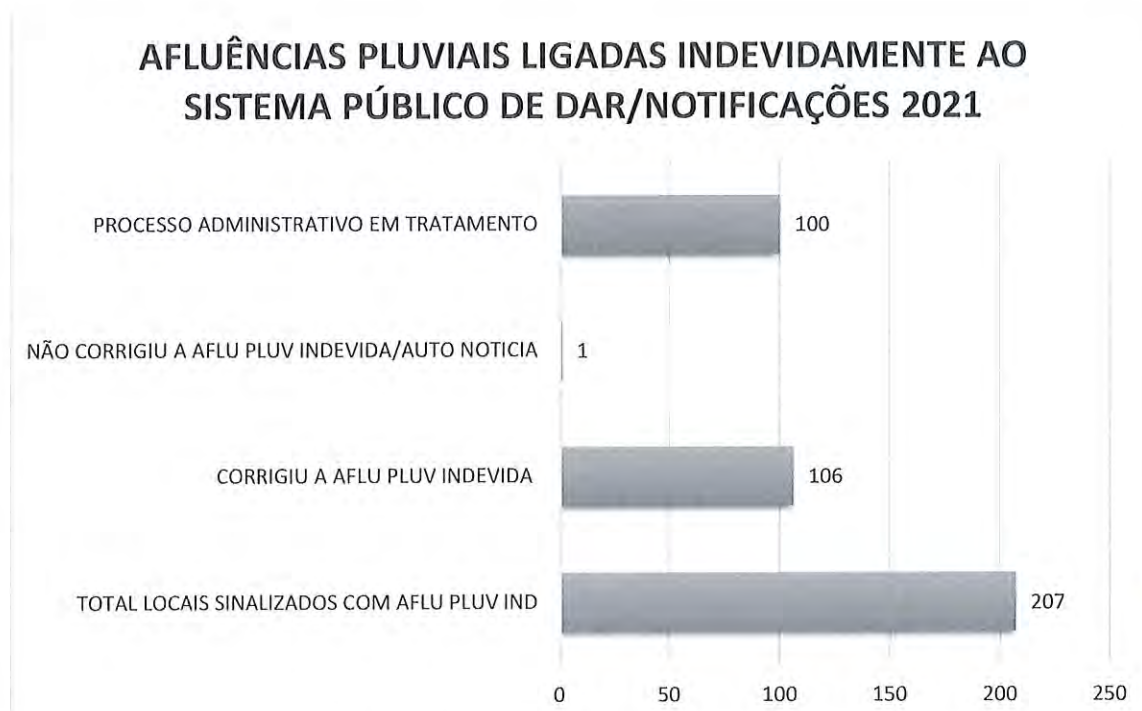
No que ao combate às afluências indevidas concerne, salienta-se, além o trabalho sistemático na deteção dessas afluências, o subsequente processo de notificação dos proprietários dos imóveis, quando se trata de ligações prediais indevidas.

Assim, no ano de 2021, foram sinalizados, recorrendo a serviço interno e a serviço externo (PC 08/2019/BS – Ligações Indevidas) um total de 720 locais com afluências pluviais ligadas indevidamente ao sistema público de recolha de águas residuais urbanas.

Tendo por base a disposição legal que decorre do artigo 66º do “Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas – Municípios de Guimarães e Vizela”, procedeu-se à notificação dos proprietários dos prédios visados, para executarem a correção das afluências pluviais prediais sinalizadas.

Com efeito, as correções das afluências prediais indevidas têm sido alavancadas com a notificação dos proprietários dos prédios para cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor.





Neste particular, as correções já executadas representam 30% do volume total das afluições pluviais indevidas sinalizadas no ano de 2021.

Este caudal que deixou de ser rejeitado indevidamente no sistema residual em baixa, corresponderá a uma redução do volume afeto às afluições indevidas que se refletirá certamente na faturação, em particular na parcela que respeita à cobrança do tratamento pela entidade que gere o sistema em alta.

No que respeita às afluições pluviais provenientes das redes municipais de águas pluviais, a Vimágua, sempre que possível, tem diligenciado com meios próprios à sua correção.

Proteção das Linhas de Água

Uma outra variante da problemática na gestão do sistema público de saneamento de águas residuais respeita à rejeição de efluentes nas linhas de água, cuja importância, como suporte fundamental para o equilíbrio e preservação dos ecossistemas, motivou um conjunto de ações inspetivas, com o intuito de avaliar o estado funcional e estrutural das redes de drenagem de águas residuais e pluviais, bem como, da qualidade da água, visando detetar eventuais afluxos de águas residuais.

A deteção de fontes prediais emissoras de poluentes para linhas de água, é uma tarefa particularmente exigente em ambiente urbano. A profusão de trajetos potenciais desde o foco de poluição até ao ponto



de entrada na linha de água dificulta sobremaneira essa tarefa, potenciada pela falta de cadastro de águas pluviais.

Não dispondo de qualquer outra ferramenta específica para o efeito, o trabalho desenvolvido diretamente pela Vimágua, tem sido efetuado recorrendo à abertura de caixas de visita para se diferenciar os coletores pluviais/residuais e à execução de testes com traçadores coloridos para mapear o percurso do escoamento.

No decurso do ano 2021, foram recebidos um total de 124 reportes, relativos a ligações prediais, tendo sido corrigidas até ao final do ano 28% das ligações residuais ligadas indevidamente, sem qualquer pré-tratamento ao sistema público pluvial e/ou diretamente às linhas de água.

As ações desenvolvidas, no ano 2021 representam uma valorização das linhas de água do concelho de Guimarães e Vizela, de 26 000 m³ de águas residuais não tratadas que deixaram de ser rejeitadas no meio hídrico.

Este ano foi, neste domínio e no que à gestão de infraestruturas públicas concerne, marcado por algumas intervenções tecnicamente complexas e exigentes, quer de diagnóstico, quer de execução de obra, que após a sua conclusão, tiveram impacto imediato na melhoria da qualidade das linhas de água, com a eliminação de focos de poluição, e de aflúências indevidas de águas pluviais à rede pública de águas residuais, com potencial suficiente para diminuir significativamente a frequência de ocorrência de transbordamentos, sempre que ocorre pluviosidade, em zonas críticas do tecido urbano dos dois Municípios.

Como metodologia de trabalho, em cada linha de água, é efetuado um diagnóstico (por inspeção visual, traçadores coloridos, injeção de fumos e inspeção vídeo), de modo a identificar / localizar os locais onde ocorrem as descargas e a respetiva origem, quer nos troços subterrâneos, quer nos troços onde o escoamento é superficial.

Esta metodologia foi aplicada inicialmente na Ribeira de Couros, entre janeiro de 2020 e agosto de 2021, e mais tarde replicada na Ribeira de Santa Luzia e Ribeira de Passos em Vizela.



Relacionado com a afluência de águas residuais a linhas de água foi criada, em 2021, pelo Município de Guimarães, em colaboração com a Empresa Municipal Vítrus, a figura do "Guarda Rio". No âmbito da sua atuação, foram-nos comunicadas 43 ocorrências. Após a correspondente avaliação, conclui-se que 14 seriam da responsabilidade da entidade em alta, 9 da responsabilidade de privados, por terem origem em redes prediais, 15 foram resolvidas por terem origem em anomalias de redes de águas residuais e/ou pluviais e 5 não viriam a ser confirmadas.

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]



Handwritten notes in the top right corner, possibly including the word "Bible" and other illegible scribbles.

Gestão de Clientes



Handwritten notes in the top right corner, possibly including a signature and some illegible text.

Small white markings or text in the bottom left corner, possibly a logo or identifier.

Gestão de Clientes

A Missão e Cultura de atuação da Vimágua tem como pilares fundamentais os Valores já enunciados, pelos quais se pauta e os quais, simultaneamente, promove, no seu âmbito de atuação. A satisfação dos clientes, claramente assumida na Política de Gestão adotada, encerra em si aquele que será o principal Valor, pela sua importância intrínseca e, também, por ser aquele que pode aglutinar e sintetizar todos os outros.

O contínuo desenvolvimento de uma cultura de serviço ao Cliente é uma orientação estratégica que se concretiza no desenvolvimento de iniciativas direcionadas para a melhoria contínua do serviço prestado.

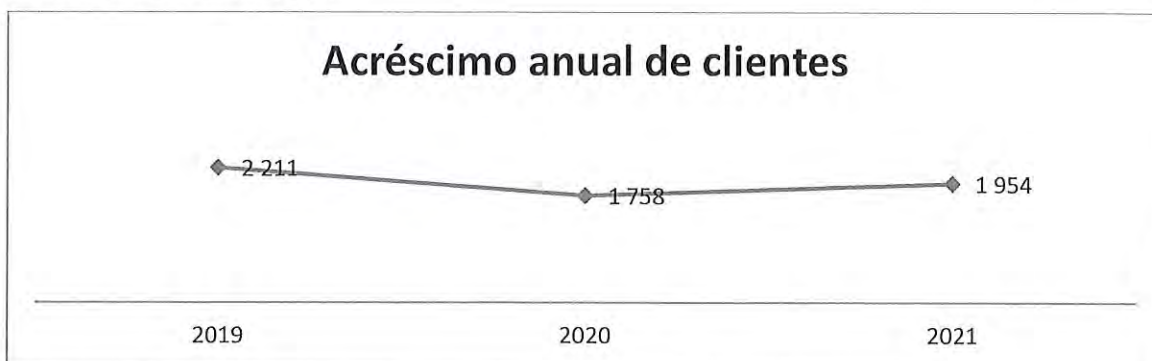
Clientes em números

No final de 2021 o número total de clientes da Vimágua era de 73.631, sendo 71.076 clientes de água e 66.669 clientes de saneamento.

Os clientes totais da Vimágua cresceram 2,73% comparativamente ao final do ano de 2020.

Tipo de cliente	2019	2020	2021
Doméstico	60 017	61 536	63 109
Não Doméstico	9 902	10 141	10 522
Total	69 919	71 677	73 631

De realçar que desde o final do primeiro exercício de atividade (2002), a Vimágua regista um acréscimo de 29.987 clientes, a que corresponde uma taxa de crescimento de 68,71% e uma taxa média de crescimento anual de 3,62%.



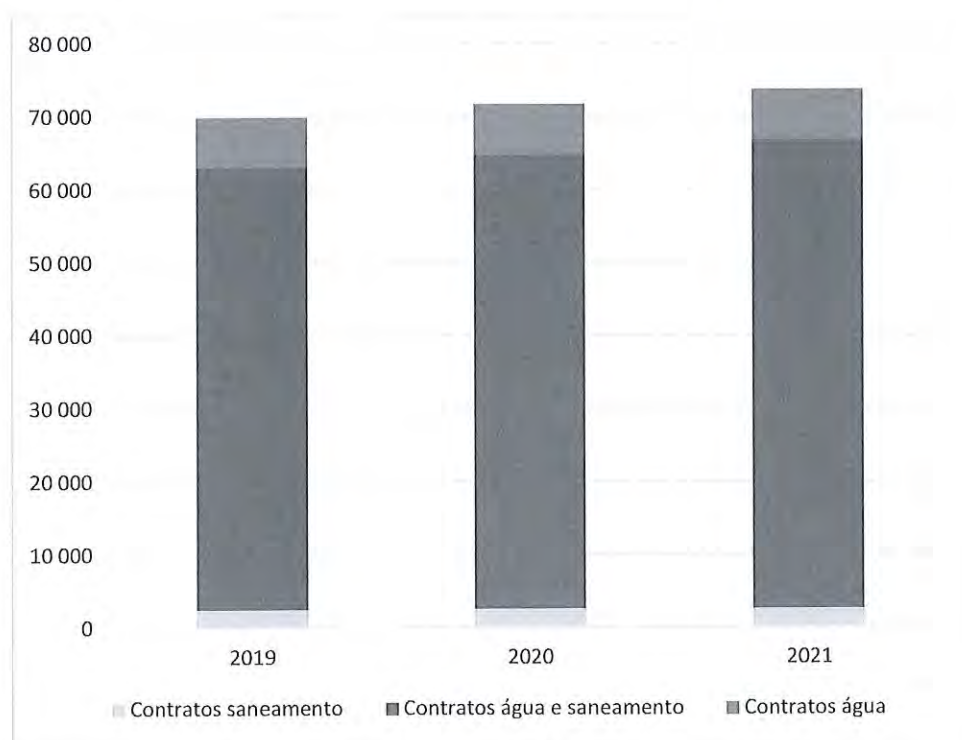
No triénio 2019-2021 a Vimágua registou um acréscimo de 5.923 clientes.



Em 2021 o crescimento anual de clientes (+1.954) foi superior ao registado no ano anterior (+1.758), mantendo, inequivocamente, o reflexo da adesão às novas redes e o resultado do processo de notificação a quem tem serviço disponível, sem ligação às respetivas redes, não obstante, a desaceleração resultante da situação pandémica que dominou os anos de 2020 e 2021, com a interrupção dos processos de obrigatoriedade, a par das dificuldades sentidas pelas famílias que determinaram adiamentos na realização de obras necessárias para ligação à rede pública.

Consoante a natureza dos serviços existem três tipologias de contratos: “contratos de saneamento”, “contratos de água e saneamento” e “contratos de água”.

Tipo de contratos	2019	2020	2021
Contratos saneamento	2 476	2 545	2 555
Contratos água e saneamento	60 625	62 253	64 114
Contratos água	6 818	6 879	6 962
Total	69 919	71 677	73 631

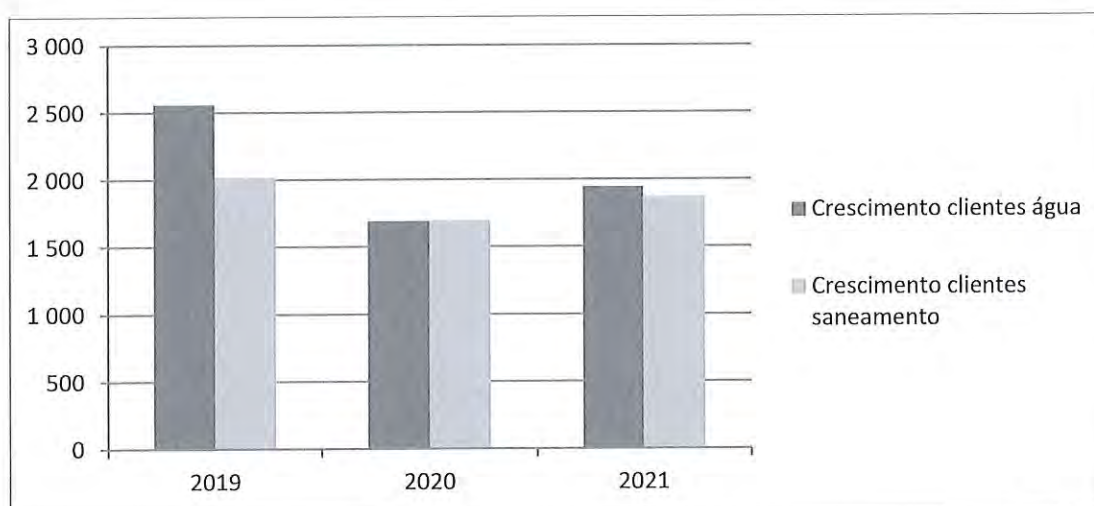


Realça-se que em 2021, à semelhança do ano anterior, registou-se acréscimo de clientes em todas as tipologias de contratos, não sendo o crescimento de clientes com contrato de água e saneamento, também designado por contrato único, contrabalançado pelo decréscimo de contratos só de



saneamento. Assim os contratos únicos tiveram um acréscimo de +1.861, os contratos só de água +83 e os contratos só de saneamento +10.

O crescimento de clientes foi superior ao registado no ano anterior, quer de saneamento (+1.871), quer de água (+1.944). O crescimento de clientes foi muito idêntico nos dois serviços.



Os resultados do último triénio continuam a evidenciar, por um lado, o contínuo investimento em novas redes com vista à universalização tendencial dos serviços públicos de água e saneamento de águas residuais, por outro, o trabalho de fiscalização e controlo das ligações à rede pública de saneamento sem contratação do serviço com a Vimágua e, por último, o procedimento de obrigatoriedade de ligação às redes e contratação dos serviços implementado e em curso, com desaceleração em 2020 e 2021 que resultará dos efeitos indiretos da situação pandémica e sucessivos estados de emergência sanitária decretados.

Clientes de água

O número total de clientes de água, em 31 de dezembro de 2020, era de 69.132 representando uma taxa de crescimento anual de 2,5%.

Tipo de cliente	2002	2019	2020	2021
Doméstico	37 138	57 679	59 146	60 714
Não Doméstico	6 506	9 764	9 986	10 362
Total	43 644	67 443	69 132	71 076

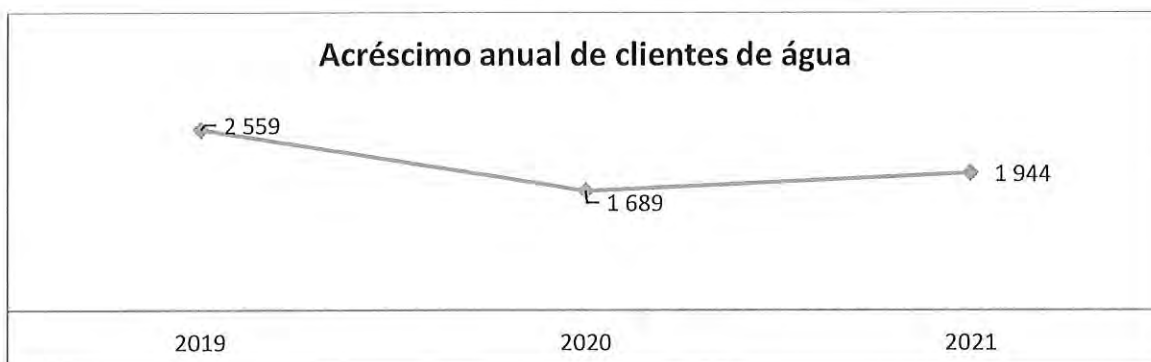


No final de 2021 a Vimágua passou a contar com mais 1.944 clientes, comparativamente com o final do ano anterior.

Da análise da evolução de clientes, concluímos que, tradicionalmente, o maior acréscimo é registado nos clientes familiares, resultado da expansão dos serviços públicos aos anéis externos dos concelhos, onde o peso dos serviços e indústrias é menor, mas onde um grande número de pessoas passou a contar com a Vimágua como parceira de saúde pública, ambiente e qualidade de vida.

Nos últimos anos esta tendência foi contrariada, registando-se taxas de crescimento muito idênticas nos últimos anos, sendo que em 2021 o crescimento relativo dos clientes não domésticos foi superior.

O número de clientes de água teve um acréscimo de 27.432 novos clientes, desde final de 2002, a que corresponde uma taxa de crescimento de 62,85% e uma taxa de crescimento anual média de 3,31%.



O acréscimo anual de clientes de água, o qual representa, também, um acréscimo no indicador de adesão às redes públicas, reflete por um lado o desfasamento temporal que existe entre a disponibilização de redes e a ligação da população às mesmas, num território fortemente marcado por origens alternativas, e, por outro, o trabalho contínuo que vem sendo desenvolvido pela Vimágua para promoção da adesão às redes públicas.

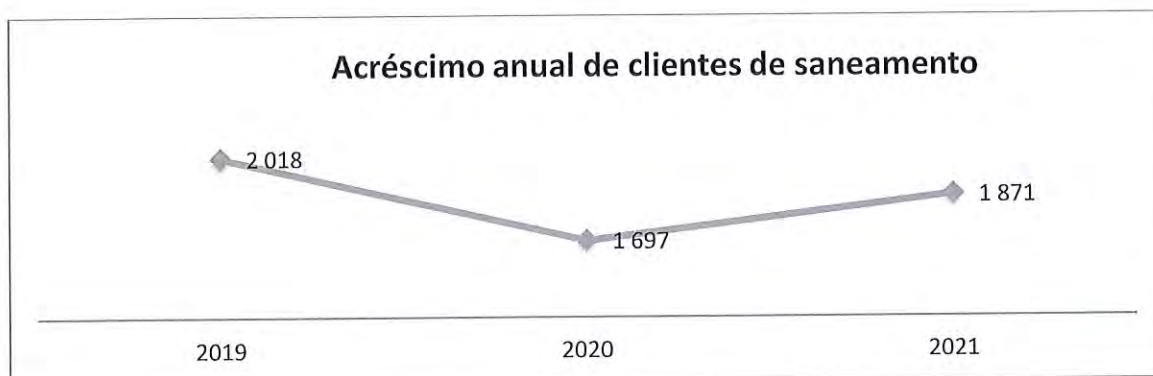
Clientes de saneamento

O número total de clientes de saneamento, em 31 de dezembro de 2021, era de 66.669 representando uma taxa anual de crescimento de 2,89%.



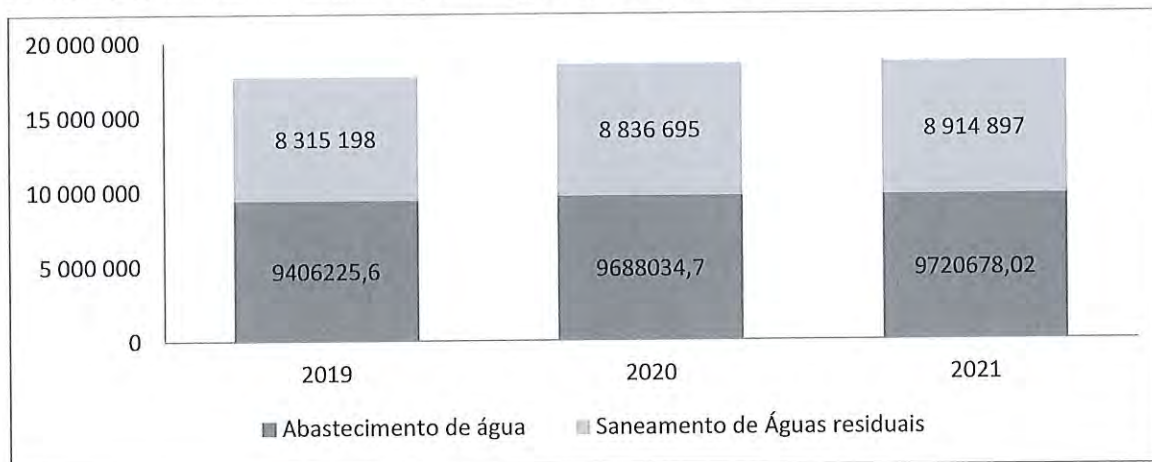
Tipo de cliente	2019	2020	2021
Doméstico	55 520	57 054	58 660
Não Doméstico	7 581	7 744	8 009
Total	63 101	64 798	66 669

No triénio 2019-2021 a Vimágua continua a registar um crescimento significativo de clientes de saneamento, com efeito passamos a ter mais 5.586 clientes.



Dados de Faturação

A faturação periódica de clientes, referente aos serviços prestados pela Vimágua, totalizou no exercício de 2021 o valor 18.635.575Euros, representando um valor muito idêntico ao do ano anterior (+0,6%).



Analisados os dados da faturação em valor e em quantidade, verificámos que registámos crescimento nas quantidades e valores faturados de tarifas fixas, tanto no serviço de abastecimento de água como no serviço de saneamento de águas residuais, resultante do crescimento do número de clientes. No que às tarifas variáveis respeita registou-se um decréscimo na faturação de água, tanto em volume (-



53.927m³) como em valor (-41.147Euros), e um valor praticamente idêntico na faturação do serviço de saneamento (+1.792Euros).

Atividade	Valor (€)			Variação 21/20
	2019	2020	2021	
Abastecimento de água	9 406 226	9 688 035	9 720 678	0,34%
- Tarifa Variável	6 225 931	6 403 657	6 362 510	-0,64%
- Tarifa Fixa	3 180 294	3 284 378	3 358 168	2,25%
Saneamento de Águas residuais	8 315 198	8 836 695	8 914 897	0,88%
- Tarifa Variável	5 830 086	6 180 839	6 182 631	0,03%
- Tarifa Fixa	1 934 233	2 095 696	2 160 900	3,11%
- Contrato autónomo	550 880	560 161	571 365	2,00%
TOTAL	17 721 424	18 524 730	18 635 575	0,60%

Registou-se um ligeiro acréscimo no total dos rendimentos do serviço público de abastecimento de água (+0,34%) e um acréscimo ligeiramente superior nos rendimentos do serviço de saneamento (+0,88%).

Foram mantidas, em 2021, em valores iguais aos anos anteriores todas as tarifas dos serviços prestados pela Vimágua.

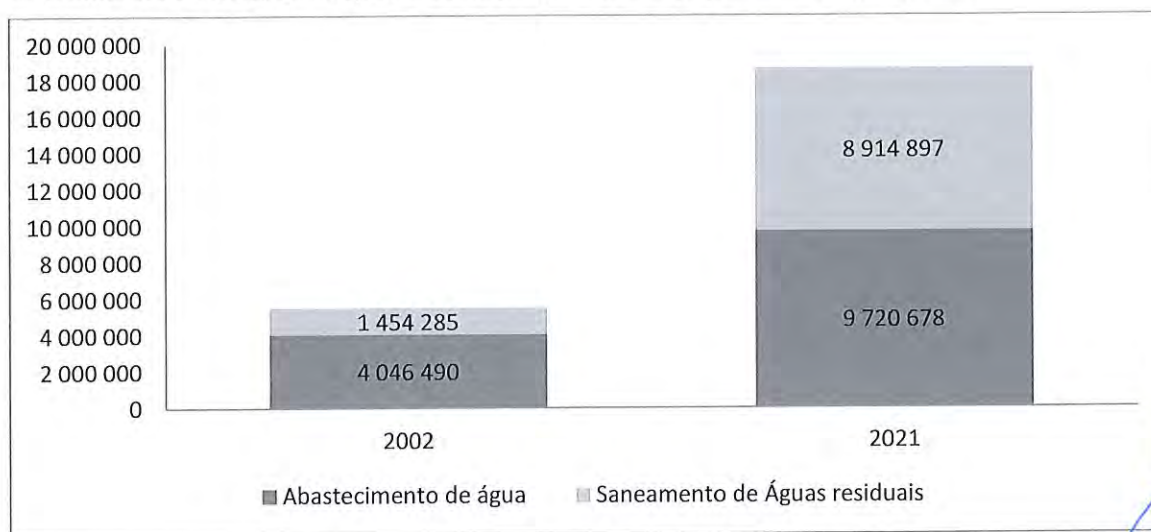
Importa aqui realçar o facto de os Municípios terem decidido subsidiar a tarifa de saneamento, celebrando para o efeito Contratos, com o objetivo de fazer face às circunstâncias decorrentes da pandemia de COVID-19 que provocou uma substancial degradação da situação económica de muitas famílias e da generalidade das empresas, assumindo a transferência para a Vimágua, a título de subsídio à exploração, dos valores correspondentes à redução de rendimentos resultante do não aumento do tarifário do serviço de saneamento em 2021, para fazer face ao aumento do tarifário da entidade gestora do Sistema Multimunicipal de Saneamento em Alta, Águas do Norte, S.A., compensando, assim, a Vimágua pelo acréscimo de gastos com este serviço.

Os valores de subsídio importaram em 246.427,20Euros, por parte do Município de Guimarães, e 31.889,17Euros, por parte do Município de Vizela.

Desde o início de atividade da Vimágua, em fevereiro de 2002, o montante de rendimentos relativos às principais prestações de serviços cresceu cerca de 239% como resultado do acréscimo e expansão



da atividade da empresa e do rigor na contratação e faturação dos serviços prestados às populações de Guimarães e Vizela, com especial destaque para o serviço público de saneamento.



Dados de Cobrança

Desde janeiro de 2018 que a Vimágua vem instaurando, por meio dos serviços da Autoridade Tributária, no âmbito de um protocolo estabelecido com esses serviços, execuções fiscais para a cobrança coerciva de dívidas.

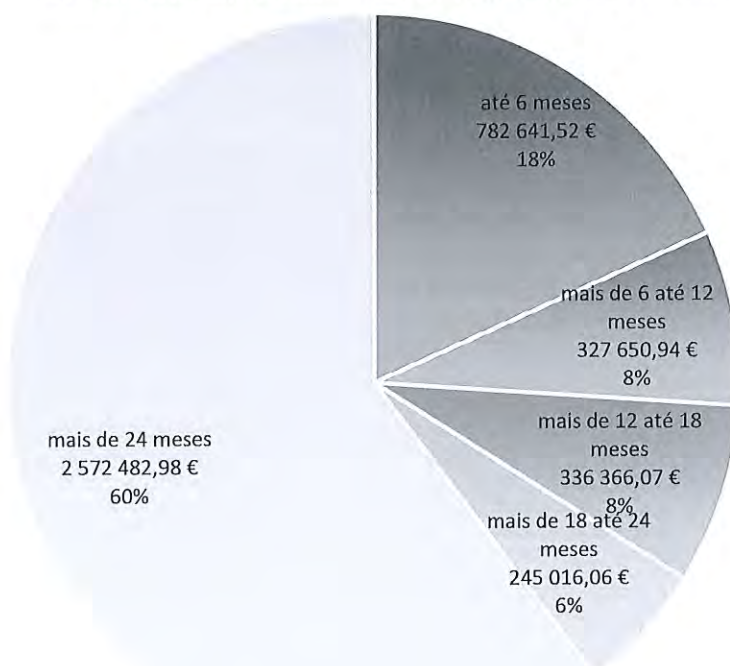
Assim, o retrato da situação de dívida, em mora, a 31 de dezembro de 2021 e nos dois anos anteriores, consta do quadro e do gráfico seguinte:

Mora no pagamento	Valor em dívida (€)*		
	2019	2020	2021
até 6 meses	598 481	1 075 792	782 642
mais de 6 até 12 meses	152 963	466 367	327 651
mais de 12 até 18 meses	130 742	145 485	336 366
mais de 18 até 24 meses	128 866	92 889	245 016
mais de 24 meses	2 451 988	2 473 779	2 572 483
TOTAL	3 463 041	4 254 312	4 264 158

* inclui dívida a cobrar pela Vimágua de resíduos sólidos e TRH



Dívida de Clientes - 31 de dezembro de 2021



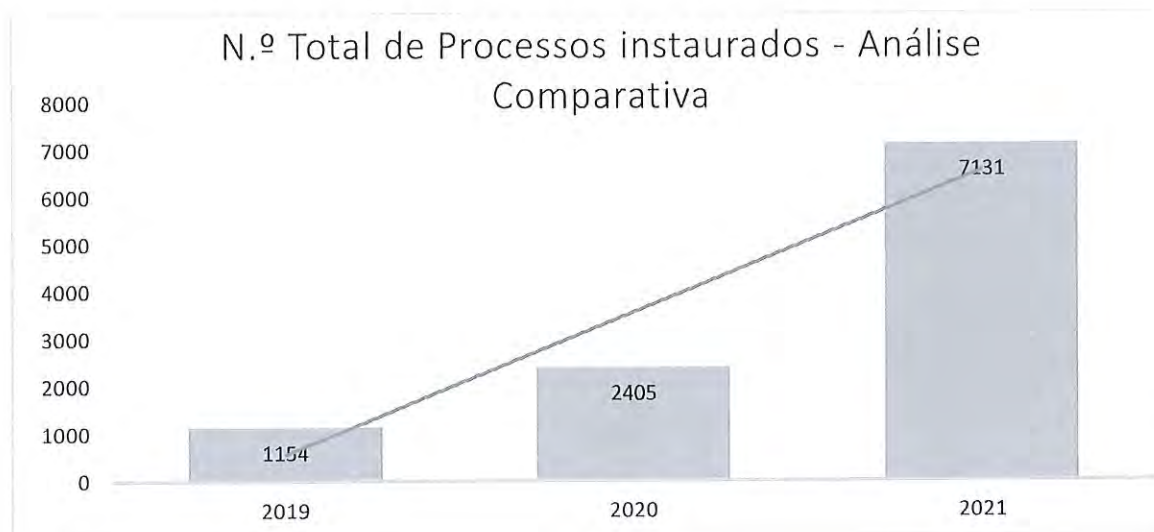
Verificamos uma evolução positiva, nas diferentes maturidades. A crescente automatização do processo de cobrança coerciva, permite-nos fazer uma gestão integral da dívida nas diferentes maturidades. Com efeito, é importante garantir o tratamento da dívida com maior probabilidade de cobrança, a dívida até seis meses, e, simultaneamente, reduzir a dívida nas maturidades superiores a 6 meses.

A dívida com mais de 24 meses é, essencialmente, dívida não cobrável que foi já reclamada judicialmente e cujos processos deverão ser finalizados até ao final do ano de 2022. A trajetória que estamos a gizar é, pois, de consolidação do procedimento de cobrança coerciva.

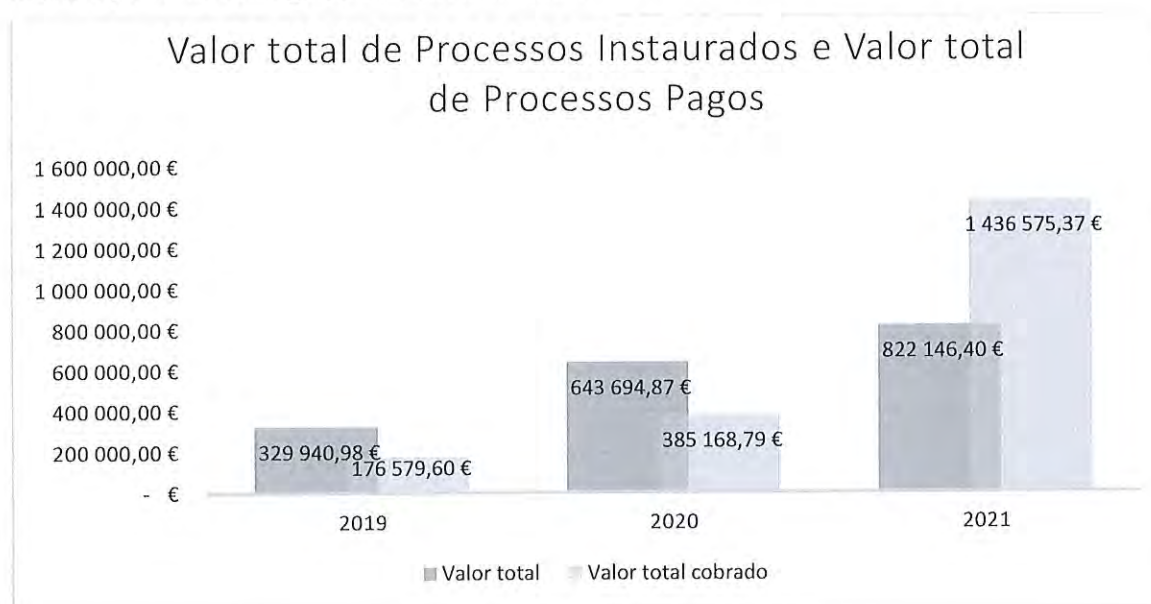
Verifica-se uma recuperação do aumento significativo dos valores em mora até 12 meses, registado em 2020 devido à suspensão dos processos de corte de água e cobrança coerciva, motivada pela situação pandémica e consequentes estados de emergência, estando, ainda, aquém dos valores de 2019.



No que à atividade da instauração de execuções fiscais concerne, verificámos uma tendência, francamente, crescente no número de processos insaturados, decorrente de uma cada vez maior automatização e otimização dos procedimentos:



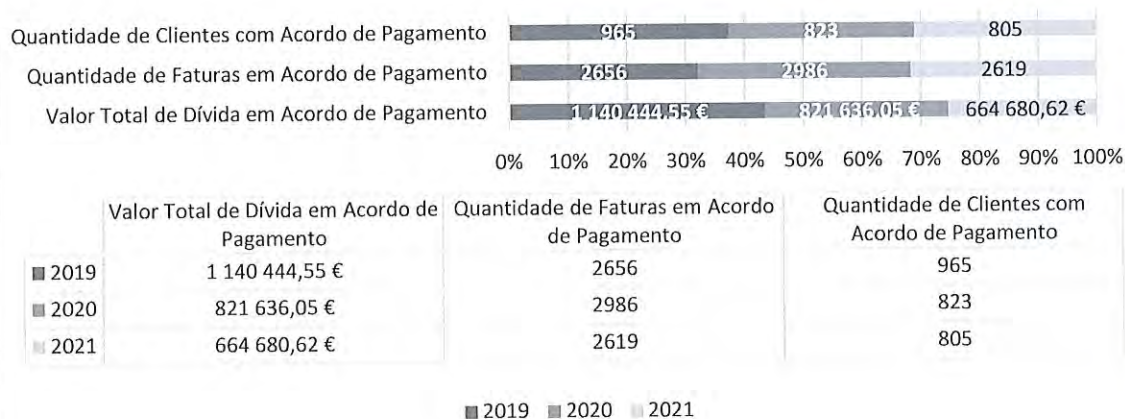
O mesmo acontece quanto aos valores totais reclamados e valores totais cobrados, no âmbito de processos instaurados em 2021, destacando-se a cobrança de 1Milhão436Mil575,37Euros, um valor muito superior ao conseguido em anos anteriores.



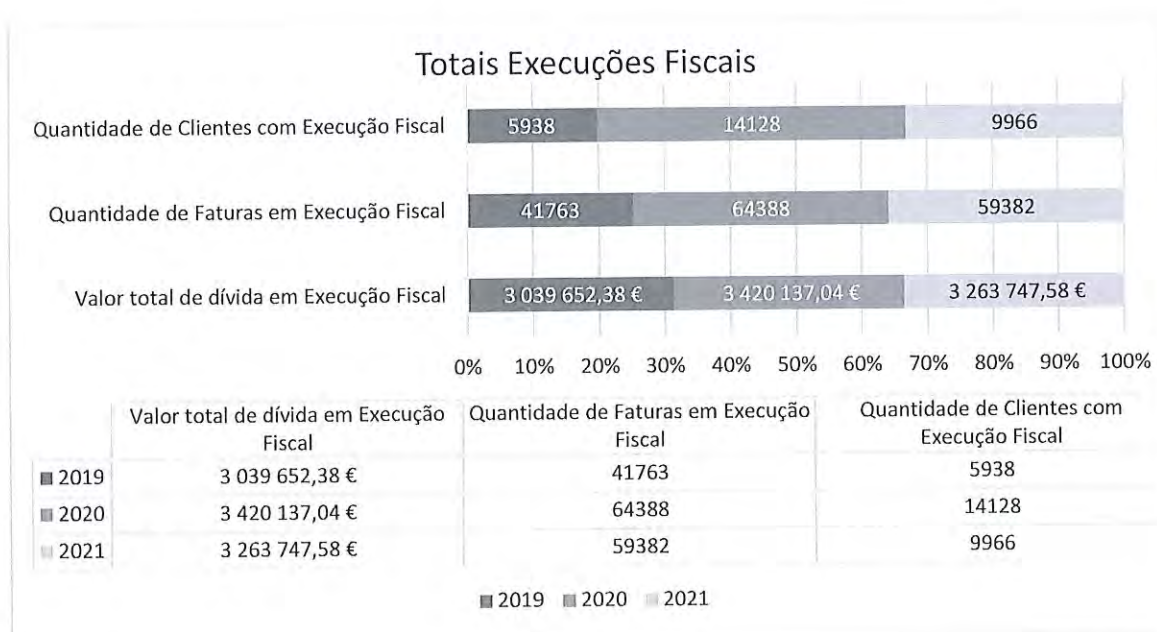
Já no que concerne à dívida total em a ser paga em acordos de pagamento a 31 de dezembro de 2021, a situação é a seguinte:



Dívida em Acordo de Pagamento



A dívida total em execução fiscal a 31 de dezembro de 2021 era a seguinte:

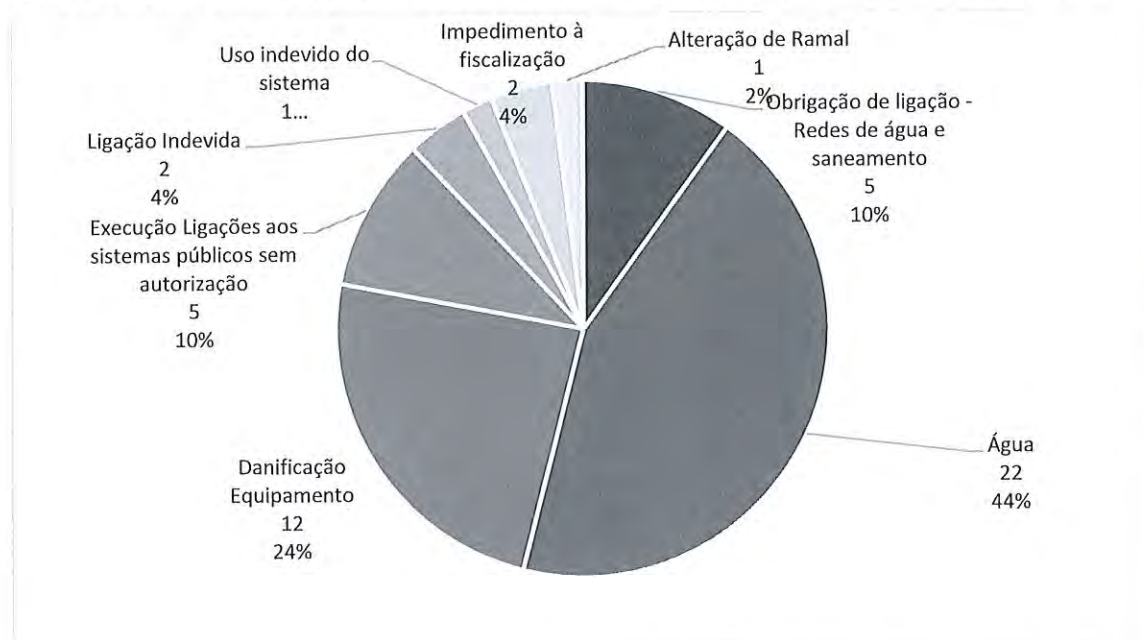


Durante o ano de 2022, prosseguiremos com o desenvolvimento de técnicas e procedimentos, tendentes a uma maior automatização do tratamento da dívida.



Dados de Contraordenações

No decorrer do ano de 2021 foram instaurados 50 processos de contraordenação, registando-se um maior número de infrações relacionadas com a falta de ligação à rede pública de abastecimento de água de prédios já servidos por rede pública, à semelhança do que constatámos no ano transato.

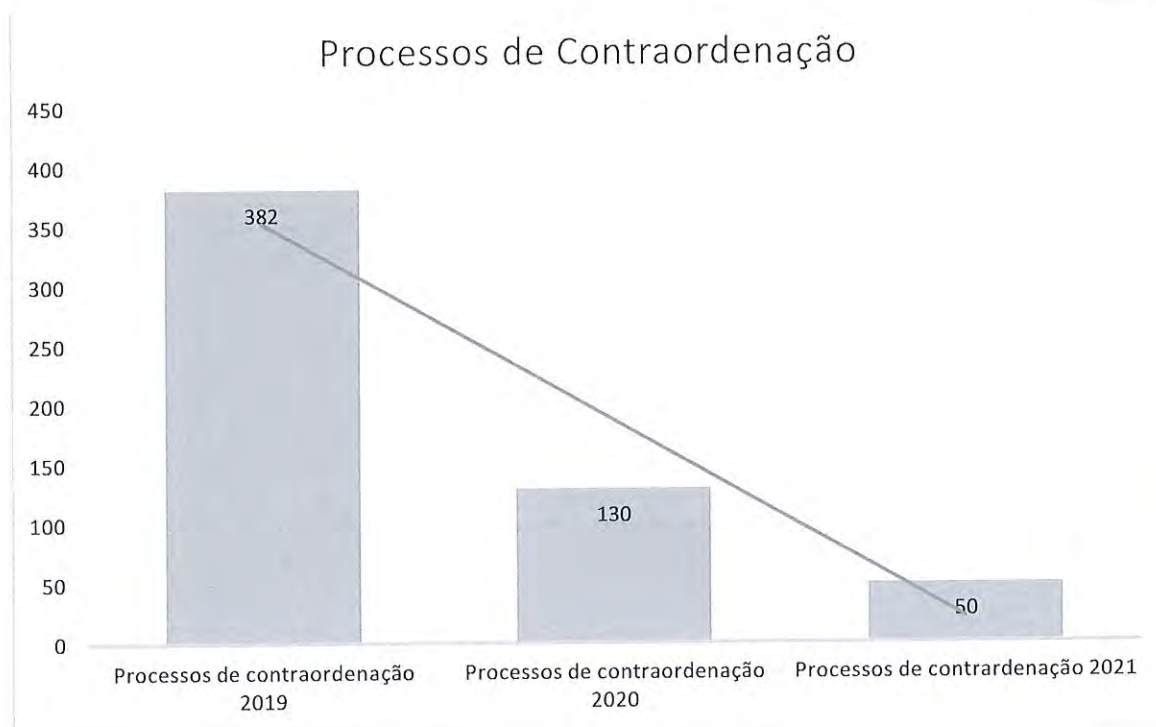


Relativamente a anos anteriores, 2019 e 2020, no ano de 2021, houve um claro decréscimo no registo de infrações, relacionado com as limitações impostas pela pandemia.

Efeito idêntico se regista no seguimento dos processos de contraordenação, sendo que, no decorrer do ano de 2021, privilegiou-se o tratamento dos processos que já tinham indicação para arquivo, tendo-se procedido ao arquivamento de 105 processos.

Foram, ainda, no decorrer do ano de 2021, remetidas às entidades titulares do serviço 6 propostas de aplicação de coima.





No decorrer do ano de 2022, prevemos intensificar o trabalho na área das contraordenações, para efeitos de recuperação de prazos de processos já intentados.

Investimento



[Handwritten notes in the right margin, including the word "Investimento" and other illegible scribbles.]

10/10/10

Investimento

Desde o seu início de atividade, em 2002, e até final de 2021, a Vimágua investiu mais de 102 Milhões de Euros.

Do investimento realizado, a Vimágua viu comparticipado a fundo perdido 23,81% do total investido.



Os investimentos projetados e realizados pela Vimágua mantiveram como referência o cumprimento dos objetivos estabelecidos no PENSAAR 2020 – Uma Estratégia ao Serviço da População:

- 1 – A Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço;
- 2 – A Sustentabilidade do Setor;
- 3 – A Proteção dos Valores Ambientais.

O Plano de Gestão Previsional para 2021 esteve em linha com o estabelecido no Plano Plurianual de Investimentos para o quinquénio 2018-2022, aprovado em 30 de junho de 2017 pela Assembleia Geral da Vimágua e, em julho de 2017, pelos Executivos do Município de Guimarães e do Município de Vizela.

Assim, atentando, particularmente, ao investimento realizado no exercício económico de 2021, há a destacar os seguintes investimentos, agrupados em três grandes áreas, perfazendo o montante total de 6,1MEuros:



I. Investimentos no sistema de abastecimento de água em alta – Nesta área de intervenção foram, em 2021, investidos 104.941Euros.

II. Investimento em expansão e remodelação de redes - A universalidade tendencial do abastecimento de água e saneamento de águas residuais continua a exigir da Vimágua um significativo investimento em extensões de redes nas freguesias, com o propósito de elevar as taxas de cobertura.

Os investimentos realizados em expansão de redes de água e saneamento de águas residuais permitiram atingir elevados níveis de cobertura no território servido pela Vimágua que, em final de 2021, atingiram os 98% em água e 92,3% em saneamento. Em 2021, foram investidos 4.605.370Euros em expansão, substituição e remodelação de redes públicas de água e saneamento nos concelhos de Guimarães e Vizela.

III. Investimentos diversos – Neste capítulo englobam-se um conjunto de investimentos instrumentais de apoio ao desenvolvimento da atividade da Vimágua e à prestação dos serviços públicos a seu cargo.

Em 2021 foram investidos 1.407.638Euros.

Especial relevância teve, em 2021 à semelhança do que sucedeu nos anos anteriores, o reforço de meios para a atividade operacional da Vimágua, com vista à melhoria do serviço prestado e à redução de perdas de água, onde foram investidos na aquisição de máquinas, viaturas e equipamentos 331.869Euros.

Destaque, ainda, para o investimento que se iniciou em 2020 e concluiu em 2021, na construção do Armazém Geral e Oficina da Vimágua.

O investimento global realizado pela Vimágua em 2021 foi de 6.117.949Euros. Destacamos, neste ponto, as empreitadas com execução, em 2021:

Ref. ^a	OBRAS CONCLUÍDAS EM 2021
C.P. Nº 01/2020	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE AZURÉM, COSTA, CREIXOMIL E UF DE OLIVEIRA, S. PAIO E S. SEBASTIÃO
C.P. Nº 02/2020	EXTENSÃO E ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA FREGUESIA DE GONDAR - CONCELHO DE GUIMARÃES
C.P. Nº 04/2020	EXTENSÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA DE SANTA MARIA (TROÇO NORTE) E RUA1º DE MAIO NA U.F. DE ATÃES E RENDUFE - GUIMARÃES
C.P. Nº 03/2021	REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS BETUMINOSOS NA FREGUESIA DE SANTA EULÁLIA
C.P. Nº 08/2020	EXTENSÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA JOSÉ DE OLIVEIRA E RUA DA VENDA NOVA NA FREGUESIA DE RONFE
C.P. Nº 09/2020	ARMAZÉM / OFICINAS DA VIMÁGUA



Ref. ^a	OBRAS CONCLUÍDAS EM 2021
C.P. N.º 10/2020	EXTENSÕES DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA FREGUESIA DE GONDAR - RUA PRAINHA DE CIMA E RUA E TRAVESSA DO SOEIRO - GUIMARÃES
C.P. N.º 13/2020	SUBSTITUIÇÃO E EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE AZURÉM, COSTA, E U.F. DE OLIVEIRA, S. PAIO E S. SEBASTIÃO
C.P. N.º 14/2020	EXTENSÕES DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS - UF DE TABUADELO E S. FAUSTINO
C.P. N.º 15/2020	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE FERMENTÕES, PONTE E SILVARES - GUIMARÃES
C.P. N.º 18/2020	REABILITAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA
C.P. N.º 24/2020	FRESAGEM E REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS EM INTERVENÇÕES DA VIMÁGUA, NOS CONCELHOS DE GUIMARÃES E VIZELA
C.P. N.º 29/2020	EXECUÇÃO DE LIGAÇÕES DOMICILIÁRIAS E NÃO DOMICILIÁRIAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NOS CONCELHOS DE GUIMARÃES E VIZELA - LOTE 1
C.P. N.º 29/2020	EXECUÇÃO DE LIGAÇÕES DOMICILIÁRIAS E NÃO DOMICILIÁRIAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NOS CONCELHOS DE GUIMARÃES E VIZELA - LOTE 2
C.P. N.º 30/2020	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA UF DE AROSA E CASTELÕES - GUIMARÃES»
C.P. N.º 31/2020	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA FREGUESIA DE NESPEREIRA E U. F. DE CONDE E GANDARELA - GUIMARÃES»
A.D. N.º 03/2020	EXECUÇÃO DE LIGAÇÕES DOMICILIÁRIAS E NÃO DOMICILIÁRIAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NOS CONCELHOS DE GUIMARÃES E VIZELA
A.D.S. N.º 01/2020	REPARAÇÃO DE VEDAÇÃO E TELHADO DO EDIFÍCIO DE EXPLORAÇÃO DA CAPTAÇÃO DE GONDOMAR
C.P. N.º 08/2019	EXECUÇÃO DE LIGAÇÕES DOMICILIÁRIAS E NÃO DOMICILIÁRIAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NOS CONCELHOS DE GUIMARÃES E VIZELA
C.P. N.º 09/2019	FRESAGEM E REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS EM INTERVENÇÕES DA VIMÁGUA, NOS CONCELHOS DE GUIMARÃES E VIZELA
C.P. N.º 10/2019	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO E RUA DO LUGARINHO - FREGUESIA DA COSTA - GUIMARÃES
C.P. N.º 12/2019	EXTENSÕES DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA FREGUESIA DE SERZEDELO- GUIMARÃES
C.P. N.º 15/2019	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DE SÃO GUALTER - FREGUESIA DE URGEZES - GUIMARÃES
C.P. N.º 19/2019	REPARAÇÃO DE DEFEITOS DE OBRA NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE REDES DE ÁGUA E SANEAMENTO NA ZONA SUL DO CONCELHO DE GUIMARÃES - INAG - ÁGUA EM ABAÇÃO, CALVOS, GÉMEOS, INFANTAS E TABOADELO
C.P. N.º 21/2019	EXTENSÕES DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA FREGUESIA DE LONGOS - RUA DA DEVESA

Ref.ª	OBRAS CONCLUÍDAS EM 2021
C.P. N.º 25/2019	EXTENSÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS STA LEOCÁDIA E UNIÃO DE FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR - CONCELHO DE GUIMARÃES
C.P. N.º 28/2019	EXTENSÃO E ALTERAÇÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA FREGUESIA DE NESPEREIRA, U.F. CANDOSO SANTIAGO E MASCOTELOS E U.F. DE CALDAS DE VIZELA (S. MIGUEL E S. JOÃO)
CPRE N.º 04/2019	REABILITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE CALEIRAS TÉCNICAS NA ETA DE STA. EUFÉMIA DE PRAZINS
CP. N.º 01/2018	Remodelação e ampliação do sistema de captação e tratamento de Sta. Eufémia de Prazins - Guimarães - Beneficiação da entrada de água em R0 e da aspiração para as estações elevatórias de Guimarães e de Ponte
C.P. N.º 22/2018	Reabilitação de Colectores de águas residuais com recurso a Tecnologia CIPP, nos Concelhos de Guimarães e Vizela
A.D. N.º 01/2021	SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA E TRAVESSA DO SOEIRO, FREGUESIA DE GONDAR - GUIMARÃES
A.D. N.º 02/2021	EXTENSÕES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA FREGUESIA DE GONDAR - RUA SUMES DE CIMA E RUA SUMES DE BAIXO E EXTENSÕES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA FREGUESIA DE POLVOREIRA - RUA RIBEIRO DO PINTO (TROÇO SUL DA A7)
A.D. N.º 03/2021	EXTENSÕES DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS - UF DE AIRÃO STA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E VERMIL E UF DE LEITÕES OLEIROS E FIGUEIREDO
A.D. N.º 04/2021	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE TAMPAS EM AÇO CARBONO
A.D. N.º 05/2021	DUPLICAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA DOUTOR ABÍLIO TORRES - U.F. DE CALDAS DE VIZELA (S. MIGUEL E S. JOÃO) - CONCELHO DE VIZELA
ADS N.º 01/2021	REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS - N106 - SANTA EULÁLIA - VIZELA
CPRE N.º 04/2021	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA ALFAGEME DE SANTARÉM E NA RUA MESTERES DE GUIMARÃES, FREGUESIA DE URGEZES - CONCELHO DE GUIMARÃES

Ref.ª	Obras iniciadas em 2021 e em execução
C.P. N.º 01/2021	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE PRAZINS (SANTA EUFÉMIA), SÃO TORCATO, U.F. DE BRITEIROS SANTO ESTEVÃO E DONIM E U.F. DE SOUTO STA. MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR - CONCELHO DE GUIMARÃES
C.P. N.º 05/2021	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, RUA DA SERVIÇARIA E RUA DE BURGUEIROS - FREGUESIA DE INFANTAS - GUIMARÃES
C.P. N.º 06/2021	EXECUÇÃO DE LIGAÇÕES DOMICILIÁRIAS E NÃO DOMICILIÁRIAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NOS CONCELHOS DE GUIMARÃES E VIZELA
CPRE N.º 01/2021	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA DE TAGILDE - U.F. DE TAGILDE E VIZELA (S. PAIO) - CONCELHO DE VIZELA
CPRE N.º 05/2021	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE INFIAS, SANTA EULÁLIA, U.F. DE CALDAS DE VIZELA (S. MIGUEL E S. JOÃO) E U.F. CANDOSO SANTIAGO E MASCOTELOS - CONCELHO DE VIZELA E GUIMARÃES

Ref. ^a	Obras iniciadas em 2021 e em execução
CPRE Nº 06/2021	EXECUÇÃO DE LIGAÇÕES DOMICILIÁRIAS E NÃO DOMICILIÁRIAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NOS CONCELHOS DE GUIMARÃES E VIZELA

POSEUR

PROGRAMA OPERACIONAL
SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS

Os investimentos candidatados pela Vimágua, tendo em vista o controlo e redução de perdas nas redes de distribuição e adução de água nos concelhos de Guimarães e Vizela, comparticipados pelo POSEUR, foram concluídos no ano de 2021

No âmbito da candidatura apresentada pela Vimágua ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no uso dos Recursos (POSEUR), eixo prioritário 3, "Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência de Recursos", assegurámos uma comparticipação para a substituição de aproximadamente 7km de condutas de água em 14 arruamentos de 7 freguesias, fornecimento de equipamentos para medição de caudais, instalação de 65 novas zonas de medição e controlo (ZMC's) e dispositivos para deteção de fugas e consumos ilícitos, nos concelhos de Guimarães e Vizela, o que, no seu conjunto, contribuirá para uma redução efetiva das perdas reais, no sistema público de abastecimento de água.

O projeto, neste âmbito, concluído em 2021 está, assim, alinhado com a estratégia e objetivos definidos no PENSAAR 2020, nomeadamente, na redução de perdas de água e na gestão eficiente de ativos e aumento da sua reabilitação.

Os montantes totais já recebidos entre 2019 e 2021, importam no valor total de 323.873Euros.

Em 2021 foi aprovada uma nova candidatura ao POSEUR, eixo prioritário 3, "Melhoria e expansão dos sistemas de saneamento de águas residuais nos concelhos de Guimarães e Vizela", projeto com o qual a Vimágua se propõe prosseguir os seguintes objetivos:

- a) O aumento do índice de acessibilidade física ao serviço com redes de saneamento de águas residuais em zonas de transição (semiurbanas) com menores índices de cobertura, em cerca de 1 % ou seja, disponibilização do serviço a cerca de 739 alojamentos sem acesso ao serviço, aproveitando a disponibilidade dos sistemas de saneamento em alta existentes;



b) O aumento da fiabilidade, qualidade e desempenho operacional dos sistemas de saneamento de águas residuais, incluindo o esvaziamento de fossas sépticas em serviço (ainda a manter), na área de intervenção da Vimágua, com a aquisição do novo equipamento hidrolimpador e com a desativação de algumas fossas sépticas com funcionamento insatisfatório e/ou nos locais para onde as redes foram ampliadas;

c) A diminuição da poluição de algumas massas de água, decorrente do aumento da cobertura, da melhoria na manutenção das fossas sépticas ainda em serviço que servem cerca de 112 alojamentos e eliminação das fossas sépticas abrangidas pela ampliação do sistema de drenagem.

Esta nova candidatura tem aprovado 1.000.000Euros de apoio comunitário para um investimento elegível de 2.443.982Euros. Em 2021 foram já recebidos 52.385€.

A execução do Plano de Investimentos de 2021, face ao valor previsto no Plano de Investimentos revisto aquando da elaboração dos mapas previsionais para 2022, foi de 108,67%.



EXECUÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2021

CÓDIGO	PROJETO	Previsão 2021	Execução 2021	%	Desvio	
		Revista			Valor	%
01	Sistema de abastecimento de água em alta					
01.01	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Prazins	45 000	25 925	57,61%	-19 075	-42,39%
01.02	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Gondomar	35 500	35 485	99,96%	-15	-0,04%
01.03	Ampliação e Remodelação de outras instalações de captação e tratamento					
01.04	Reparação e remodelação de Reservatórios e Estações Elevatórias	25 000	26 973	107,89%	1 973	7,89%
01.09	Obras e equipamentos para reforço e remodelação do sistema de abastecimento de água em alta	18 000	16 558	91,99%	-1 442	-8,01%
02	Redes de água e saneamento					
02.01	Execução de novas redes de saneamento nas freguesias	1 721 854	2 076 760	120,61%	354 906	20,61%
02.02	Execução de novas redes de água nas freguesias	500 000	548 009	109,60%	48 009	9,60%
02.03	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de saneamento	550 000	520 205	94,58%	-29 795	-5,42%
02.04	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de água	735 900	797 814	108,41%	61 914	8,41%
02.05	Execução de ligações domiciliárias e não domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	635 974	662 581	104,18%	26 607	4,18%
03	Investimentos diversos					
03.01	Projetos de infra-estruturas de água e saneamento	20 000	17 955	89,78%	-2 045	-10,23%
03.02	Outros estudos e projetos	3 000	2 980	99,33%	-20	-0,67%
03.03	Terrenos	500			-500	-100,00%
03.04	Máquinas e Viaturas	95 000	109 982	115,77%	14 982	15,77%
03.05	Equipamentos e ferramentas (exploração e produção)	165 000	221 887	134,48%	56 887	34,48%
03.06	Equipamentos para telegestão	500			-500	
03.07	Equipamento Informático e Software	20 000	19 101	95,51%	-899	-4,49%
03.08	Equipamento administrativo	23 000	31 271	135,96%	8 271	35,96%
03.11	Instalações de Armazém e Exploração	1 010 000	981 351	97,16%	-28 649	-2,84%
03.12	Instalações e equipamentos para produção de energia	600	600			
03.99	Outros investimentos	25 000	22 510	90,04%	-2 490	-9,96%
TOTAIS		5 629 828	6 117 949	108,67%	488 121	8,67%



Handwritten notes in the top right corner, possibly including a signature and some illegible text.

Small white markings or text at the bottom left corner, possibly a logo or page number.

Recursos Humanos

Handwritten notes in the top right corner, including a signature and some illegible text.



Handwritten notes in the top right corner, possibly including a signature and some illegible text.



Recursos Humanos

A política e gestão dos recursos humanos da Vimágua desenvolveu-se de acordo com as orientações definidas para o período e de forma integrada e articulada com os objetivos da empresa, com vista à melhoria dos serviços públicos prestados às populações e ganhos de eficácia da gestão global da Vimágua, nas diferentes vertentes.

A Lei de Orçamento de Estado (LOE) para 2021, Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, não determinou qualquer alteração ao regime legal em vigor para o desenvolvimento das carreiras, no que se refere a alterações de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, a que os trabalhadores tenham direito.

As alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, decorrentes da aplicação da Lei e do Regulamento Interno da Vimágua foram aplicadas, no ano de 2021, a todos os trabalhadores da Vimágua que reuniam os requisitos legais e regulamentares previstos para as alterações obrigatórias de posicionamento nas respetivas carreiras.

Aos trabalhadores contratados pelo regime do contrato individual de trabalho (CIT), de acordo com o disposto nos artigos 52º, 55º e 58º do Regulamento de Organização e Carreiras Profissionais da Vimágua, a respetiva progressão profissional ocorreu, quase exclusivamente, por “Progressão Linear”, ou seja, no âmbito das respetivas carreiras, pelo decurso do tempo e pelas regras de avaliação e promoções definidas, tendo 1 (um) trabalhador evoluído para “Carreira Diferenciada”, transitando da carreira Técnico Profissional para a carreira Técnica.

Relativamente aos trabalhadores do Município de Guimarães que se encontram a exercer funções nesta empresa em Cedência de Interesse Público (CIP), nos termos do disposto no Acordo de Cedência de Interesse Público outorgado entre a Vimágua e o Município de Guimarães, a avaliação e progressão remuneratória dos trabalhadores cedidos à Vimágua é da responsabilidade da entidade de origem, tendo a Vimágua procedido ao reposicionamento remuneratório de 9 (nove) trabalhadores, nos termos da comunicação que lhe foi enviada pelo Município de Guimarães, com a indicação de que produziam efeitos retroativos a janeiro de 2021.



O Decreto-Lei n.º 109-A/2020, de 31 de dezembro, fixou o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2021 em € 665,00, valor que foi aplicado a todos os trabalhadores da Vimágua que auferiam um salário correspondente a essa retribuição, designadamente aqueles que se encontravam inseridos no 1º e 2º nível remuneratórios da carreira D - Anexo 3 do Regulamento da Organização e Carreiras Profissionais da Vimágua.

Por seu turno, o Decreto-Lei n.º 10/2021, de 1 de fevereiro, atualizou a base remuneratória da Administração Pública, equiparando-a ao salário mínimo nacional (montante correspondente ao 4º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única), tendo ainda procedido ao aumento de € 10 nas remunerações que se situavam entre os € 645,07 e os € 791,91, não podendo resultar dessa atualização um valor inferior à retribuição mínima mensal garantida para 2021.

Com base no parecer favorável da CCDR-N, proferido em 2019, sobre a aplicabilidade das regras de atualização dos valores base remuneratórios na Administração Pública aos trabalhadores da Vimágua com contrato individual de trabalho, em 18 de fevereiro de 2021 foi proferida deliberação do Conselho de Administração, aprovando uma atualização da Grelha Salarial da Vimágua, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2021, a aplicar no processamento salarial de fevereiro, à semelhança dos restantes trabalhadores em regime de cedência de interesse público, sendo todos os valores atualizados de acordo com as regras estabelecidas no Decreto-Lei n.º 10/2021, de 1 de fevereiro.

No que aos gestores públicos respeita, foi mantida a redução de 5% da remuneração fixa mensal, já aplicada desde 1 de junho de 2010, em cumprimento da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Manteve-se em vigor a autorização para que as empresas municipais possam proceder ao recrutamento de trabalhadores para constituição de vínculos de emprego, desde que expressamente autorizados no ato de aprovação do plano de atividades e orçamento.

Estando a Vimágua com necessidades de recrutamento foi elaborado um Plano de Recrutamento, com a necessária fundamentação de cada uma das necessidades, com vista à prossecução da melhoria e continuidade dos serviços públicos que constituem o objeto da Vimágua e, em particular, os seguintes objetivos:

- Reforço da capacidade operacional da Vimágua;
- Melhoria na manutenção das redes de água e de saneamento.



O Plano de Recrutamento, proposto pelo Conselho de Administração, foi aprovado pela Assembleia Geral da Vimágua, tendo sido recrutados 15 trabalhadores(as) durante o ano de 2021.

Durante o ano de 2021, 17 trabalhadores(as) cessaram vínculo jurídico laboral com a Vimágua, sendo que 9 fizeram-no por aposentação/reforma, 7 por denúncia do contrato com aviso prévio por iniciativa do trabalhador e 1 por cessação do acordo de cedência de interesse público.

Quadro de pessoal

Importa, neste capítulo, salientar alguns indicadores que revelam aspetos evolutivos da estrutura de recursos humanos da Vimágua.

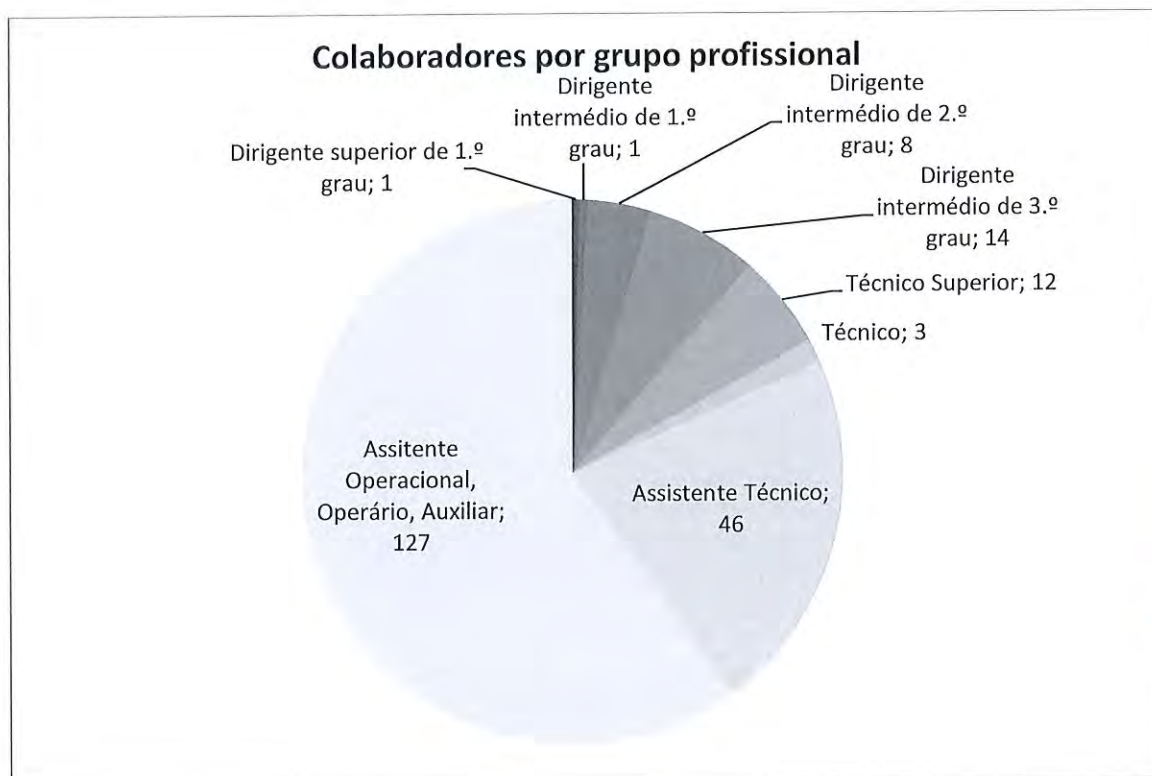
Em 31 de dezembro de 2021 a Vimágua contava com 212 trabalhadores, tendo-se registado um crescimento de 2 trabalhadores em relação ao final do exercício económico anterior.

Mapa geral por grupos de pessoal

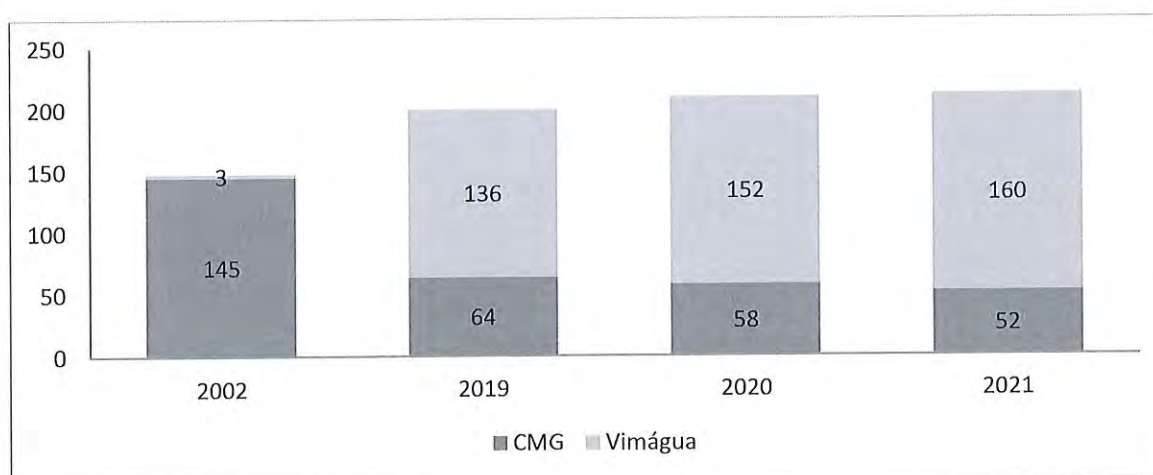
Grupo Profissional	Mobilidade de Interesse Público (CMG e ME)	Vimágua	Total
Dirigente superior de 1.º grau	1		1
Dirigente intermédio de 1.º grau	1		1
Dirigente intermédio de 2.º grau	3	5	8
Dirigente intermédio de 3.º grau	9	5	14
Técnico Superior		12	12
Técnico		3	3
Assistente Técnico	9	37	46
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	29	98	127
Totais Gerais	52	160	212

A maioria dos trabalhadores da Vimágua está incluída na categoria de “Assistente Operacional, Operário, Auxiliar”, com um peso de 59,91%. A categoria de “Assistente Técnico” é a segunda categoria profissional com maior representatividade na empresa (21,70%). Estas duas categorias têm em conjunto 81,6% dos trabalhadores totais da Vimágua, em final de 2021.



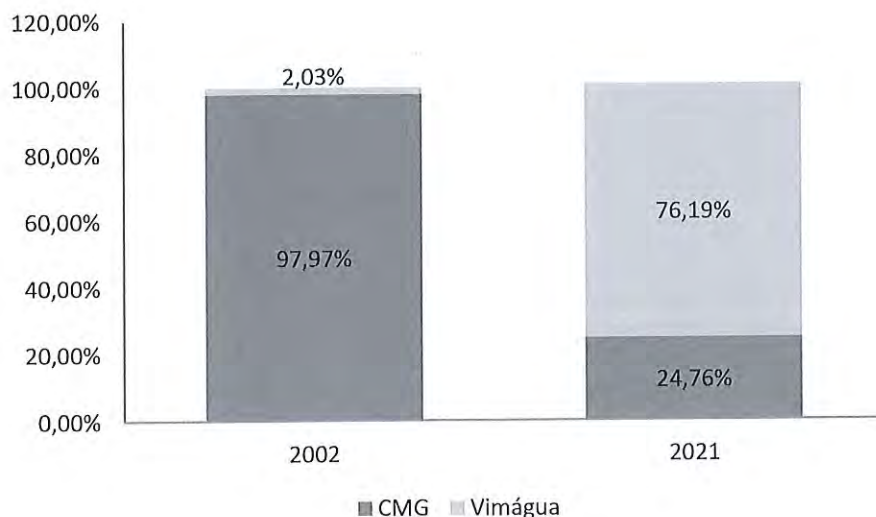


O quadro de efetivos da Vimágua é composto por trabalhadores em regime de mobilidade de interesse público, dos quadros do Município de Guimarães, os quais integravam o quadro dos Serviços Municipalizados à data de criação da empresa, e trabalhadores, entretanto recrutados, designados nos gráficos seguintes como *Vimágua*.



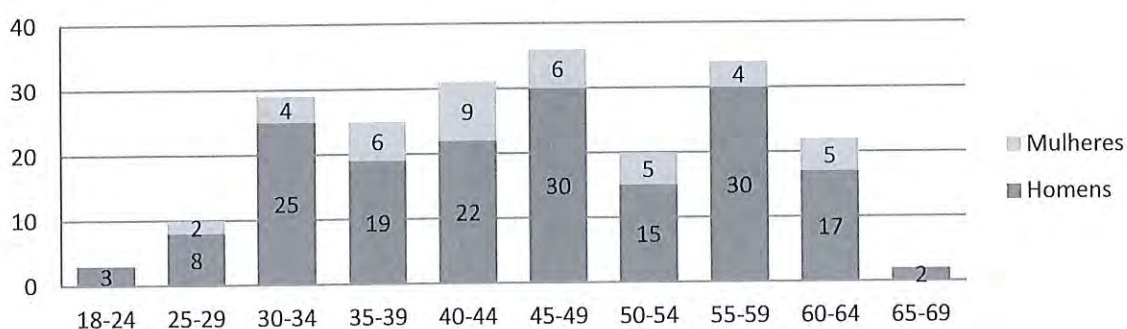
A percentagem de trabalhadores recrutados pela Vimágua é atualmente de 75,47%, claramente superior à percentagem de trabalhadores do Município. Os trabalhadores do Município em regime de

mobilidade diminuíram, substancialmente, desde a criação da Vimágua em 2002 passando de 97,97% para 24,53% do total dos trabalhadores.



A maioria dos trabalhadores da Vimágua é do género masculino (171 homens e 41 mulheres) e 63,2 % dos trabalhadores está em idades inferiores a cinquenta anos, o que revela uma estrutura etária equilibrada e relativamente jovem.

Distribuição de colaboradores por escalão etário



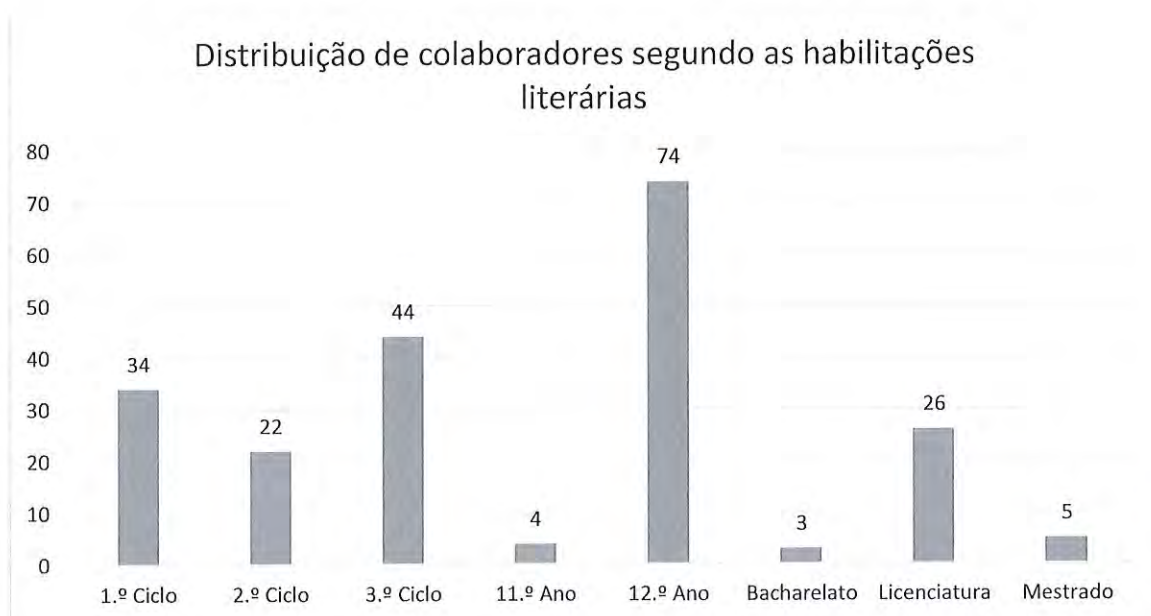
No que concerne às habilitações literárias verifica-se que no final do corrente exercício 34 trabalhadores tinham o ensino superior politécnico ou universitário, representando cerca 16,03% do



[Handwritten signature]

total, 74 trabalhadores tinham terminado o ensino secundário, representando cerca de 34,9% do total, e cerca de 16,03% concluíram apenas o primeiro ciclo do ensino básico.

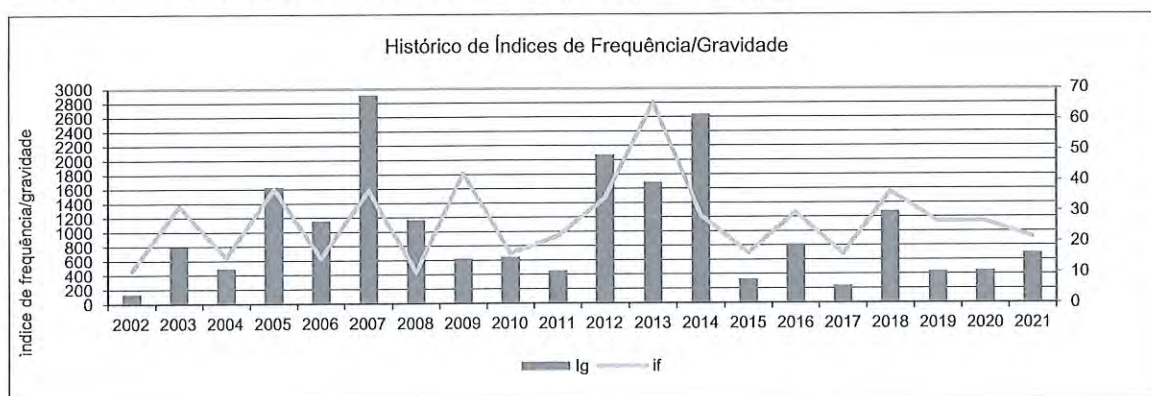
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Acidentes/Incidentes e Índices de sinistralidade

Dos acidentes de trabalho registados no ano em análise, cinco acidentes não deram origem a ausências e os restantes sete originaram uma perda total de 161 dias úteis de ausência ao trabalho, superando os 94 dias úteis registados em 2020. De referir que um dos acidentes ocorreu em *itinere*.

Efetuuou-se a análise dos índices de frequência (If) e de gravidade (Ig):



O Índice de frequência diminuiu relativamente a 2020 ao passo que o índice de gravidade aumentou. O aumento no índice de gravidade, deveu-se, essencialmente, a um acidente que originou uma perda de 112 dias em 2021.

Para análise dos índices de sinistralidade utilizou-se a seguinte tabela como valores orientativos:

If	Ig	Pontuação	Classificação
< 15	< 250	1	Excelente
15 – 30	250 – 500	2	Bom
30 – 50	500 - 1000	3	Médio
50 – 75	1000 - 2000	4	Medíocre
> 75	> 2000	5	Mau

If – índice de frequência; Ig – índice de gravidade

Fonte: Manual de Segurança do autor Sérgio Miguel (Porto Editora)

No ano de 2021 registou-se um If = 21,5 correspondendo a uma classificação de Bom e um Ig = 700,27, correspondendo a um nível Médio.

No que respeita aos acidentes de viação, ocorreram 18 acidentes, número igual ao do ano transato.

Foram realizadas, durante o ano de 2021, diversas ações de formação e sensibilização aos trabalhadores, aquando das visitas/inspeção às obras por administração direta, principalmente aos mais expostos a riscos de acidente de trabalho.

Medicina do Trabalho e Promoção da Saúde

No âmbito da medicina do trabalho realizaram-se 184 exames médicos, divididos por exames de admissão (16), exames periódicos (118) e exames ocasionais (50).

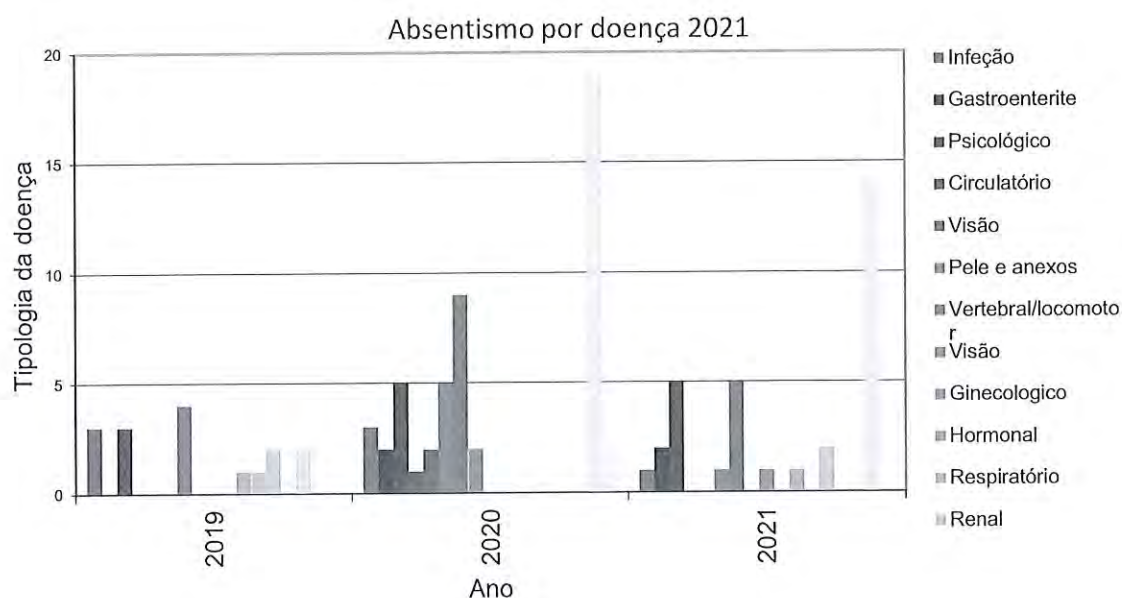
Foram efetuadas, quatro visitas a locais de trabalho externos, pelo médico de Medicina no Trabalho, em conjunto com os técnicos de Segurança e Saúde no Trabalho, além do acompanhamento constante aos locais de trabalho nas instalações da Vimágua.

Durante o ano de 2021 deu-se continuidade à avaliação dos postos de trabalho, no que respeita à ergonomia, com a implementação de medidas, tais como, suporte de monitor, tapete de rato com



apoio de pulso, cadeiras ajustadas às necessidades clínicas dos trabalhadores (apoio lombar) e suporte regulável de pés.

O absentismo por doença resultou numa perda de 3.117 dias de trabalho. De acordo com a análise do médico de medicina no trabalho, a distribuição de absentismo por doença, dividiu-se pelas seguintes patologias:



Concluiu a análise médica que a patologia que mais afetou os trabalhadores da Vimágua, no ano 2021, foi a doença Covid19, seguida por doenças de foro vertebral/locomotor e psicológico.

Relativamente a ações de promoção da saúde, junto dos trabalhadores da Vimágua, manteve-se o rastreio da diabetes e da hipertensão, disponível ao longo de todo o ano, e foram ministradas vacinas da hepatite B aos trabalhadores expostos.

A unidade de QASS conjuntamente com o médico de medicina no trabalho realizaram mais uma vez uma campanha de vacinação da gripe sazonal, com a vacinação de 104 trabalhadores.

Foi mantido o programa do DAE (Desfibrilhador Automático Externo), sem registo de qualquer emergência.



No ano de 2021, reforçou-se a equipa de colaboradores da Vimágua certificados para a utilização do DAE, coma a formação de mais 5 colaboradores, perfazendo agora o total de 11, 6 alocados à sede e 5 alocados ao armazém/oficinas de Aldão.

O desfibrilhador no edifício sede da Vimágua encontra-se junto do balcão do segurança.

Iniciou-se o processo de aquisição de um outro desfibrilhador para as instalações de armazém/oficinas de Aldão.

Pandemia Covid19

Durante o ano de 2021, continuamos a ser confrontados com a Pandemia provocada pelo Covid19. Os estados de Pandemia foram alterando ao longo do ano e a Vimágua foi- se ajustando e adaptando à sua própria realidade, atualizando as medidas profiláticas de acordo com a legislação em vigor, as orientações da DGS, atualizando sistematicamente o plano de contingência da Vimágua - Doença por Coronavírus (COVID-19).

As principais medidas preventivas de modo a prevenir a transmissão da infeção foram:

1. Continuidade na distribuição de meios de proteção individual de modo a promover a redução do risco de contágio (distribuição de máscaras cirúrgicas tipo IIR, viseiras e solução desinfetante de mãos e superfícies a todos os trabalhadores);
2. Obrigatoriedade de utilização de máscara nos edifícios da Vimágua e locais de trabalho;
3. Continua reorganização dos postos de trabalho, reforçando o desfasamento de horários, evitando contacto entre diferentes equipas. O regime de teletrabalho foi tido em conta e adaptado sempre que devidamente justificado e compatível com as funções exercidas;
4. Regras na utilização de espaços/equipamentos partilhados;
5. Manteve-se a localização de máquinas de café por piso de modo a evitar a concentração de pessoas;
6. Reorganização dos postos de trabalho (colocação de acrílicos entre postos de trabalho) sempre que necessário;
7. Redistribuição de viaturas ao pessoal/equipas operacional que mantiveram a atividade no terreno, de forma a minimizar contacto entre trabalhadores;
8. Continuidade na medição automática da temperatura de todos os trabalhadores à entrada das instalações. Medição automática por câmara termográfica;
9. Reforço do programa de vacinação contra a gripe sazonal;



10. Divulgação dos períodos de agendamento da vacinação covid19 por faixas etárias e colaboração na marcação da vacinação;
11. Disponibilização de protetor plástico para carro (descartáveis);
12. No Setor Comercial implementou-se a limitação de pessoas por espaço com a identificação nos dos locais possíveis de espera e a medição da temperatura dos clientes aquando da entrada nas instalações da Vimágua. Manteve-se o agendamento on-line;
13. Divulgação de folhetos de sensibilização.

Com o mesmo objetivo de promoção da saúde foram realizadas campanhas de prevenção/informação:



COVID-19

MESMO APÓS ESTAR VACINADO MANTENHA OS CUIDADOS

HIGIENE DAS MÃOS
Lave frequentemente as mãos com água e sabão ou uma solução à base de álcool.

ETIQUETA RESPIRATORIA
Evite espiralar ou espirar diretamente para outras pessoas e evite tocar o nariz, olhos e boca.

USO DE MÁSCARA
Use máscara, especialmente em espaços fechados, ambientes onde há muita gente ou quando estiver a falar ou a cantar.

SE TIVER SINTOMAS
Não vá trabalhar, estudar ou fazer atividades físicas. Fique em casa e evite sair de casa. Se tiver sintomas, não vá trabalhar ou estudar.

DISTANCIAMENTO FÍSICO
Mantenha a distância de 1,5 a 2 metros das outras pessoas.

REDUÇÃO DE CONTACTOS
Evite reuniões em grupo, festas e eventos onde haja muitas pessoas.

VENTILAÇÃO DOS ESPAÇOS
Mantenha os espaços bem ventilados, preferindo a ventilação natural.

LIMPEZA DAS SUPERFÍCIES
Limphe as superfícies que tocar frequentemente.

www.vimagua.pt **vimagua**

GRIPE
VACINE-SE!

VACINE-SE CONTRA A GRIPE! AS VACINAS SALVAM VIDAS.

INSCREVA-SE JUNTO DOS TSHST

Nuno Chaves Goreti Teixeira

www.vimagua.pt **vimagua**

COVID-19

NESTE NATAL TESTAR! É FUNDAMENTAL.

E NÃO SE ESQUEÇA DAS 6 REGRAS FUNDAMENTAIS

www.vimagua.pt **vimagua**

COVID-19

NESTE NATAL TESTAR! É FUNDAMENTAL.

www.vimagua.pt **vimagua**

COVID-19

Informação

Testes comparticipados a 100% em farmácias e laboratórios aderentes (Farmácia Vitória - Guimarães shopping e Farmácia Nunes de Sá - Fementós)

De acordo com a Portaria n.º 128/2020 de 10 de junho de 2020, a qual se tem ciência a todos os testes a comparticipados desde que cumpram os seguintes requisitos:

Requisitos

1. Os testes devem ser realizados em ambiente controlado e, no caso do serviço de diagnóstico, em ambiente de análise de resultados de diagnóstico.
2. Os testes são realizados de acordo com o protocolo de análise de resultados de diagnóstico.
3. Os testes são realizados de acordo com o protocolo de análise de resultados de diagnóstico.
4. Os testes são realizados de acordo com o protocolo de análise de resultados de diagnóstico.

Serviço TPAq COVID-19 SNT e PVP a 100% comparticipado a 800%

1. O serviço de diagnóstico é realizado de acordo com o protocolo de análise de resultados de diagnóstico.
2. O serviço de diagnóstico é realizado de acordo com o protocolo de análise de resultados de diagnóstico.
3. O serviço de diagnóstico é realizado de acordo com o protocolo de análise de resultados de diagnóstico.
4. O serviço de diagnóstico é realizado de acordo com o protocolo de análise de resultados de diagnóstico.

Serviço TPAq (teste de IVA) pago pelo utente, PVP a 100%.

www.vimagua.pt **vimagua**

COVID-19

Vacina COVID-19

Tem 55 ou mais anos e ainda não foi vacinado(a)? Então inscreva-se no Portal de Agendamento.

Em caso de dúvida contacte a Unidade de Segurança e Saúde

www.vimagua.pt **vimagua**

Handwritten signatures and notes in blue ink.

Armazém/Oficinas da Vimágua

O armazém e oficinas da Vimágua foram transferidos no dia 01 de novembro para novas instalações localizadas em Adão.

A Vimágua, ao efetuar a construção do seu novo Edifício, "Armazém de Aldão", destinado a armazém/oficinas e onde foram integrados grande parte dos funcionários da Divisão de Exploração, decidiu criar um espaço de Lavandaria com lavagem e distribuição de toalhas, de forma a melhorar as condições de higiene, segurança e saúde aos colaboradores.

Foi concebido um refeitório de modo a se ajustar às necessidades dos trabalhadores, com disponibilização de duas máquinas de vending automático, uma de bebidas quentes e uma outra de bebidas frias e produtos alimentares, bebedouro, micro-ondas, grelhador, banca de cozinha, mesas e cadeiras.

Foi criado um gabinete médico devidamente equipado com o respetivo equipamento médico, tabela optométrica, otoscópio, oftalmoscópio, estetoscópio, aparelho de tensões aneroide de mesa, aparelho de tensões eletrónico, balança com craveira, termómetro digital, termómetro não digital, negatoscópio e escala de Jaeguer.

De modo a dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de novembro e à Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, iniciou-se a elaboração das medidas de autoproteção.

Relativamente à separação de resíduos, foram criados locais para a separação dos mesmos e instalado um separador de hidrocarbonetos de modo a efetuar a retenção deste resíduo decorrente da lavagem das viaturas e do armazenamento de produtos químicos.

Formação profissional

No âmbito da política de formação profissional dos trabalhadores da Vimágua, há a destacar os seguintes dados relativos ao ano de 2021:

Tipologia	N.º Participantes	N.º Horas
Ações de formação internas	50	604,5
Ações de formação externas	34	1040
Formação Trabalhador Estudante	5	406
Formação de acolhimento	17	119



Tipo de ação	Ação de formação 2021
Externo	Certificado de Aptidão de Motorista de Mercadorias - CAM
Externo	Formação em G/InterAqua - Módulo I a IV (Consulta, Análise, Plots e Relatórios)
Externo	Formação em G/InterAqua - Módulo V - CCTV (Inspeção Vídeo)
Externo	Suporte Básico de Vida com DAE (Renovação)
Interno	Mudança de Funções - de Administrativo para Leitor
Interno	Mudança de Funções - de Instalador de Contadores para Fiscal
Interno	Mudança de Funções - de Operário Canalizador para Leitor
Interno	Noções básicas da função de Instalador de Contadores
Interno	Pesquisa Ativa de Fugas: conceitos básicos e metodologias de trabalho
Interno	Sensibilização para os riscos inerentes aos trabalhos em águas residuais e medidas preventivas
Interno	Verificação de Segurança de Máquinas de acordo com o Decreto-Lei n.º 50/2005
Externo	Excel aplicado aos Recursos Humanos
Externo	PVE - Processamento Salarial
Interno	Regras de Segurança na Atividade de Fiscalização
Externo	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados (AIPD) Metodologia de avaliação de risco e modelos disponíveis
Externo	Gestor e Gestão do Contrato - Enquadramento Jurídico e Aplicação Prática
Externo	Prevenção e Controlo da Legionella em Sistemas de Água - Análise de Risco
Externo	Curso de Auditores e Gestores de Frota MOVE+/Ligeiros
Externo	Formação Prática em todas as Plataformas de Contratação Pública Nacionais
Externo	Gestor e Gestão do Contrato - Enquadramento Jurídico e Aplicação Prática
Externo	O Novo Estatuto da Aposentação - atualizado
Externo	PAR – Parametrizações e Administração de Sistema
Externo	PRH - Recursos Humanos
Externo	Projeto de Sistemas de Autoconsumo (Online)
Externo	PVE - Processamento Salarial
Externo	Desfibrilhador Automático Externo - DAE
Externo	Prevenção e Controlo da Legionella em Sistemas de Água - Análise de Risco
Externo	Formação Prática em todas as Plataformas de Contratação Pública Nacionais
Externo	Formação VORTAlgov - Outorga Digital de Contratos
Externo	Fórum Segurança
Externo	Construámos Segurança
Externo	Especialização do Profissional em Contratação Público
Externo	UFCD 0681 - Aquisição Portuguesa de Contratos Públicos
Externo	Gestor e Gestão do Contrato - Enquadramento Jurídico e Aplicação Prática
Externo	ISO 45001 - Consulta e participação dos trabalhadores - WEBINAR
Externo	MS Project
Interno	Acidentes de Viação - Sensibilização
Interno	Acidentes de Trabalho - Sensibilização
Interno	Formação de Acolhimento de Trabalhadores
Externo	Formação na Qualidade de Trabalhador-Estudante

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "F. Pereira", "M.", "A.", and others.]

Handwritten notes in the top right corner, including the word "DRAFT" and other illegible scribbles.



Desempenho Económico e Financeiro



Handwritten notes in the top right corner, possibly including a signature and some illegible text.

Desempenho Económico e Financeiro

O presente título sintetiza os resultados alcançados pela Vimágua durante o ano de 2021, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

Situação Económica

A situação económica da Vimágua, atentos os resultados apurados no exercício de 2021, é positiva, cumprindo-se o Contrato de Gestão em vigor, com ligeiro crescimento do resultado económico comparativamente a 2020, em resultado do crescimento de clientes.

Assim, a Vimágua terminou o ano de 2021 com um resultado líquido positivo de 667.639Euros.

Os rendimentos operacionais registaram um acréscimo de 477.279Euros (+2,26%) face aos registados no exercício de 2020, mantendo uma trajetória de crescimento, resultante do já referido crescimento de clientes, não obstante o impacto económico das medidas de apoio às famílias e empresas, com impacto na faturação dos serviços prestados, e no que à manutenção do tarifário do saneamento respeita, o impacto foi compensado pelo subsídio à exploração concedido pelos Municípios.

Rendimentos operacionais				
euros	2019	2020	2021	Δ% 21/20
Vendas e prestações de serviços	18 664 058	19 313 073	19 425 499	0,58%
Venda de água	6 225 931	6 403 657	6 362 510	-0,64%
Venda material	10 217	4 913	14 442	193,96%
Prestações de serviços - saneamento	8 897 336	9 417 723	9 558 592	1,50%
Prestações de serviços - água	3 258 657	3 310 138	3 358 452	1,46%
Outros serviços	271 917	176 642	131 503	-25,55%
Trabalhos própria empresa	18 118	5 236	17 697	237,98%
Subsídios à exploração	-	1 688	278 316	16389,69%
Outros rendimentos e ganhos	1 785 512	1 768 676	1 844 439	4,28%
Rendimentos operacionais	20 467 688	21 088 673	21 565 952	2,26%

Os gastos operacionais, em termos globais, registaram um acréscimo de 574.339Euros, totalizando no exercício económico em análise 20.105.535Euros (+2,94%).



Gastos operacionais

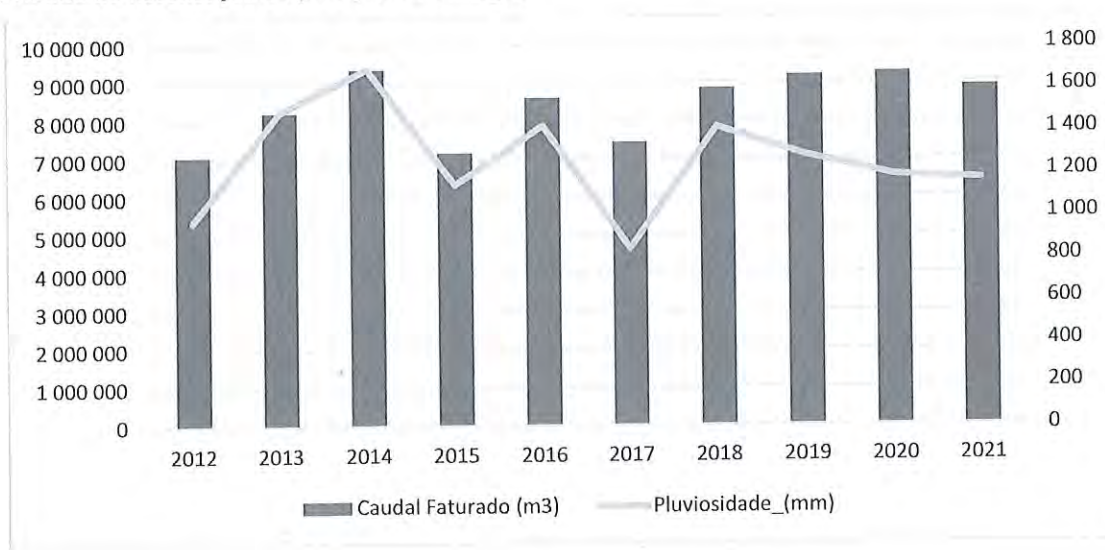
euros	2019	2020	2021	Δ% 21/20
Custo existências vendidas e consumidas	45 110	49 863	51 934	4,15%
Fornecimentos e serviços externos:	11 413 219	11 032 153	11 198 135	1,50%
Subcontrato - tratamento de águas residuais	6 830 195	6 188 409	5 989 441	-3,22%
Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios	523 488	939 446	912 721	-2,84%
Outros fornecimentos e serviços externos	4 059 535	3 904 298	4 295 973	10,03%
Gastos com o pessoal	3 731 189	3 798 455	3 972 949	4,59%
Provisões e perdas por imparidade	-124 408	49 102	222 378	352,89%
Outros gastos operacionais	247 376	347 898	285 707	-17,88%
Amortizações e depreciações	3 954 974	4 253 725	4 374 432	2,84%
Gastos operacionais	19 267 459	19 531 196	20 105 535	2,94%

Os gastos relativos ao tratamento de águas residuais, rubrica com maior peso na estrutura de gastos operacionais, e que remunera o serviço prestado pela entidade gestora do sistema "em alta", Águas do Norte, S.A., tiveram um decréscimo face ao ano de 2020 (-3.22%).

4 456 165 4 844 815

Não obstante, em 2021 o valor faturado mantém-se elevado, quando comparado com os exercícios de 2017 (4.456.165Euros) e 2018 (4.844.815Euros), com impacto muito significativo nos resultados operacionais da Vimágua e resulta, além do acréscimo de atividade no saneamento e dos acréscimos de preços praticados pela Águas do Norte, S.A., os quais tiveram uma taxa de crescimento entre 2018 e 2021 superior a 8%.

Igualmente com impacto no valor faturado nesta rubrica, há a relevar os níveis de pluviosidade, devido às afluências indevidas à rede de saneamento, as quais têm tido particular atenção por parte da atividade de fiscalização e operação da Vimágua.



Os gastos com o tratamento mantêm um peso muito significativo na estrutura de gastos operacionais da Vimágua, tendo representado 29,79% em 2021, menos 1,89% de peso relativo quando comparado com o exercício de 2020, o qual resulta da redução do volume faturado (-366.809m³).

Os gastos com fornecimentos e serviços externos, que detêm um peso decisivo na estrutura de custos, corresponderam a 55,7% dos gastos operacionais, um peso relativo inferior ao registado nos exercícios anteriores, tiveram um crescimento de +1,5%.

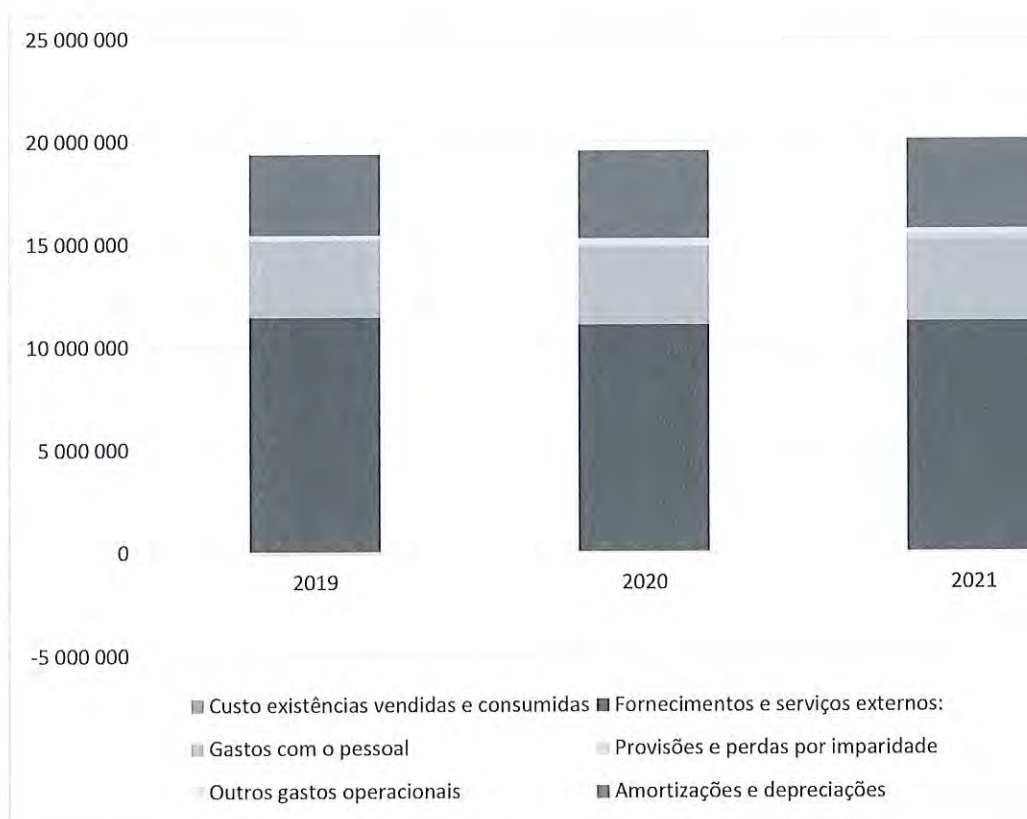
Os gastos com pessoal cresceram face ao exercício anterior (+4,59%), resultado, essencialmente, do crescimento de trabalhadores e do aumento do salário mínimo, a par das valorizações remuneratórias ocorridas durante o exercício.

De salientar, ainda, o acréscimo significativo da rubrica “provisões e perdas por imparidades”, a qual contabiliza um acréscimo de gasto com imparidades de 230.867Euros e uma reversão de provisões relativas a processos judiciais, portanto um rendimento, no valor de 15.818Euros.

Não obstante as perdas por imparidades registarem um crescimento significativo face ao exercício económico anterior, importa evidenciar que estas ascendiam a 424.542Euros no final do primeiro semestre de 2021, em resultado do aumento de dívida de clientes, em atraso, a qual se justifica pela suspensão dos processos de corte de água, devido às medidas de apoio para mitigação dos impactos da pandemia COVID-19, e às suspensões determinadas para os processos de cobrança coerciva via procedimento de execução fiscal com recurso ao protocolo com a Autoridade Tributária.

Durante o segundo semestre, com a possibilidade de avanço dos processos de execução fiscal, tivemos uma recuperação significativa de dívida, a qual resultou na diminuição do valor das imparidades no final do exercício económico de 2021.





O resultado operacional do exercício económico de 2021 da Vimágua foi de 1.460.417Euros, representado uma redução de -6,23% comparativamente ao registado no exercício anterior, valor resultante do crescimento dos gastos operacionais (+574.339Euros) que superou o crescimento dos rendimentos operacionais (+477.279Euros).

O resultado líquido do exercício foi 667.639Euros, ligeiramente superior ao resultado do exercício anterior, sendo o decréscimo do resultado operacional compensado pelo decréscimo de gastos com financiamento e de imposto sobre o rendimento. O EBITDA registou um ligeiro crescimento de +0,41%, o que significa que o decréscimo de resultados operacionais se fica a dever ao crescimento das amortizações dos ativos imobilizados da empresa.

Resultado Líquido

euros	2019	2020	2021	Δ% 21/20
EBITDA	5 155 203	5 811 202	5 834 848	0,41%
Amortizações e depreciações	3 954 974	4 253 725	4 374 432	2,84%
Resultados operacionais	1 200 229	1 557 477	1 460 417	-6,23%
Resultados antes de impostos	536 922	963 553	936 144	-2,84%
Imposto sobre o rendimento	187 730	303 922	268 504	-11,65%
Resultado líquido do exercício	349 192	659 631	667 639	1,21%



O *Cash flow* bruto totalizou 5.266.380Euros, um crescimento próximo de 1Milhão de Euros comparativamente ao do ano anterior (+20,58%), aproximando-se do valor registado em 2018.

O autofinanciamento fixou-se em 95%, significativamente inferior ao registado em 2020, resultando de um forte crescimento do investimento (+49,84%), sendo que o *Cash flow* líquido teve um crescimento de +4,15%.

Cash flow líquido e investimento

euros	2019	2020	2021	Δ% 21/20
Resultados antes de impostos	536 922	963 553	936 144	-2,84%
Amortizações e depreciações	3 954 974	4 253 725	4 374 432	2,84%
Variação das provisões e perdas por imparidade	-124 408	49 102	222 378	352,89%
Cash flow bruto	4 367 488	5 266 380	5 532 953	5,06%
Imposto sobre o rendimento	187 730	303 922	268 504	-11,65%
Resultados distribuídos				
Cash flow líquido	4 555 218	5 570 302	5 801 457	4,15%
Investimento	4 283 417	4 083 013	6 117 949	49,84%
Autofinanciamento	106%	136%	95%	-30,49%

Situação Financeira e Patrimonial

A demonstração da posição financeira da Vimágua em 31 de dezembro de 2021 apresenta um ativo líquido de 58.171.821Euros, evidenciando um ligeiro decréscimo (-0,68%) face a 31 de dezembro de 2020.

Para o significativo decréscimo do ativo corrente (-17,08%), contribuíram o decréscimo de dívida de clientes (-306.193Euros), de Estado e outros entes públicos (-327.813Euros) e, sobretudo, de Caixa e depósitos bancários (-2.614.033Euros), o qual resulta, essencialmente, do significativo acréscimo de investimentos. Estes impactos de decréscimo do ativo corrente foram, parcialmente compensados, destacando-se na rubrica "outros créditos a receber" o impacto da relevação do subsídio aprovado na candidatura do POSEUR para redes de saneamento, o qual regista a 31/12/2021 o valor do subsídio não recebido (941.615Euros).

Em 2021 registamos decréscimo no passivo corrente (-1,04%), em resultado da diminuição de dívida corrente a fornecedores e estado.

Tal como no exercício anterior, também em 2021 diminuámos o passivo relativo a financiamento obtido, através dos pagamentos de capital (-1.528.550Euros).



Posição financeira				
euros	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	Δ% 21/20
Ativo não corrente	46 580 683	46 412 103	48 090 544	3,62%
Ativo corrente	12 393 490	12 162 318	10 081 277	-17,11%
Total do ativo	58 974 173	58 574 421	58 171 821	-0,69%
Capitais permanentes	43 902 712	42 040 135	41 813 105	-0,54%
Passivo corrente	15 071 461	16 534 286	16 358 716	-1,06%
Total do passivo + capital próprio	58 974 173	58 574 421	58 171 821	-0,69%

Os rácios económicos revelam uma situação positiva, ainda que apresentando indicadores com desempenho ligeiramente inferior ao registado em 2020. Ao nível dos indicadores financeiros registamos um decréscimo nos indicadores de liquidez geral e fundo de maneio (-11,93%), desde logo pelo decréscimo de disponibilidades em resultado do forte impacto do investimento realizado. Os indicadores de solvabilidade e de autonomia financeira, evidenciando de forma clara a estabilidade financeira da Vimágua, registaram crescimento em 2021.

Económicos	2019	2020	2021	Δ p.p. 21/20
Margem bruta/rendimentos operacionais	25,19%	27,56%	27,06%	-0,50
Resultado operacional/rendimentos operacionais	5,86%	7,39%	6,77%	-0,61
Resultado líquido/rendimentos operacionais	1,71%	3,13%	3,10%	-0,03
Resultado líquido/capital próprio	1,56%	2,98%	2,90%	-0,08

Financeiros	2019	2020	2021	Δ p.p. 21/20
Liquidez geral	82,23%	73,55%	61,63%	-11,93
Autonomia financeira	37,97%	37,81%	39,61%	1,81
Solvabilidade	61,22%	60,79%	65,60%	4,81
Fundo de maneio	0,82	0,74	0,62	-11,93



Execução previsional

Apresenta-se de seguida a execução da Demonstração Previsional de Resultados aprovada e revista em 2021, com os respetivos desvios:

Execução da Demonstração Previsional de Resultados 2021

	Previsão 2021 revista	Execução 2021	Desvio	
			Valor	(%)
Vendas e serviços prestados	19 943 153	19 425 399	-517 753	-2,60%
Vendas de material		14 442	14 442	-nd-
Vendas de água	6 625 424	6 362 410	-263 014	-3,97%
Prestações de serviços - água	3 587 017	3 358 452	-228 565	-6,37%
Prestações de serviços - saneamento	9 730 712	9 558 592	-172 119	-1,77%
Tarifas de ligação	584 175	642 523	58 348	9,99%
Saneamento de águas residuais	9 145 616	8 914 897	-230 720	-2,52%
Outros	920	1 173	252	27,41%
Outras prestações de serviços		131 503	131 503	-nd-
Outros rendimentos operacionais	2 024 575	2 140 453	115 877	5,72%
Trabalhos para a própria entidade		17 697	17 697	-nd-
Subsídios à exploração	274 966	278 316	3 350	1,22%
Imputação de subsídios p/ investimentos	1 180 361	1 193 311	12 950	1,10%
Imputação de subsídios p/ ramais	569 248	612 173	42 925	7,54%
Outros rendimentos e ganhos		38 956	38 956	-nd-
Total de proveitos operacionais	21 967 728	21 565 852	-401 876	-1,83%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-49 863	-51 934		
Matérias-primas	-49 863	-51 934		
Fornecimentos e serviços externos	-11 034 797	-11 198 135	-163 339	1,48%
Sub-contrato tratamento de águas residuais	-6 019 552	-5 989 441	30 111	-0,50%
Contrapartida pela utilização das infra-estruturas	-1 065 846	-912 721	153 125	-14,37%
Outros FSEs	-3 949 398	-4 295 973	-346 575	8,78%
Gastos com pessoal	-3 861 288	-3 972 949	-111 661	2,89%
Outros gastos operacionais	-259 313	-285 707	-26 394	10,18%
Total de gastos operacionais antes de amortizações, provisões e perdas por imparidade	-15 205 261	-15 508 726	-303 465	2,00%
Amortizações e depreciações	-4 814 894	-4 374 432	440 462	-9,15%
Provisões e perdas por imparidade	-300 000	-222 378	77 622	-25,87%
Total de custos operacionais	-20 320 154	-20 105 535	214 619	-1,06%
EBIT	1 647 573	1 460 317	-187 256	-11,37%
Margem EBIT	0,08	0,08	-0,01	-9,00%
Gastos e perdas financeiros	-554 375	-524 273	30 102	-5,43%
Rendimentos e ganhos financeiros				
Resultados financeiros	-554 375	-524 273	30 102	-5,43%
Resultados antes de impostos	1 093 198	936 044	-157 154	-14,38%
Imposto sobre o rendimento	-260 207	-268 504	-8 297	3,19%
Impostos sobre Lucros	-260 207	-268 504	-8 297	3,19%
Impostos Diferidos				
Resultado líquido do período	832 991	667 539	-165 452	-19,86%
Margem Líquida	3,79%	3,10%	-0,03 p.p.	



Artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

Nos termos do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução quando não cumpram com os seguintes requisitos:

a) Nos últimos três anos as vendas e prestações de serviços cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios

	Vendas e prestações de serviços	Gastos incorridos	% Vendas e prestações de serviços nos Gastos totais incorridos
2021	19 425 499	20 629 809	94,16%
2020	19 313 073	20 125 120	95,97%
2019	18 664 058	19 930 766	93,64%
Requisito cumprido			

b) Nos últimos três anos o peso contributivo dos subsídios à exploração é inferior a 50 % das suas receitas

	Prestação de serviços e outros rendimentos	Subsídios à exploração	% Subsídios na totalidade de Prestação de serviços e outros rendimentos
2021	21 565 852	278 316	1,29%
2020	21 088 673	1 688	0,01%
2019	20 467 688	0	0,00%
Requisito cumprido			

c) Nos últimos três anos o EBITDA é positivo

	Resultado operacional	Amortizações e depreciações	EBITDA
2021	1 460 417	4 374 432	5 834 848
2020	1 557 477	4 253 725	5 811 202
2019	1 200 229	3 954 974	5 155 203
Requisito cumprido			

d) Nos últimos três anos o resultado líquido é positivo

	Resultado líquido
2021	667 639
2020	659 631
2019	349 192
Requisito cumprido	



Perspetivas Futuras

Handwritten notes in the top right corner, including a signature and some illegible text.



Handwritten notes in the top right corner, possibly including a signature and some illegible text.

Small white markings or a logo in the bottom left corner, possibly reading "AM".

Perspetivas Futuras

Em 2021, a Vimágua realizou, integralmente, o seu plano de investimentos, concretizando importantes intervenções quer no domínio da expansão de redes, quer no domínio da substituição de condutas e coletores, quer no domínio do tratamento de água.

Para 2022, está prevista a realização de um investimento na ordem dos 7Milhões de euros, muito vocacionado para a renovação e remodelação de redes e equipamentos, que muito contribuirá para a otimização das redes instaladas, reduzindo perdas e ineficiências.

Com efeito, a qualidade de serviço passa pela redução das perdas, pela eliminação das ligações indevidas e infiltrações, por garantir uma correta utilização dos serviços e da aplicação dos princípios ínsitos na Lei da Água, designadamente, do Utilizador/Pagador.

É preciso garantir que o potencial instalado é, efetivamente, aproveitado pela população por ele beneficiada e que todos contribuem para a operacionalização eficiente dos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas.

De destacar são, também, os investimentos em telegestão e na produção de energia, com a conclusão da instalação de sistema fotovoltaico no novo armazém e a instalação de novos sistemas fotovoltaicos no reservatório de Frades e na estação elevatória de Guardizela. Prevê-se aumentar a capacidade de produção de energia fotovoltaica em 176 kW, totalizando uma capacidade de 537 kW .

No decorrer do ano de 2022, a Vimágua irá intensificar ações de informação, disseminando as vantagens na ligação aos sistemas públicos.

Paralelamente, reforçar-se-ão as ações de fiscalização, tanto no que respeita a consumos ilícitos, como no que se refere ao cumprimento da obrigação de ligação dos prédios às redes públicas de água e saneamento.

Prevê-se, ainda, que, no primeiro semestre do ano de 2022, seja aprovado o Acordo de Empresa, que está a ser negociado com o SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL - STAL.



Este é um documento de grande importância para a Vimágua, na medida em que disciplinará as matérias relativas à organização, carreiras e tabelas remuneratórias aplicáveis aos trabalhadores da Vimágua, até agora fixadas em Regulamento Interno de Organização e Carreiras Profissionais, aprovado em 2002 e revisto 2005, o qual se encontra, em alguns aspetos desajustado e desadequado às novas realidades e dinâmicas a que a Vimágua tem de responder, na prossecução daquela que é a sua missão.

Todo o processo está a ser conduzido com uma postura responsável e ciente de que os recursos são escassos, de modo a não deixar jamais de salvaguardar, em cada momento, a saúde e solidez económica e financeira da empresa, de que depende a sua sustentabilidade futura e que a todos interessa salvaguardar.

A Administração da Vimágua está comprometida com um modelo de gestão que assegure as melhores condições de trabalho e uma adequada remuneração, distinguindo o mérito.

J. Peixe

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]



Proposta de Aplicação de Resultados

Handwritten notes and signatures in the right margin, including the word "Voto" and several illegible signatures.

Handwritten notes in the top right corner, possibly including a signature or initials.

Handwritten notes in the middle right section.

Handwritten notes in the middle right section.

Handwritten notes in the middle right section.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da Vimágua e nos artigos 31.º a 33.º, na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, no artigo 295.º e nos n.ºs 1, alínea b) e 2 do artigo 376.º, todos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2021, no valor de 667.639,22Euros (seiscentos e sessenta e nove mil seiscentos e trinta e nove euros e vinte e dois cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- Para Reserva Legal (5%) – 33.381,96Euros (trinta e dois mil novecentos e oitenta e um euros e cinquenta e seis cêntimos);
- Para Resultados Transitados – 634.257,26Euros (seiscentos e trinta e quatro mil duzentos e cinquenta e sete euros e vinte e seis cêntimos).

O Conselho de Administração

Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente

Maria Agostinha Ribeiro de Freitas – Vogal

Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral – Vogal



Handwritten notes in the top right corner, possibly a signature or initials.

Considerações Finais



For
Review

✓

✓

✓

✓

✓



Considerações Finais

O resultado do exercício relativo ao ano de 2021 é positivo.

A atuação da Vimágua pautou-se pelo respeito pela Lei, pelos Municípios seus acionistas, pelos utilizadores do serviço, pelos fornecedores e demais prestadores de serviços e, num ano, ainda, marcado pela emergência de saúde pública.

O rigor, a exigência, a transparência, a ética e um forte sentido de serviço público continuarão a estar no centro da atividade da Vimágua, tendo em conta o interesse dos utilizadores dos sistemas públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Aos Municípios de Guimarães e Vizela e às Juntas de Freguesia, deixamos aqui o nosso especial reconhecimento pela sempre pronta colaboração e cooperação.

À Agência Portuguesa do Ambiente I.P. – ARH-Norte, à CCDR-n, à ERSAR, ao ACES Alto Ave, deixamos o nosso agradecimento, sendo o seu contributo de inestimável importância para o bom desempenho da Vimágua.

Em 2021 cessou funções no Conselho de Administração da Vimágua o Senhor Joaquim Meireles, sendo de destacar o seu importante contributo para a prossecução dos objetivos da Vimágua.

Importa, ainda, registar um especial apreço em relação aos trabalhadores da Vimágua pela dedicação, competência e profissionalismo no exercício das suas funções, em prol de um serviço público de referência e, neste ano, em particular, pela colaboração e esforço de adaptação a novos horários e métodos de trabalho.

O Conselho de Administração,

Armando José Ferreira da Costa e Silva – Presidente

Maria Agostinha Ribeiro de Freitas – Vogal

Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral – Vogal



W. G. ...
...
...
...



Demonstrações Financeiras

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Handwritten notes in the top right corner, possibly including a date and some illegible text.

Handwritten notes in the middle right section, appearing to be a signature or a set of initials.



Demonstrações financeiras

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., vem submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do exercício económico de 2021.

O presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados por Naturezas;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa e respetivo anexo;
- Anexo às Demonstrações Financeiras.



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2021	31-12-2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	47.858.902	46.081.233
Ativos intangíveis	9	3.108	2.205
Outros investimentos financeiros		25.404	18.403
Ativos por impostos diferidos		203.131	310.262
		48.090.544	46.412.103
Ativo corrente			
Inventários	10	883.174	822.051
Clientes	12	1.571.178	1.877.371
Estado e outros entes públicos	13	843.429	1.171.242
Outros créditos a receber	14	2.274.465	1.147.210
Diferimentos		182.683	204.063
Caixa e depósitos bancários	5	4.326.349	6.940.382
		10.081.277	12.162.318
Total do ativo		58.171.821	58.574.421
CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	20.1	500.000	500.000
Outros instrumentos de capital próprio		12.240.000	12.240.000
Reservas legais		114.319	81.338
Resultados transitados	20.2	2.491.025	1.495.369
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	20.3	7.030.226	7.167.269
Resultado líquido do período		667.639	659.631
Total do capital próprio		23.043.209	22.143.606
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	29	100.682	109.171
Financiamentos obtidos	15	7.150.806	8.731.103
Outros instrumentos financeiros	16	902.802	1.378.940
Fornecedores	17	8.626.893	7.645.085
Outras dívidas a pagar - Ajustamento em subsídio	18	1.988.713	2.032.230
		18.769.896	19.896.529
Passivo corrente			
Fornecedores	17	1.642.654	1.976.927
Estado e outros entes públicos	13	420.849	539.837
Financiamentos obtidos	15	1.580.297	1.528.550
Outras dívidas a pagar	18	5.398.829	5.341.145
Diferimentos	19	7.316.087	7.147.827
		16.358.716	16.534.286
Total do passivo		35.128.612	36.430.815
Total do capital próprio e do passivo		58.171.821	58.574.421



	0	3.073	
	5.236		
	1.688		
	9.863		
	2.153		
	8.455		
	9.102		
	8.676		
	7.898		
	1.202		
	3.725		
	7.477		







DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2020

DESCRÇÃO	Notas	Capital Próprio											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitários	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
1	1	500 000,00		12 240 000,00		63 878,04		1 195 510,07			8 046 152,82	349 192,06	22 394 732,99	22 394 732,99	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
2	2					17 459,60		-77 220,20		269 452,49	-1 146 336,60	-349 192,06	192 232	192 232,29	
3	3					17 459,60		377 078,76		-1 146 336,60	-878 884,11	-349 192,06	-1 102 990,30	-1 102 990,30	
4=2+3	4=2+3					17 459,60		299 858,56		-878 884,11	-659 631,24	-310 439,18	-910 758,01	-910 758,01	
RESULTA DO LÍQUIDO DO PERÍODO															
RESULTA DO INTEGRAL															
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
subscrições de capital															
subscrições de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
5	5														
6=1+2+3+5	6=1+2+3+5	500 000		12 240 000		81 337,64		1 495 388,63		7 167 288,71	659 631,24	22 143 606,22	22 143 606,22	22 143 606,22	
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1															

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
1	1	500 000		12 240 000		81 337,64		1 495 368,63		7 167 268,71	659 631,24	22 143 606,22	22 143 606,22
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
2	2					32 981,56		-107 131		43 518	-659 631,24	-63 613,40	-63 613,40
3	3					32 981,56		1 102 787		-180 561	-659 631,24	295 576,88	295 576,88
4=2+3	4=2+3					32 981,56		995 656,27		-137 043,11	-659 631,24	231 963,48	231 963,48
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
RESULTADO INTEGRAL													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
subscrições de capital													
subscrições de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
5	5												
6=1+2+3+4+5	6=1+2+3+4+5	500 000,00		12 240 000,00		114 319,20		2 481 024,90		7 030 225,60	667 639,21	23 043 208,91	23 043 208,91
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO dezembro 2021													



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		21.657.651	20.737.438
Pagamentos a fornecedores		-12.128.211	-11.970.740
Pagamentos ao pessoal		-3.938.934	-3.780.291
Caixa gerada pelas operações		5.590.506	4.986.407
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		-407.926	42.337
Outros recebimentos/pagamentos		528.141	493.660
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		5.710.721	5.522.403
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-6.364.775	-4.054.557
Ativos intangíveis		-4.500	
Investimentos Financeiros			
Outros ativos		-7.000	-6.462
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
Subsídios de investimento		123.886	150.425
Juros e proveitos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-6.252.889	-3.910.593
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e outros instrumentos capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.528.550	-1.487.543
Juros e gastos similares		-543.815	-613.416
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxo das atividades de financiamento (3)		-2.072.364	-2.100.959
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-2.614.032	-489.148
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.940.382	7.429.530
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4.326.349	6.940.382

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA: EURO



	PERÍODOS	
	31/12/2021	31/12/2020
Numerário	14.273	18.479
Depósitos bancários	4.312.076	6.921.903
Equivalentes de caixa		
Caixa e seus equivalentes	4.326.349	6.940.382
Outras disponibilidades:		
Dívidas a instituições de crédito		
Disponibilidades constantes do Balanço	4.326.349	6.940.382










Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

Designação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, União de Freguesias de Oliveira do Castelo, S. Paio e S. Sebastião, 4810-025 Guimarães, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único -505993082

Natureza da atividade: A Vimágua tem a seu cargo a gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (CAE 36002) e de drenagem e tratamento de águas residuais (CAE 36001) na área geográfica dos municípios de Guimarães e Vizela.

Com a publicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é aprovado o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais pelo qual, num prazo de 6 meses, é imposta a adequação dos Estatutos do setor empresarial local ao novo regime legal. Neste sentido, foram publicados em 28 de fevereiro de 2013 os novos Estatutos da Vimágua.

A última alteração aos Estatutos e respetiva publicação data de 20 de dezembro de 2016.

Capital Social: 500.000 euros dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

A apresentação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações efetuadas por força das NCRF aplicáveis às respetivas classes de ativos e/ou passivos. Teve-se, também, em conta a adoção dos modelos de demonstrações financeiras aprovados no âmbito do SNC.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.



É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

As demonstrações financeiras apresentadas são comparáveis com as apresentadas para o período anterior.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF-DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA - Não aplicável.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10; 12; 20
Equipamento básico	1 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de conservação e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou do abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e são registados na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos sempre que sejam identificáveis, seja possível exercer o controlo sobre os mesmos, permitam que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa, e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:



	Anos
Programas de Computador	3

O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

(c) Inventários

O custo das matérias-primas e subsidiárias é valorizado com base no custo médio de aquisição, tendo sido aplicadas as definições e critérios da NCRF 18.

São registadas perdas de imparidade aos inventários nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de recuperação.

(d) Imparidade de Ativos

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis".

(e) Custo dos financiamentos obtidos

Todos os custos de financiamentos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

(f) Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.



- Clientes e outros Créditos a receber

Estas rubricas estão reconhecidas e divulgadas no balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber foram calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método se equiparou à utilização do critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas em resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Provisões

A Vimágua analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal custo, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de a Empresa ter ou não ter o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração do financiamento.

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações



decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração da dívida.

- Instrumentos Financeiros Derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Vimágua. Os instrumentos financeiros derivados utilizados respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. Os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”. Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

(g) Reconhecimento do Rédito:

O rédito proveniente de Vendas e Serviços Prestados é reconhecido quando:

- a) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- d) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- e) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos líquidos de impostos e descontos, pelo valor a receber.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros. Foram aplicados as definições e os critérios da NCRF 20.



(h) Subsídios

Os subsídios públicos são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição irá cumprir com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica "Outras Variações no Capital Próprio" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como rendimento do período numa base sistemática durante as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados.

(i) Impostos sobre o rendimento

O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Quando aplicável adotou-se a NCRF 25.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui igualmente gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento verifica-se unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.



4.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

(b) Regime da periodização económica (acrécimo)

A Vimágua reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

(c) Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Vimágua não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

(d) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(e) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, dada a sua natureza, as rubricas de ‘Impostos diferidos’ e de ‘Provisões’ são classificadas como não correntes.



(f) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

(g) Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento

Nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da Vimágua, é anualmente calculada a Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que são proprietários os Municípios de Guimarães e Vizela, e utilizados na atividade da Vimágua.

A contrapartida é calculada segundo o método do fracionamento do lucro, havendo o seu reconhecimento sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos.

No cálculo do valor a pagar aos Municípios foi utilizada a proporção de 49,37%, calculada nos termos do Anexo III do Contrato de Gestão:

Cálculo da Contrapartida devida aos Municípios

Resultados antes de Impostos e sem Contrapartida		1 848 864,94
Proporção calculada aquando da aprovação do Plano de Investimentos quinquenal em vigor		49,37%
Contrapartida devida ao Município de Guimarães	90%	821 449,30
- Valor c/ IVA		1 010 382,63
Contrapartida devida ao Município de Vizela	10%	91 272,14
- Valor c/ IVA		112 264,74
Contrapartida Municípios Guimarães e Vizela		912 721,44
- Valor c/ IVA		1 122 647,37



Cálculo da Proporção

DA _m – Extensão em quilómetros da rede de distribuição de água, da titularidade dos Municípios	616,99
DA _v – Extensão em quilómetros da rede de distribuição de água, da titularidade da Vimágua	748,32
AR _m – Extensão em quilómetros da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade dos Municípios	457,76
AR _v – Extensão em quilómetros da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade da Vimágua	354,01

$P = P_{DA+AR}$ – Proporção relativa à extensão das redes dos Sistemas

$$(DA_m + AR_m) / (DA_m + DA_v + AR_m + AR_v) = P_{(DA+AR)} \quad 49,37\%$$

4.3 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

4.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os PCGA em Portugal.

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.



4.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS:

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são os que seguem:

a) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas com base no custo de aquisição e é utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

b) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias são revertidas. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

c) Reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas com base na antiguidade dos saldos das contas de terceiros e tendo por base o critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

5. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto e todas as quantias dos saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
11	Caixa	14.272.99	18.478.88
121	Depósitos à ordem C.G.D	174.686.49	75.263.96
122	Depósitos à ordem BPI	27.034.67	16.126.30
123	Depósitos à ordem C.G.D2040035720130	592.45	592.45
124001	BPI/002 Conta Receitas	1.145.227.71	1.507.912.49
124002	BPI/003 Conta Reserva do serviço da dívida	2.803.243.99	2.872.988.05
124003	BPI/004 Conta Reserva de Investimento	29959.47	2.353.941.31
125	Banco Santander Totta, SA	88.714.36	52.461.18



Conta	Descrição	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
131	Depósitos a Prazo – BPI	42.617,24	42.617,24
		4.326.349,37	6.940.381,86

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não se registaram alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou em períodos futuros, nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

7. PARTES RELACIONADAS

Os termos e condições praticados nas operações da Vimágua com as partes relacionadas, são substancialmente idênticas aos que seriam praticados com entidades independentes.

7.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS:

Integrando o círculo de ligações especiais definidas na NCRF 13 encontram-se as entidades detentoras do capital da Vimágua:

O capital é detido em 90% pela Câmara Municipal de Guimarães, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505948605 e em 10% pela Câmara Municipal de Vizela, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505985217.

7.2. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

As transações entre a Vimágua e as Câmaras Municipais traduzem-se nos seguintes:

- Faturação da Vimágua proveniente dos Serviços prestados de água/saneamento;
- Faturação das Câmaras à Vimágua proveniente da contrapartida, conforme o definido no Contrato de Gestão;
- Entrega às Câmaras do valor das tarifas de lixo faturadas aos clientes por parte da Vimágua por conta das Câmaras.

Transações efetuadas durante o ano de 2021 e saldos pendentes com as entidades relacionadas:

Transações com partes relacionadas	Compras/FSE	Vendas e Prestação de Serviços	Saldos Comerciais Dividas a receber	Saldos Comerciais Dividas a Pagar
CMG	846.217,48	698.109,52	29.255,65	7.396.044,43
CMV	95.200,01	215.025,24	74.395,14	821.783,40



No âmbito da delegação de competências das Câmaras relativamente à faturação de tarifas de lixo aos clientes, verificou-se, no decorrer do ano de 2021, a transferência do valor faturado pela Vimágua a título de tarifa de lixo:

- Câmara de Guimarães, o montante de 1.536.624,06 €.
- Câmara de Vizela, o montante de 715.278,38 €.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte
Quantia Bruta escriturada inicial	1 232 924,71	2 740 245,01	84 507 103,84	1 591 321,14
Depreciações Acumuladas Iniciais		656 366,38	46 302 923,08	1 051 537,31
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada Inicial	1 232 924,71	2 083 878,63	38 204 180,76	539 783,83
Movimentos do período	0,00	-58 737,78	-144 625,10	-223 313,24
Adições	0,00	17 399,40	3 836 047,54	40 891,92
Aquisições 1ª mão		17 399,40	1 824 339,00	40 891,92
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00		0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	2 011 708,54	0,00
Diminuições	0,00	76 137,18	3 980 672,64	264 205,16
Depreciações	0,00	76 137,18	3 980 672,64	264 205,16
Alienações valor aquisição	0,00	0,00		
Alienações depreciações acumuladas	0,00	0,00		
Reclassificação Dep. Acumuladas		0,00		
Transferências AFT em Curso				
Quantia líquida escriturada final	1 232 924,71	2 025 140,85	38 059 555,66	316 470,59

Eq. Administrativo	Outros	AFT Curso	Total
906 152,67	165 682,93	3 876 156,75	95 019 587,05
811 014,79	116 512,46		48 938 354,02
0,00	0,00	0,00	0,00
95 137,88	49 170,47	3 876 156,75	46 081 233,03
40 179,22	3 745,56	2 160 420,35	1 777 669,01
			0,00
75 089,44	18 654,67	2 160 420,35	6 148 503,32
75 089,44	18 654,67	4 172 128,89	6 148 503,32
0,00	0,00		0,00
0,00	0,00	-2 011 708,54	0,00
34 910,22	14 909,11	0,00	4 370 834,31
34 910,22	14 909,11		4 370 834,31
	0,00		0,00



Eq. Administrativo	Outros	AFT Curso	Total
	0,00		0,00
			0,00
		0,00	0,00
			0,00
135 317,10	52 916,03	6 036 577,10	47 858 902,04

Durante o ano de 2021, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

- CP 10/2018- Substituição De Redes De Abastecimento De Água Na Rua Reitor Joaquim Augusto Maciel Ribeiro Torres, Rua Emílio Castelar Guimarães, Largo Comendador Manuel Gonçalves e Na Rua da Gandra - Freguesia De Ponte E Silveiras – Guimarães;
- CP 01/2018- Remodelação e ampliação do sistema de captação e tratamento de Sta. Eufémia de Prazins - Guimarães - Beneficiação da entrada de água em R0 e da aspiração para as estações elevatórias de Guimarães e de Ponte;
- CP 28/2019-Extensão e alteração de redes de drenagem de águas residuais na freguesia de nespereira, U.F. Cadoso santiago e Mascotelos e U.F. de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João);
- CP 22/2018- Reabilitação de Coletores de águas residuais com recurso a Tecnologia CIPP, nos Concelhos de Guimarães e Vizela;
- CP 08/2019- Execução de ligações domiciliárias e não domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais nos concelhos de Guimarães e Vizela;
- CP 04/2020- Extensão De Redes De Drenagem de Águas Residuais na Rua De Santa Maria (Troço Norte) e Rua1º de Maio Na U.F. De Atães e Rendufe – Guimarães;
- CP 13/2020- Substituição E Extensão De Redes De Abastecimento De Água E Redes De Saneamento De Águas Residuais Nas Freguesias De Azurém, Costa, E U.F. De Oliveira, S. Paio E S. Sebastião;
- Pequenos prolongamentos e remodelação de redes de água e saneamento;
- Extensão de redes nas freguesias;
- Execução e remodelação de ramais domiciliários de água e saneamento;
- Criação das Zonas de Medição e Controlo (ZMC'S).

Dos ativos fixos tangíveis em curso destacamos as seguintes obras:

- CP 06/2016 - extensão de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais nas freguesias de santa Eulália, santo Adrião e u. f. de Tagilde e São Paio - concelho de Vizela;
- CP 13/2018 - Remodelação e Ampliação do Sistema de Captação de Tratamento de St.ª Eufémia de Prazins - Sistema de Desinfecção por UV;



- CP 16/2018- Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias de Guardizela, Moreira de cónegos, S. Torcato, União de Freguesias de Abação e Gémeos – Guimarães;
- CP 18/2018- instalação de um sistema fotovoltaico para autoconsumo (upac), na ETA das taipas (0000), rua central, Prazins (santa Eufémia), Guimarães;
- CP 26/2019- Reforço da Rede de Abastecimento de Água e Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias de Infantas, Mesão Frio e UF de Serzedo e Calvos;
- CP 05/2020- Extensão de Redes De Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais em Sete Freguesias / União De Freguesias - Concelho De Guimarães
- CP 09/2020 - Armazém / Oficinas da Vimágua;
- CP 11/2020- Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias De Brito, Guardizela, Pinheiro, Silvares E Uf De Conde E Gandarela – Guimarães,
- CP 12/2020- Extensões de Redes De Abastecimento De Água E De Drenagem De Águas Residuais - Uf De Selho S. Lourenço E Gominhões E Uf De Abação E Gémeos;
- CP 25/2020- Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais e Substituição de Redes de Abastecimento de Água nas Freguesias de Selho (São Jorge) e Gondar - Concelho de Guimarães;
- CP 27/2020- Reparação E/Ou Substituição De Tampas De Câmaras De Visita E De Cabeços Móveis E A Reabilitação De Câmaras De Visita E Caixas De Ramal De Ligação, Nos Concelhos De Guimarães E Vizela;
- CP 31/2020- Extensão de Redes de Abastecimento de Água E Redes de Saneamento de Águas Residuais na Freguesia de Nespereira UF. de Conde e Gandarela – Guimarães;
- CP 42/2020 - Extensão De Redes de Drenagem De Águas Residuais E Substituição De Redes De Abastecimento de Água Nas Freguesias de Caldelas, Pencelo Ponte e Uf de Sande Vila Nova e Sande São Clemente - Concelho de Guimarães;
- CPR 06/2021- Execução de Ligações Domiciliárias e não Domiciliárias de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais nos Concelhos de Guimarães e Vizela.

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações foi o seguinte:



	Programas de Computador	Intangíveis em Curso	Total
Quantia Escriturada Bruta Inicial	257 051,55	0,00	257 051,55
Amortizações Acumuladas	254 846,57	0,00	254 846,57
Quantia Escriturada Líquida Inicial	2 204,98	0,00	2 204,98
Adições	4 500,00	0,00	4 500,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	0,00
Amortizações ano	3 597,24	0,00	3 597,24
Total das Diminuições	3 597,24	0,00	3 597,24
Reclassificação			
Quantia Escriturada Líquida Final	3 107,74	0,00	3 107,74

10. INVENTÁRIO

A Vimágua tem implementado o sistema de inventário permanente. A decomposição desta rubrica é a seguinte para cada um dos períodos em análise:

Descrição	31 de dezembro 2021	31 de dezembro de 2020
Materiais	883.173.99	822.051.07
TOTAL	883.173.99	822.051.07

É esperado que os inventários sejam utilizados nas prestações de serviços até 12 meses após a data das demonstrações financeiras, pelo que não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade respeitantes aos inventários.

O custo das matérias consumidas reconhecido no final de cada um dos períodos foi seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Existências iniciais	822.051.07	854.868.01
Compras	844.636.72	719.243.80
Regularização existências	731.579.75	702.197.44
Existências finais	833.173.99	822.051.07
Total	51.934.05	49.863.30

As regularizações de existências dizem respeito a saídas de armazém para a conservação de rede, e para colocação de contadores.



11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2021 e a 31 de dezembro de 2020, as quantias escrituradas nas rubricas de Instrumentos Financeiros apresentavam a seguinte composição:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Caixa e depósitos bancários	4.326.349.37		4.326.349.37	6.940.381.86		6.940.381.86
Estado e Outros Entes Públicos	843.428.59		843.428.59	1.171.241.86		1.171.241.86
Dívidas de Clientes	4.194.434.69	2.623.256.82	1.571.177.87	4.269.760.07	2.392.389.42	1.877.370.65
Outros créditos a receber	2.274.464.51		2.274.464.51	1.147.209.93		1.147.209.93
Ativos financeiros Totais	11.638.677.16	2.816.931.00	9.015.420.34	13.528.593.72	2.392.389.42	11.136.204.30
Dívidas a Fornecedores corrente	1.642.653.91		1.642.653.91	1.976.927.26		1.976.927.26
Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	420.848.85		420.848.85	539.836.85		539.836.85
Outras dívidas a pagar corrente	5.398.829.24		5.398.829.24	5.341.144.99		5.341.144.99
Fornecedores não corrente	8.626.893.10		8.626.893.10	7.645.084.58		7.645.084.58
Outras dívidas a pagar não corrente	1.988.712.62		1.988.712.62	2.032.230.16		2.032.230.16
Passivos financeiros mensurados ao valor nominal Subtotais	18.077.937.72		18.077.937.72	17.535.223.84		17.535.223.84
Financiamentos obtidos Corrente	1.580.296.59		1.580.296.59	1.528.549.88		1.528.549.88
Financiamentos obtidos não Corrente	7.150.806.18		7.150.806.18	8.731.102.76		8.731.102.76
Financiamentos obtidos Subtotais	8.731.102.77		8.731.102.77	10.259.652.64		10.259.652.64
Passivos financeiros Totais	26.809.040.49		26.809.040.49	27.794.806.48		27.794.806.48

12. CLIENTES

A 31 de dezembro de 2021 a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:



Descrição	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
Clientes Conta Corrente	1.945.261.34	1.526.832.00
Clientes Cobrança Duvidosa	2.997.340.29	2.742.928.00
Imparidade de clientes	2.623.256.82	2.392.389.42
Total	1.571.177.87	1.877.370.65

Nos períodos em análise foram reconhecidas as seguintes perdas por imparidade e reversões na demonstração dos resultados:

Descrição	Saldo inicial	Reconhecidos no período	Revertido no período	Saldo final
Imparidades de dívidas a receber – 31 de dezembro 2020	2.441.491.34	49.101.92		2.392.389.42
Imparidades de dívidas a receber – 31 de dezembro 2021	2.392.389.42	230.867.40		2.623.256.82

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2021 e a 31 de dezembro de 2020, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2021 saldo devedor	31 de dezembro 2021 saldo credor	31 de dezembro 2020 saldo devedor	31 de dezembro 2020 saldo credor
Imposto sobre rendimento		6.940.30		146.361.77
Imposto sobre valor acrescentado	843.428.59		1.171.242	
Retenção na Fonte		20.842.40		17.572.08
Contribuições seg social/cga		73.601.72		68.367.74
Outras contribuições		319.464.43		307.535
TOTAL	843.428.59	420.848.85	1.171.241.86	539.836.85

Não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Acréscce ainda referir que as outras contribuições correspondem à taxa de recursos hídricos faturadas aos clientes e a entregar quer às Águas de Norte quer à Agência Portuguesa do Ambiente (ARH NORTE).

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A 31 de dezembro de 2021 e a 31 de dezembro de 2020, a rubrica de “Outras Contas a Receber” apresentava a seguinte composição:



Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
2721	Devedores por acréscimo de rendimento	281.141,28	10.179,44
278101	Entidades financiadoras de Subsídios		2.000,00
278102	Devedores - Comp. de ramais	733.739,77	651.606,64
278103	Devedores – Acordos	251.217,86	354.187,43
278105	Devedores Coimas a cobrar	8.069,14	8.069,14
278106	Devedores estragos causados	725,78	725,78
278108	Devedores lixo		
278109	Outros Devedores	984.300,36	105.048,78
278+225+228+23	Outros	15.270,32	15.392,72
Total		2.274.464,51	1.147.209,93

A Conta Devedores por acréscimo de rendimento releva o montante de 281.141,28 a título de subsídio á exploração para suportar os gastos da Vimágua, em virtude de as tarifas não sofrerem qualquer aumento (contrato programa celebrado entre a Vimágua e os Municípios).

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E JUROS SUPOSTADOS

A 31 de dezembro de 2021 e a 31 de dezembro de 2020, a rubrica de “Financiamentos Obtidos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2021		31 de dezembro 2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	6.209.280.59	1.382.660.96	7.591.941.54	1.333.251.01
Locação Financeira	941.525.59	197.635.63	1.139.161.22	195.298.87
TOTAL	7.150.806.18	1.580.296.59	8.731.102.76	1.528.549.88

O valor referente ao empréstimo bancário diz respeito a um contrato de financiamento celebrado em 8 de junho de 2009, no montante de 25.200.000 euros, cujo vencimento seria março de 2029.

Decorrente deste contrato de financiamento foi constituída, na mesma data, uma hipoteca voluntária de primeiro grau a favor dos bancos sobre treze terrenos propriedade da Vimágua, pelo montante de 252.415 euros.

Em 2012 foram celebrados dois aditamentos ao contrato de financiamento. O primeiro, celebrado a 12 de setembro, teve como objetivo o cancelamento de garantias prestadas pelos Municípios, designadamente o penhor financeiro das ações. O segundo aditamento, celebrado a 12 de dezembro, teve como objetivo antecipar o pagamento dos valores de contrapartida devidos aos Municípios de Guimarães e Vizela, compensado pela antecipação do final do período de carência de capital para 2013



e garantindo, conforme última revisão do modelo económico-financeiro, o cumprimento dos rácios financeiros e sem pôr em causa a viabilidade da empresa e os pagamentos aos bancos. Decorrente deste segundo aditamento a data de reembolso ou vencimento do empréstimo passou para 15 de setembro de 2026.

A Vimágua outorgou, 5 de fevereiro de 2016, o 3.º Aditamento ao Contrato de Abertura de Crédito o qual contratualizou as alterações das condições do financiamento aprovadas pela Assembleia Geral da Vimágua na reunião de 17 de dezembro de 2015.

A revisão das condições de financiamento resultou de uma consulta ao mercado financeiro e são, no essencial, as seguintes:

- Redução do Spread da Linha de Longo Prazo de 2,50% para 1,70%;
- Redução do Spread da Linha de Apoio à Tesouraria de 2,50% para 1,25%;
- Redução da Comissão de Imobilização da Linha de Apoio à Tesouraria de 1,00% para 0,25%;
- Redução do montante da Linha de Apoio à Tesouraria de 1.200.000,00 Euros para 500.000,00 Euros.

O valor referente a Locações financeiras diz respeito a um contrato de financiamento para aquisição do Edifício da sede da Vimágua

O valor dos juros suportados nos períodos em análise é tal como se segue:

Descrição	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
Juros Suportados	522.695.13	593.255.18
Outros gastos financiamentos	1.578.21	668.50
TOTAL	524.273.34	593.923.68

16. DERIVADOS DE COBERTURA – TAXA DE JURO

Descrição	31 de dezembro 2021		31 de dezembro 2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Derivados de Cobertura – Taxa Juro	902.802.33		1.378.939.86	
TOTAL	902.802.33		1.378.939.86	

Relativamente à rubrica de derivados de cobertura, a mesma diz respeito a contratos de *Swap* sobre a taxa de juro, celebrado com BPI e CGD em agosto de 2009.



17. FORNECEDORES

A 31 de dezembro 2021 e a 31 de dezembro de 2020, a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2021		31 de dezembro 2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores	8.626.893.10	1.642.653.91	7.645.084.58	1.976.927.26
TOTAL	8.626.893.10	1.642.653.91	7.645.084.58	1.976.927.26

Relativamente à rubrica de fornecedores incluída em dívida não corrente, a mesma inclui o valor relativo à contrapartida faturada pelos Municípios, porquanto foi decidido, na sequência da aprovação do Plano Plurianual de Investimentos para o quinquénio 2018-2022, que só haverá lugar ao seu pagamento quando os rácios contratualizados com os bancos financiadores forem restabelecidos, o que se prevê venha ocorrer a partir de 2023. Os anos em "aberto" correspondem à contrapartida devida dos anos de 2016 a 2020.

Engloba, ainda, o valor faturado pela Águas do Norte, S.A., decorrente da alteração da metodologia de faturação no período compreendido entre outubro de 2018 e abril de 2019, no montante de 943.996,78€, cujo pagamento será realizado em 60 prestações mensais.

18. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A 31 de dezembro de 2021 e a 31 de dezembro de 2020, a rubrica de "Outras dívidas a Pagar" apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
231	Remunerações a pagar		
271	Fornecedores de investimentos	222.700.19	346.922.34
272	Devedores e Credores por acréscimos	2.345.004.13	2.226.917.22
278104	Devedores - Depósito de Caução	16.113.59	8.963.69
2781	Devedores – devedores diversos	61.50	1.276.09
2782	Credores – Credores Diversos	2.814.949.83	2.757.165.65
Total Corrente		5.398.829.24	5.341.144.99
2788	Ajustamentos em subsídios	1.988.712.62	2.032.230.16
Total Não Corrente		1.988.712.62	2.032.230.16

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica "Credores Diversos" é constituída essencialmente por Garantias de Empreitadas no valor 1.118.004.39 € e Cauções de clientes no valor de 1.135.378.63€.



19. DIFERIMENTOS

A 31 de dezembro de 2021 e a 31 de dezembro 2020, a rubrica de "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
Rendimentos a Reconhecer		
Ramais	7.316.087.37	7.147.827.20
total	7.316.087.37	7.147.827.20

A Rubrica de "Diferimentos", no passivo corrente, corresponde aos valores faturados a clientes relativos a Ramais de água e Saneamento executados pela empresa, cujo reconhecimento é efetuado de acordo com a respetiva taxa de depreciação do ativo.

20. CAPITAL E RESERVAS

20.1 Capital Social Subscrito

A 31 de dezembro de 2021 o capital social da empresa, no valor de 500.000,00 euros encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 500.000 ações de valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2020 a estrutura acionista é a seguinte:

Entidades detentoras de capital	31 de dezembro 2021		31 de dezembro 2020	
	N.º ações	%	N.º ações	%
Município de Guimarães	450.000	90%	450.000	90%
Município de Vizela	50.000	10%	50.000	10%
	500.000		500.000	

20.2 Resultados Transitados

A 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2020, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
Resultados transitados	-3.204.345.02	-2.577.695.34
Ajustamento de transição	13.648.32	13.648.32
Ajustamento de transição SNC-Reserva de Derivado	699.671.80	1.068.678.39
TOTAL	2.491.024.90	1.495.368.63



Handwritten notes in the top right corner, possibly a signature or initials.



Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the word "A" written vertically.



20.3 Outras variações de capital próprio

A 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2020 esta rubrica apresentava a seguinte composição

Descrição	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
Subsídios - Comparticipação Entidades Financiadoras	8.838.822.52	9.032.133.59
Ajustamento em subsídio investimento	-1.988.712.62	-2.032.230.16
Doações	180.115.70	167.365.28
TOTAL	7.030.225.60	7.167.268.71

Em 2021 foi relevado um subsídio ao investimento de 1.000.000.00 € (POSEUR 03-2012-FC-00-1473 referente a melhoria e expansão dos sistemas de saneamento de águas residuais nos concelhos de Guimarães e Vizela.

A imputação a rendimentos dos subsídios em cada um dos períodos foi a seguinte:

Descrição	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
Subsídios – Empreitadas	1.193.311.07	1.189.566.60

A rubrica *Doações* refere-se a protocolos celebrados com juntas de freguesia relativos a extensões de rede.

21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2020, e foi determinado conforme se segue:

Descrição	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
Resultado líquido do período	667.639.21	659.631.24
Número de ações em circulação	500.000.00	500.000
Resultado por ação Básico	1.34	1.32

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2020, foi o seguinte:



Descrição	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	936.143.52	963.553.01
Imposto esperado à taxa nominal (coleta)	241.209.23	275.330
Tributação autónoma e derrama Municipal	27.295.07	28.592
Derrama Estadual		
Imposto sobre o rendimento do período	268.504.30	303.921.77
Taxa efetiva	29%	32%

23. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 a 31 de Dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

Conta	Descrição	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
711	Mercadorias	14.441.97	4.912.90
712	Produtos acabados e intermédios	6.362.510.33	6.403.657.20
721	Serviços de exploração Sector Saneamento	9.558.592.40	9.417.722.66
722	Serviços de exploração Sector Água	3.358.451.76	3.310.138.20
723	Outros serviços	35.118.53	29.618.52
725	Serviços secundários	96.384.46	147.023.30
	Total	19.425.499.45	19.313.072.78

Todas as operações foram realizadas em Mercado Nacional.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A decomposição da rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos", nos períodos findos 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
621	Subcontratos	5.989.440.87	6.188.409.15
6221	Trabalhos Especializados	1.195.473.63	1.087.524.70
6226	Conservação e reparação	912.184.21	811.250.76
622	Outras rubricas de Serviços Especializados	129.347.48	123.222.08
623	Materiais	134.407.55	96.698.85
6241	Electricidade	1.054.924.51	966.312.99
624	Outras rubricas de energia e fluidos	176.554.78	124.636.90
625	Deslocações estadas e transportes	3.346.83	3.405.99
6261	Rendas e alugueres	952.868.16	981.116.97
6262	Comunicação	397.571.98	411.744.44
626	Outras	252.015.45	237.829.94
	Total	11.198.135.45	11.032.152.77



25. GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de "Gastos com pessoal", nos períodos findos 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2020 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
631	Remunerações órgãos sociais	53.823.52	52.749.51
632	Remunerações do Pessoal	3.026.606.06	2.911.135.19
633	Benefícios pós Emprego	3.703.71	5.588.95
635	Encargos Sobre Remunerações	654.996.67	632.251.48
636	Seguro acid. trab. doenças prof.	82.859.10	79.641.65
638	Outros gastos com o pessoal	150.960.09	117.087.72
	Total	3.972.949.15	3.798.454.50

Todas as remunerações aos órgãos sociais foram pagas em dinheiro, não existindo quaisquer obrigações legais ou estatutárias que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos.

A Administração foi considerada, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Vimágua. Foram atribuídas à Administração, no decorrer do ano de 2021, remunerações relacionadas com o exercício das suas funções no montante de 53.823.52 Euros.

A rubrica de benefícios pós emprego refere-se ao primeiro mês de aposentação do funcionário, enquanto a sua pensão não é paga pela Caixa Geral de Aposentações.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, formação profissional, vestuário, consultas e exames médicos.

O número médio de empregados ao longo do semestre em análise e o número de empregados no final destes períodos foi de:

Descrição	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
Número de empregados no final do período	212	210

26. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos", nos períodos findos a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é conforme se segue:



Conta	Descrição	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
788	Outros	1.844.439.27	1.768.675.93
Total		1.844.439.27	1.768.675.93

A rubrica de "Outros rendimentos", inclui o montante de cerca de 1.193.311.07 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor dos subsídios para investimento e o montante de cerca de 612.172.52 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor faturado a título dos ramos de água e saneamento. Esta imputação é feita na proporção das depreciações dos bens ativos fixos tangíveis subjacentes. A conta 788 inclui, ainda, valores referentes a juros de mora no montante de cerca de 14.845.54 euros e indemnizações de seguros no montante de 9.358.61 euros

27. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos", nos períodos findos a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
681	Impostos	51.333.69	85.280.69
683	Dívidas Incobráveis	4.243.32	100.804.32
688	Outros	230.130.01	161.812.48
Total		285.707.02	347.898.40

A rubrica outros contempla, em 2021, uma correção referente a taxa de recursos hídricos em consonância com o valor debitado pela Agência Portuguesa do ambiente em 2022.

28. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Uma vez que os valores relacionados com matérias ambientais despendidos pela empresa, não são relevantes não foram efetuados quaisquer registos específicos.

Em termos de política ambiental, a Empresa pretende ter coberto e dominado todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos de melhoria continuada de desempenho ambiental em que se destaca:

- . Prevenção da poluição;
- . Cumprimento da legislação;
- . Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa;
- . Formação e sensibilização dos trabalhadores;



. Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa.

29. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS

29.1 PROVISÕES

Em 2021 a Vimágua tem processos judiciais em curso que, de acordo com opinião de advogados da Empresa, poderão em alguns casos vir a implicar pagamentos futuros. Como tal, em 2021, o saldo da rubrica de Provisões foi alterado de acordo com o entendimento dos advogados da empresa.

29.2 PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de Dezembro de 2021, para além dos referidos no ponto anterior, a Empresa não tinha mais processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Contudo, a Vimágua foi citada para ações com pedidos de indemnizações por danos, relativamente aos quais correm termos em Tribunal.

Em todos os processos a Vimágua entende que não são devidas nem exigíveis quaisquer quantias aos referidos processos, pelo que não se constitui qualquer provisão para o efeito.

29.3 GARANTIAS

Garantias a favor da Estradas de Portugal, na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
Garantia nº 9015003405793	50.000
17 Garantias a 5.000 euros cada	85.000
37 Garantias a 1.000 euros cada	37.000
4 Garantia a 3.000 Euros	12.000
1 Garantia a 4.200 euros cada	4.200
1 Garantia a 2430 euros	2.430
2 Garantia a 3.300 euros	6.600
1 Garantia a 1.800 euros	1.800
1 Garantia a 7.500 euros	7.500
1 Garantia a 2.100 euros	2.100
1 Garantia a 2.970 euros	2.970
1 Garantia a 3.150 euros	3.150
1 garantia a 17.675 euros	17.675
1 garantia a 48.190 euros	48.190
1 garantia	51.245.00
1 garantia	22.145.00
1 garantia	7.300.00
1 garantia	11.655.00



Garantias a favor da ARH (Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P), na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
9015007146793	1.000

Garantias a favor da APA (Associação Portuguesa do Ambiente), na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
2503009889693	25.000

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 66º-A, 324.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e das disposições referidas nos Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro importa referir que:

- Em obediência ao disposto no n.º 2, do artigo 324.º do CSC, informa-se que a Vimágua, não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC, informa-se que, no decorrer do ano de 2021, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Vimágua e membros dos seus órgãos;
- Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a Vimágua não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2021, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2022, nos prazos legais;
- Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro, informa-se que em 31 de dezembro de 2021 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores;
- Conforme o disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 66.º-A do CSC, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas no ano de 2021 foram de 12.000Euros e dizem respeito exclusivamente à revisão legal das contas.

31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período até à data.



É entendimento da Administração que, em 2022, a situação resultante da pandemia/Endemia COVID-19 não colocará em causa o normal funcionamento da empresa, à semelhança do que já sucedeu no exercício económico de 2021.

32. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de março 2022.

Contabilista Certificada:

▪Eva Maria Ferreira Salgado

Direção Administrativa e

Financeira:

▪Paula Alexandrina Coelho

Fernandes

Conselho de Administração:

▪Armindo José Ferreira da Costa e
Silva

▪Maria Agostinha Ribeiro de
Freitas

▪Maria Mafalda da Costa de
Castro Ferreira Cabral

